

PESQUISA QUALITATIVA
UMA NOVA GUERRA FRIA

Marcelo Coutinho¹

¹ Marcelo Coutinho é Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
E-mail: prof.marcelo.coutinho@gmail.com

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO: REALISMO POUCO REALISTA	5
GRUPO 1: DÓLAR E NOVA GUERRA FRIA: PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFRJ	6
BLOCO 1: PERCEPÇÃO TEÓRICA DE ECONOMIA MONETÁRIA	7
BLOCO 2: POTENCIAL HEGEMÔNICO CHINÊS	8
BLOCO 3: CONFLITOS ENTRE EUA E CHINA POR HEGEMONIA - UMA NOVA GUERRA FRIA?	9
BLOCO 4: A POSIÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DE DISPUTA EUA-CHINA	9
CONCLUSÃO	11
GRUPO 2: INVESTIMENTOS NO CENÁRIO DA ATUAL DISPUTA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA	13
INTRODUÇÃO	13
PERCEPÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS NO CENÁRIOS DA DISPUTA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL	14
A GUERRA TARIFÁRIA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS E AS CONSEQUÊNCIAS NO CENÁRIO DE INVESTIMENTOS	15
PERCEPÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS DE GRANDES POTÊNCIAS EM PAÍSES POBRES	16
A DISPUTA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS, OS INVESTIMENTOS E A ATUAL PANDEMIA DO COVID-19	18
A PERCEPÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL E AS AÇÕES DO ATUAL GOVERNO	19
GRUPO 3: GUERRA COMERCIAL: UMA PESQUISA QUALITATIVA SOBRE O PENSAMENTO DOS ESTUDANTES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	22
1. INTRODUÇÃO	22
2. GUERRA COMERCIAL: ENTENDENDO O CONCEITO	22
3. ANÁLISE DAS QUESTÕES DO ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
GRUPO 04: A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS PARA A NOVA GUERRA FRIA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA	33
1. INTRODUÇÃO	33
2. DESENVOLVIMENTO	34
2.1. A relevância das questões referentes à democracia e direitos humanos no contexto da atual Guerra Fria	35
2.2. A saída dos Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos da ONU e sanções à China	37
2.3. Organizações não-governamentais e suas relações com os Estados Unidos	38

2.4.As ameaças de proibição do TikTok nos Estados Unidos	39
2.5. Posicionamento dos Estados Unidos e China no contexto da pandemia da COVID-19 com relação aos espaços de cooperação e às Organizações Internacionais	40
2.6.Atuação e posicionamento dos EUA e China sobre Hong Kong, no que diz respeito aos Direitos Humanos e Democracia	43
2.7.O papel dos meios de comunicação na disputa em questão	44
2.8. O não posicionamento estadunidense em violações de Direitos Humanos por parte de seus aliados	46
3. CONCLUSÃO	47
GRUPO 5: REDES SOCIAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	50
1. INTRODUÇÃO	50
2. A EXTRAÇÃO DE DADOS EM APLICATIVOS COMO O TIK TOK	50
3. O BANIMENTO DE APLICATIVOS E O ALÍVIO DE TENSÕES	51
4. A TIKTOK GLOBAL	52
5. MONITORAMENTO DE USUÁRIOS NA CORRIDA TECNOLÓGICA	52
6. NOVA INTERNET	53
7. BOTS, FAKE NEWS E LÍDERES GOVERNAMENTAIS EM REDES SOCIAIS	55
8. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEU IMPACTO NA BALANÇA DE PODER	56
9. CONCLUSÃO	57
GRUPO 6: INDÚSTRIA BÉLICA	59
1. INTRODUÇÃO	59
2. CAMPO DE DISPUTA PREDOMINANTE COM GRANDE IMPACTO NO SISTEMA INTERNACIONAL	59
3. VOCÊ ACHA QUE A CHINA TEM CAPACIDADE DE ULTRAPASSAR A POTÊNCIA BÉLICA DOS EUA NOS PRÓXIMOS 20 ANOS? E QUAL SERIA O IMPACTO DISSO?	60
4. COMO VOCÊ VÊ O COMBATE DIRETO E USO DE ARMAS DE ALTO IMPACTO ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA PARA RESOLUÇÕES DE SUAS TENSÕES?	61
5. POSIÇÃO DE PAÍSES EUROPEUS E OTAN MEDIANTE AO POSSÍVEL CONFLITO BÉLICO	63
6. CHINA E TAIWAN	64
6.1. Alinhamento com os EUA e consequência para a China	64
6.2. Intervenção estadunidense em Taiwan	66
7. AS DISPUTAS TERRITORIAIS NO MAR DO SUL DA CHINA	67
8. A RELEVÂNCIA	68
9. CONCLUSÃO	69
GRUPO 7: ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS ALUNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFRJ SOBRE A CORRIDA DA VACINA NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19	71
INTRODUÇÃO	71

1. Como pensam a respeito da aplicação, em seres humanos, de vacinas que ainda não concluíram todas as fases dos testes clínicos	72
2. A postura de sigilo adotada por empresas desenvolvedoras de protótipos de vacinas e os limites éticos de tal abordagem	74
3. A importância do pioneirismo e a possível relação do modelo político com a eficiência científica	75
4. Questões éticas no contexto da Nova Guerra Fria	77
5. A posição do Brasil na corrida da vacina e o que ela mostra sobre seu papel dentro do Sistema Internacional	79
6. Cenário hipotético do sistema político e econômico pós-vacina em dois casos: China sendo pioneira, EUA sendo pioneiro e uma possível interferência da OMS	80
CONCLUSÃO	82
GRUPO 8: O MEIO-AMBIENTE NO CONTEXTO DE DISPUTA SINO-AMERICANA SOB A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFRJ	84
1. INTRODUÇÃO	84
2. ENTENDENDO OS CONCEITOS	84
A. Segurança Alimentar	85
B. Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Econômico	86
C. Acordos Internacionais de Clima e Meio Ambiente	87
3. ANÁLISE DAS QUESTÕES	87
A. Agropecuária, políticas ambientais e segurança alimentar	88
B. Desenvolvimento sustentável e crescimento econômico	89
C. Ruptura de acordos climáticos	90
D. Transição energética	91
E. Agendas sustentáveis e acordos internacionais	92
F. Impactos ambientais da lógica de importação e exportação e soberania alimentar	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
5. CONCLUSÃO	94
GRUPO 9: A TECNOLOGIA 5G DURANTE O PERÍODO DA “NOVA GUERRA FRIA”	97
INTRODUÇÃO	97
RESULTADOS DE PESQUISA	97
1. A tecnologia 5G e a disputa hegemônica entre EUA e China	98
2. Riscos para a segurança nacional	99
3. O Brasil frente a esse embate	100
4. O 5G e as liberdades individuais	101
5. A intervenção de órgãos internacionais	101
6. 5G e a disputa de soft power	102
CONCLUSÃO	103

INTRODUÇÃO: REALISMO POUCO REALISTA

Não obstante a pandemia e o isolamento da comunidade universitária, tivemos no período letivo excepcional mais uma temporada de estudos da cultura política dos alunos de RI da UFRJ durante a disciplina de métodos de pesquisa, como já virou tradição no curso de relações internacionais. Foi feita uma pesquisa qualitativa com entrevistas em profundidade, mas abordando desta vez temas relativos à nova guerra fria entre EUA e China, dada já como uma realidade por autores, como Niall Ferguson. Cada grupo de trabalho entrevistou doze alunos diferentes, de todos os períodos. Vale salientar sempre que esta série de pesquisas é antes de tudo uma maneira de os alunos aprenderem praticando, o que foi bem sucedido. A novidade agora foi a entrevista à distância, utilizando meios eletrônicos que se mostraram, aliás, bastante eficazes.

De maneira geral, podemos dizer que os alunos mantiveram traços de valores e crenças semelhantes aos já verificados em pesquisas anteriores. Em resumo, predomina entre eles “um realismo pouco realista”, isto é, embora a princípio os alunos de RI argumentem que adotam uma postura realista frente à política internacional, eles mesmos levantam para isso conceitos pouco usuais dentro do pensamento realista, como neocolonialismo e neoimperialismo, típicos de outras linhas teóricas estranhas ao realismo. Além disso, os alunos mostram outras contradições de natureza substantiva, como por exemplo, quando suavizam o peso da ascensão chinesa sobre a desindustrialização no Brasil, ou mesmo quando atribuem aos EUA a responsabilidade pelas atuais assimetrias no comércio internacional. Mantém-se um forte anti-americanismo, provavelmente agravado por uma rejeição à Trump, que convive por sua vez com uma visão condescendente em relação à China.

Os alunos de RI da UFRJ são céticos quanto às organizações internacionais, não têm clareza sobre a existência efetiva de uma nova guerra fria, e veem como secundária a importância dos direitos humanos. Aqui de novo, vale salientar, o pouco contato dos alunos com os conceitos da democracia, muitas vezes se mostrando confusos com relação ao que seja um regime democrático e suas diferenças em comparação ao autoritarismo. Contudo, ainda que sejam mais simpáticos à China, dizem que ficariam do lado dos EUA se tivesse que escolher em eventual cenário de agravamento das tensões internacionais, embora não se saiba se isso se deva a uma mínima afinidade de valores ocidentais ou apenas a uma questão de maior ameaça militar no hemisfério.

Por fim, vale dizer que os alunos têm uma visão bastante pragmática com relação à vacina contra a Covid-19, adotando como critério a eficiência científica. Mas, por outro lado, nesse ponto também mostram maior admiração pelo modelo chinês, alegando que a ciência pode se desenvolver melhor num ambiente de estado centralizado. Vale notar uma carência muito grande dos alunos em temas ligados à área tecnológica e econômica. Tal déficit já havia sido detectado em pesquisas anteriores, mas agora ficou ainda mais claro. Em que pese a relevância crescente das disputas tecnológicas para as relações internacionais, os alunos ignoram grande parte das discussões sobre, por exemplo, a escolha do padrão de telecomunicações 5G. Ou seja, uma baixa exposição dos alunos às teorias da democracia e dos direitos humanos não é sequer acompanhada por um maior conhecimento na área econômica e tecnológica.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2020.

Prof. Dr. Marcelo Coutinho

GRUPO 1: DÓLAR E NOVA GUERRA FRIA: PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFRJ

André Miranda
Felippe Juan
Gabriela Cavalcante
Jady Schulz
Michel Zanin Zonin
Tales Perinetti

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, baseado no tema “Dólar”, pretende analisar as diversas perspectivas do alunato de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a fim de entender seus pensamentos acerca das repercussões político-econômico da moeda em um contexto de bipolaridade internacional entre China e Estados Unidos. Objetivamos compreender com o processo de expansão chinês e sua capacidade de desafiar a hegemonia estadunidense, o ponto de vista do corpo discente sobre tais disputas que sugerem a configuração de uma “Nova Guerra Fria”. Deste modo, durante o período letivo excepcional em 2020, foram realizadas ao todo 14 entrevistas conduzidas pelos métodos de Earl Babbie¹, levando em consideração o posicionamento livre do indivíduo para opinar sobre perspectivas futuras e uma possível quebra da hegemonia do dólar dentro desse contexto.

As entrevistas foram construídas inicialmente com perguntas sobre a percepção do embate entre China e Estados Unidos visando entender qual o posicionamento dos alunos sobre o conflito, sendo ele ou não uma possível “Nova Guerra Fria”². Além dos possíveis impactos no câmbio e na ordem mundial oferecidos por essa bipolaridade. Ao mesmo tempo, indiretamente, foram analisados os conhecimentos econômicos e monetários dos entrevistados, a fim de entender qual a formação econômica oferecida para esse alunato durante o período de quatro anos matriculado no curso de Relações Internacionais. As perguntas seguintes, por sua vez, pretendem extrair qual a opinião do indivíduo sobre o avanço chinês, e se seu desenvolvimento econômico poderia algum dia debilitar ou até mesmo suprimir a hegemonia americana. Dentro desse contexto, pretendemos também esmiuçar suas opiniões sobre a possibilidade do avanço do Renminbi e da moeda digital chinesa³ como fontes alternativas ao dólar. Por fim, o último bloco voltou-se para analisar o papel do Brasil diante desse contexto, e a possibilidade de suas reservas internacionais serem feitas em moedas alternativas ao dólar,

1 BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Editora UFMG, 1999.

2 FINANCIAL TIMES: **New Cold War**. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/4fda1b2c-48f5-42e0-9b87-58816adf2a78>>.

3 HENRIQUE, Matheus. **Moeda digital chinesa terá carteira física e limite de uso**. Live Coins, 2020.

aspirando apurar o parecer dos alunos quanto uma possível quebra do monopólio econômico americano originado desde Bretton Woods.

BLOCO 1: PERCEPÇÃO TEÓRICA DE ECONOMIA MONETÁRIA

É possível inferir através das entrevistas que a maioria dos entrevistados possuem um conhecimento vago sobre conceitos econômicos e monetários, sem exceção ao período, sendo possível verificar esse *déficit* desde períodos iniciais aos mais avançados. Quando questionados sobre efeitos no câmbio que a possível Nova Guerra Fria traria, obtivemos respostas da seguinte proporção, corroborando com a inferência anterior:

“Olha sinceramente, não faço ideia. Minhas noções em economia são ridículas e eu nunca estudei sobre isso, nem me aprofundei sobre isso, então acho meio difícil de falar, peço até desculpas.” (Entrevistada do 4º período)

“Eu não sei muito sobre os termos específicos econômicos (...)” (Entrevistada do 6º período)

“Isso pode afetar o câmbio, óbvio. Mas eu não possuo conhecimento de economia suficiente para dizer como.” (Entrevistada do 8º período)

Também é possível visualizar muitas vezes uma ausência de informação sobre acontecimentos globais, como o avanço substancial da China como potência global. Algumas respostas foram baseadas em “achismos”, mas essa não foi a realidade maior, visto que no âmbito político, os estudantes de Relações Internacionais demonstraram bastante confiança e certo domínio sobre o panorama mundial.

A respeito de moedas digitais, a maioria dos entrevistados não tinha conhecimento da moeda digital proposta pelo governo chinês e também demonstraram pouco conhecimento sobre as questões concernentes ao que tange as moedas digitais. Entretanto, não foi uma regrageral, tendo ressalvas. Os conceitos monetários normalmente vinham atrelados a percepções políticas, como é possível visualizar em:

“Qual a importância geopolítica do Bitcoin? É nula. (...) o Bitcoin nunca ia dar certo no âmbito político, ele existe obviamente, ele já é muito utilizado no mundo inteiro, mas no âmbito político estatal, ele não é nada sério, não tem importância geopolítica grande como o dólar, como o euro e milhares de outras moedas (...)” (Entrevistado do 4º período)

“(...) a iniciativa das moedas digitais elas surgem como uma forma de retirar a influência dos governos sobre as moedas, então uma moeda digital proposta por um governo parece um pouco contra senso (...)” (Entrevistado do 4º período)

Onze (11) dos quatorze (14) entrevistados acreditam que o Brasil deve diversificar suas reservas econômicas, com o argumento principal de cooperação internacional e independência, além do fator de diversificação de carteira para redução de riscos.

Entretanto, apenas quatro (04) entrevistados tiveram como base em suas respostas os conceitos monetários e econômicos.

Além disso, também foi possível analisar contrapontos interessantes do ponto de vista conceitual como vemos em:

“Criação de novas moedas, no sentido sintético ou seja de criar uma nova moeda, uma moeda que não existia anteriormente eu acho ruim, porque que eu acho ruim? Eu acho que não dá certo, porque a moeda é uma ilusão, dinheiro é uma mentira, então é uma mentira que demanda a confiança das pessoas, a moeda, moeda não existe, ela nada mais é que uma promessa de pagamento (...)” (Entrevistado do 4º período)

De todo modo, ainda é possível visualizar uma dualidade entre os discursos. Vemos

de um lado uma defesa dos EUA como potência hegemônica incontestável, enquanto do outro lado se observa uma tendência prevalecente de uma visão positiva do avanço chinês em relação ao dólar, mas nenhum entrevistado acredita que o renminbi alcance um patamar como moeda conversível em âmbito mundial pelos próximos cinquenta (50) anos, analisando as questões monetárias, políticas e estruturais do sistema internacional.

BLOCO 2: POTENCIAL HEGEMÔNICO CHINÊS

Pode-se inferir um consenso entre os estudantes de que houve neste ano um grande avanço chinês em direção ao protagonismo mundial, porém, este movimento está longe de superar os laços políticos e culturais que os EUA teceram por todo o globo. Com efeito, todos os entrevistados reconhecem o potencial econômico chinês e como a presença desta potência cresce rapidamente no palco internacional, mas ressaltam também que estamos distantes de uma mudança estrutural no sistema internacional que evidencie uma alteração da hegemonia global.

“Querendo ou não, mesmo que a China torne-se a potência mundial, a nossa relação com o EUA está muito enraizada. Isso é um fato, não é só com o dólar. Então por mais que algum dia a China alcance esse patamar, a moeda internacional seja mais difícil de ser alterada, como ocorreria com outras questões culturais.” (Entrevistada do 2º período)

“O dólar é quase que uma força estável e vai demorar muito tempo para que isso seja mudado. Hoje, não tem nada que consiga competir com o dólar na questão monetária. Mas não tem como prever que, futuramente isso vai se manter, que vai se manter engessado.” (Entrevistada do 2º período)

A justificativa mais frequente para essa posição foi a enorme barreira que a China teria de transpor para tornar-se a hegemonia mundial: o dólar. Através das respostas, verificamos que a maioria dos entrevistados acredita no fato de o dólar estar assegurado em seu patamar, de modo que a China necessitaria travar um longo e árduo embate para sobrepor esse desafio e então alcançar uma hegemonia.

“Os Estados Unidos já são muito bem estabelecido, a China precisa caminhar muito pra chegar nisso, além de estabelecer uma moeda forte, o que no médio prazo não é uma vantagem para China, que ainda é um país muito exportador, que depende de exportação, eles não têm o mesmo modelo econômico dos Estados Unidos.” (Entrevistada do 5º período).

“O sistema capitalista, por mais que tenha muitas regulações, ele funciona muito na confiança de empresas, na confiança de Estados, confiança e estabilidade, as duas coisas acabam que andam juntas. O dólar atende a essas duas casinhas, ele é confiável e historicamente estável há mais de 50 anos e a última vez que o dólar teve problemas sérios foi em 2008 e antes disso foi na década de 30, então assim dá para dizer que uma moeda estável, tendo em vista que foram praticamente mais de 70 anos de estabilidade.” (Entrevistada do 5º período).

Posto isso, verifica-se que os entrevistados não acreditam no engessamento da economia mundial e da ordem internacional e julgam possível que ocorram alterações, mas todos comentários que indicavam transformações ocorrendo atualmente vinham acompanhados de ressalvas devido ao cenário geral favorecendo a manutenção da presente hegemonia. Com efeito, consideram que a China obteve considerável vantagem econômica neste ano devido a sua acelerada recuperação ao COVID e que ela está expandindo sua presença internacional; mas que os EUA possuem a capacidade de continuarem se desenvolvendo para manterem sua posição.

BLOCO 3: CONFLITOS ENTRE EUA E CHINA POR HEGEMONIA - UMA NOVA GUERRA FRIA?

Foi possível concluir que 13 dos 14 entrevistados não acreditam que o embate entre os Estados Unidos e China que temos nos dias atuais possuem os mesmos moldes da Guerra Fria. Os principais argumentos são de que o confronto da época envolvia fatores como: força bélica, risco iminente de guerra, economias enfraquecidas no pós-guerra, iniciativas como o Plano Marshall e a OTAN que visavam a colaboração no sentido de reerguer os países mais afetados pela guerra, e assim, se firmarem como aliados, além de claro, o fortíssimo cunho ideológico da época pois naquele momento, o mundo estava dividido em dois blocos: o capitalista e o socialista. De modo que, os confrontos que temos hoje são voltados para questões comerciais e econômicas, não estamos inseridos naquele contexto de instabilidade do pós guerra e não há divisão de bloco, uma vez que ambos os países são capitalistas. Um dos entrevistados ainda argumentou que atualmente, os Estados Unidos vivem um relacionamento muito mais acirrado com a própria Coreia do Norte, do que com a China.

“Acredito que os moldes da Guerra Fria não podem mais serem usados como um parâmetro, são tempos muito diferentes com relações ainda mais diferentes. É possível traçar um paralelo bem superficial [...] mas está longe de ser uma Guerra Fria stricto sensu. [...] Acho que é possível sim que se estabeleça uma bipolaridade novamente, mas, mais uma vez, vai ser uma bipolaridade muito diferente.” (Entrevistado 5º período)

“O que eu acho é que o embate que temos hoje é muito mais voltado pro comercial, e também não acho que há a mínima possibilidade desses dois países entrarem em guerra. Se formos pensar em termos de guerra, a tensão dos Estados Unidos é muito mais com a Coreia do Norte, por exemplo, do que com a própria China.” (Entrevistado do 4º período)

Além disso, muitos dos entrevistados reforçaram em suas respostas a hegemonia estadunidense perante o globo, seja econômica ou cultural. Muitos não acreditam em uma ascensão chinesa em um período de curto prazo, pela influência que os Estados Unidos exercem em demais países e principalmente, pelo aspecto cultural, que é muito simbólico.

“Na época da Guerra Fria [...], a cultura era muito utilizada como um soft power, sempre foi na verdade, mas era uma arma ativamente usada pelo serviço secreto de ambas as superpotências. Hoje em dia, acho que não existe mais esse esforço tão grande, porque os Estados Unidos já se cimentou como um polo cultural gigantesco. E a China em si possui uma cultura muito específica, digamos assim, mas é difícil de ser expandida ao mundo ocidental.” (Entrevistado do 5º período)

“Ela [China] só consegue contar de verdade com o comércio. Por exemplo, ela tenta expandir a língua, cultura e sua identidade pro resto do mundo, mas sem sucesso. Esse talvez seja o principal fato que coloca a China ainda em desvantagem, apesar de todos os avanços econômicos que foram feitos nos últimos anos.” (Entrevistado do 4º período)

BLOCO 4: A POSIÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DE DISPUTA EUA-CHINA

Quanto à percepção dos estudantes entrevistados a respeito do papel que o Brasil deve desempenhar nesse contexto de disputa monetária internacional, buscou-se analisar a possibilidade das reservas internacionais do país serem feitas em moedas alternativas ao dólar e quais seriam os impactos gerais na Economia, na ordem mundial e outras áreas afins. Em

geral, os entrevistados hesitaram e demonstraram grande resistência à ideia, apontando os altos risco e custo de um possível movimento nesse sentido; é uma pergunta que consegue traçar panoramas gerais sobre a influência do dólar nas economias mundial e brasileira, e que indiretamente coleta as opiniões sobre o comportamento brasileiro na disputa entre China e Estados Unidos - afinal, entender o papel da moeda é também entender a função dos países que controlam o sistema monetário global. Uma primeira observação a se destacar das entrevistas é a respeito dos potenciais benefícios - imediatos ou não - que essa troca daria ao Brasil e os riscos geopolíticos, como evidenciado a seguir:

“O dólar continua sendo a moeda oficial de câmbio internacional. Então, não sei qual seria o benefício que uma reserva em outra moeda traria para o Brasil, tem a questão de independência mesmo, mas se não tivesse um benefício geopolítico e econômico tão grande, não sei se teria benefício. Mas ainda tem a questão do risco político também, porque a busca de uma moeda alternativa ao dólar quanto reserva poderia ser uma certa afronta aos Estados Unidos, então não sei qual seria o risco político disso também” (Entrevistado, 4º período)

Dentro desse contexto, outros entrevistados foram mais incisivos em suas posições e destacaram que o Brasil deveria sim buscar realizar o depósito de reservas internacionais em outras moedas, como um movimento de soberania e independência - e indicaram que essa articulação deve buscar a diversificação da carteira como uma posição estratégica para eventuais crises do dólar e uma proteção às influências estadunidenses no funcionamento da economia brasileira, como na sequência a seguir:

“A gente está em uma zona de influência que é delimitada pelo poderio norte-americano, então é importante que a gente tenha essas reservas justamente pra gente conseguir controlar o nível de influência que os Estados Unidos exercem sobre a nossa economia, eu acho que ter reserva em dólar é uma questão de soberania nacional. Acho que a gente precisa manter as reservas em dólar e trabalhar para ter reservas em outras moedas também, justamente para que a gente consiga articular a relação econômica e ter com outros países, enfim, estar em uma posição de ter mais poder para negociar com outros países.” (Entrevistado, 4º período)

Por fim, outros discentes entrevistados destacaram que esse movimento seria uma aposta de altíssimo risco, dado o grau de estabilidade e confiabilidade que o dólar atingiu nos sistemas financeiro e monetário internacional - e a imprevisibilidade que a emergência de moedas alternativas daria ao sistema monetário internacional. Isto é, os estudantes, em sua maioria, não acreditam que outra moeda, nem mesmo o euro, possui essas duas características supracitadas:

“Por mais que a gente sempre fale que investimentos são riscos e sempre você vai investir com risco, ninguém gosta de investir com risco, e mudar o dólar como moeda principal é um risco muito grande, ninguém sabe o que vai acontecer, poderia virar uma zona. Então, eu acho que é uma preocupação que os países têm e os investidores também. Acho que por esses motivos o dólar deve se manter.” (Entrevistado, 6º período)

Essas posições refletem, em essência, quais posições os estudantes de Relações Internacionais da UFRJ adotam a respeito do papel brasileiro no sistema financeiro internacional e nesse contexto de disputa monetária: são tendências de relutância diante do tema, mas com um anseio por independência do dólar mesmo que diante de uma aposta arriscada de depósito em moedas alternativas - como o euro ou o Renminbi. É importante destacar que nenhum entrevistado ressaltou que o dólar deveria ser abandonado por completo e de imediato, mas sim que se adotasse um modelo de diversificação da carteira ou o completo desinteresse pela ideia de substituição.

CONCLUSÃO

A partir da análise das entrevistas com os discentes de Relações Internacionais da UFRJ, é possível observar que economia monetária é um assunto pouco compreendido pela grande maioria dos entrevistados. A falta de conhecimento em questões monetárias e financeiras foi evidente ao longo das entrevistas, sobretudo por estudantes dos períodos iniciais do curso, mas que não se restringe somente a eles: alunos de períodos superiores também hesitaram em responder a determinadas perguntas. Em contrapartida, em matéria de geopolítica, os estudantes de Relações Internacionais demonstraram ter um nível alto de conhecimento, debatendo conceitos e discursando sobre temas bastante atuais, ainda que sustentassem suas opiniões em certos “achismos”, sem fundamentação analítica profunda.

Sobre a competição entre o dólar e o Renminbi, as moedas dos EUA e da China respectivamente, os estudantes foram unânimes em afirmar que não acreditam que o Renminbi possa alcançar o patamar do dólar a curto prazo, destacando a estabilidade e confiança da moeda americana porém não descartando a possibilidade de tal fato acontecer num futuro distante, mesmo que evitassem falar em prazos concretos, foi opinião de todos que longo prazo se referia a um período superior a 30 anos. Embora o potencial econômico chinês seja significativo e gradativo, os entrevistados também não vislumbram uma perspectiva de transição hegemônica para a China atualmente. Além disso, alguns estudantes argumentaram que o próprio dólar seria um enorme obstáculo que a China teria que ultrapassar a fim de se tornar uma hegemonia global.

A expressão “Nova Guerra Fria”, utilizada para caracterizar as disputas comerciais entre EUA e China, foi vista como um exagero ou um equívoco por quase todos os entrevistados, pois segundo eles não há um risco iminente de confronto armado ou um elemento político-ideológico por trás dessas disputas - elementos que, na opinião do corpo discente, caracterizam a Guerra Fria propriamente dita. Os entrevistados destacaram outras frentes, como o embate tecnológico do 5G, por exemplo -, mas para fins de comparação analítica, consideraram essencial o embate bélico. Por outro lado, os estudantes também ressaltaram algumas similaridades com a Guerra Fria, como a possibilidade de se estabelecer uma bipolaridade entre as duas potências.

A respeito das reservas internacionais do Brasil, a maioria dos estudantes desaprovou a ideia de investir em moedas alternativas ao dólar, alegando que essa medida não traria benefícios para o país, já que o dólar é a moeda mais comercializada em transações internacionais. No entanto, alguns poucos estudantes aprovaram a diversificação da carteira como um ato de soberania para reduzir a dependência em relação ao dólar, enquanto outros foram mais cautelosos e acharam essa iniciativa muito arriscada. Conclui-se que, de modo geral, os entrevistados se mostraram bastante céticos em relação a qualquer mudança estrutural no sistema monetário internacional, principalmente em relação à ascensão da moeda chinesa e à possibilidade dos EUA perder seu papel hegemônico para a potência asiática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Editora UFMG, 1999.

FINANCIAL TIMES: **New Cold War**. Disponível em:

<<https://www.ft.com/content/4fda1b2c-48f5-42e0-9b87-58816adf2a78>>. Acesso em 30 Sep 2020.

HENRIQUE, Matheus. **Moeda digital chinesa terá carteira física e limite de uso**. Live Coins, 2020. Disponível em: <<https://livecoins.com.br/moeda-digital-tera-carteira-fisica-e-limite-de-uso/>>.

GRUPO 2: INVESTIMENTOS NO CENÁRIO DA ATUAL DISPUTA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA

Alice Santos Duarte Bastos
Erik Gabriel Cruz de Azevedo
Fernanda Cupertino da Cunha
Lucas Nanes Napoleão
Matheus Vianna da Fonseca de Souza Pereira
Renata Mendonça da Silva Monteiro

INTRODUÇÃO

Dentro da proposta de mapear o conhecimentos dos alunos de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro acerca do novo conflito geopolítico entre a China e os Estados Unidos, o nosso grupo focou especificamente na questão dos investimentos. Nesse sentido, para entender melhor o nível de conhecimento dos graduandos sobre esse tema, nós elaboramos 6 perguntas, umas mais gerais e outras um pouco mais específicas sobre o assunto. Nós aplicamos a entrevista a 12 pessoas e a partir da análise das respostas nós obtivemos os resultados resumidos na próxima sessão.

Antes de entrar propriamente nesse resumo, achamos importante definir melhor o nosso objetivo em cada umas das questões que foram trabalhadas. Assim, a primeira questão aborda de forma bem abrangente o assunto. Nós pensamos que dessa forma os alunos entrevistados poderiam ter um espaço para dissertar mais livremente e expor mais opiniões pessoais acerca do conflito. Já na segunda questão nós perguntamos sobre os efeitos da guerra tarifária, nos investimentos a nível nacional e internacional.

Por conseguinte, na terceira pergunta o nosso objetivo era entender o posicionamento dos alunos internacionalistas acerca das políticas de investimentos de grandes potências em países emergentes. A partir dessa pergunta nós pudemos observar resultados diferentes que nós esperávamos, visto que, as respostas dos entrevistados foram no caminho oposto das convenções gerais desse tipo de política no ocidente. Não obstante, como nós não podíamos deixar de levar em conta o contexto de pandemia atual, na quarta questão nós perguntamos como o cenário global de investimentos era afetado por isso.

Além disso, na pergunta cinco nós queríamos entender de que forma os alunos de Relações Internacionais viam a nova política de investimento chineses no nosso país. A respeito disso, nós observamos que quase todos os entrevistados se mostraram preocupados com a nossa soberania nacional. Por fim, na última pergunta o nosso objetivo foi de entender se os entrevistados estabelecem alguma relação entre política de investimentos em outros países e políticas de dominação e expansão da soberania desses países que investem.

PERCEPÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS NO CENÁRIOS DA DISPUTA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

A primeira pergunta da pesquisa visava medir o conhecimento dos estudantes de Relações Internacionais sobre a disputa vigente entre Estados Unidos e China no campo de investimentos, e também buscava saber se os mesmos estudantes tinham consciência de como isso afeta o nosso país. Após feitas as perguntas, conseguimos encontrar uma certa variedade de opiniões na resposta dos estudantes. Todos os entrevistados mostravam conhecimento da atual disputa geopolítica, porém alguns demonstraram possuir um viés realista das relações estatais, onde a competição entre os Estados é algo necessário do Sistema Internacional. Já outros alunos demonstraram um modo liberal de entender as relações entre os países, onde a cooperação deve reinar no Sistema Internacional.

“Eu acho que essa disputa entre os Estados Unidos e a China é algo natural do Sistema Internacional, onde há sempre alguém disputando com o poder que está vigente. E isso é como um ciclo, que está sempre acontecendo. Os reflexos dessa disputa ainda serão muitos pela frente, agora vemos apenas o início dela.” (Aluna do 5º período)

“Mas ainda assim, me parece que de um modo geral os Estados não se movimentam tanto para levar isso a sério. No final das contas o fator econômico é o mais importante, e como há contradições tanto nas políticas da China como dos EUA, devemos ser mais pautados na cooperação econômica, trocas comerciais e levando sempre em conta de forma razoável as questões e similaridades políticas.” (Aluno do 5º período)

E no que tange aos impactos dessa disputa no Brasil, nota-se um certo padrão na resposta dos estudantes entrevistados, todos acham que o embate entre China e Estados Unidos acaba tendo reflexos no Brasil, e que o atual governo está agindo errado ao tomar o lado norte-americano da disputa, ainda que as atitudes tomadas por eles não justifiquem tal apoio. Os alunos também acham que a política de atração de investimentos estrangeiros deve ser feita baseada em pragmatismo, não em ideologia, como tem sido feito, e que se feito de forma pragmática o Brasil só teria a ganhar com tais relações.

“Acho que o Brasil se encontra agora em um fogo cruzado de uma geopolítica mundial que muda muito rapidamente, que desenha agora um novo jogo de forças. Então nesse sentido, qualquer alinhamento automático é ruim, e o Brasil precisa se posicionar, de modo, a atrair investimentos que sejam benéficos para o desenvolvimento brasileiro independentemente de onde venham.” (Aluno do 6º período)

“Acho que isso afeta o Brasil de forma que o Brasil tem que saber como mediar essa situação de maneira a não se comprometer com nenhum dos lados. É importante saber que ambos os países são importantes para o Brasil, então de certa forma, essa disputa entre os dois países precisa ser algo sobre o qual o Brasil tenha uma visão não ideológica, e a posição do Brasil nisso precisa ser uma que (permita que o Brasil) tire o maior proveito, e que seu envolvimento se limite a isso, e não algo mais concreto.” (Aluna do 5º período)

Tivemos respostas variadas no que diz respeito uma aproximação, seja com a China, seja com os EUA. Nessa pergunta apesar de se notar uma desconfiança em relação à recente aproximação com os EUA, e que não vêm dando resultados práticos, pudemos ver estudantes

respondendo que preferem que essa relação receba enfoque, algo que foi surpreendente para o grupo.

“Se houvesse necessidade de escolher um lado, levando em consideração o lado político e econômico, creio que seria mais vantajoso se aliar aos EUA, por uma questão regional. Mas até isso é relativo, pois mesmo com a aproximação recente do governo Bolsonaro não tivemos aberturas e concessões tão significativas na relação com os EUA.” (Aluno do 5º período)

A GUERRA TARIFÁRIA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS E AS CONSEQUÊNCIAS NO CENÁRIO DE INVESTIMENTOS

Diferente da primeira pergunta, a segunda pergunta abordava um assunto um pouco mais específico, a guerra tarifária entre a China e os Estados Unidos. O nosso objetivo era entender o nível de profundidade que os alunos de Relações Internacionais entendiam sobre assunto. Após realizarmos as 12 entrevistas, percebemos que em um nível geral todos os alunos, de diferentes períodos, estavam pelo menos um pouco familiarizados com o assunto.

Uma opinião que pareceu estar presente em todas as respostas é de que a guerra tarifária, representa a ponta do um iceberg de um conflito muito maior entre esses dois países.

Ou seja, essa questão comercial é apenas a parte visível do esforço de ambos para tentar conter o avanço do crescimento econômico do seu adversário. Por causa disso, alguns alunos chegaram a mencionar que este conflito seria apenas um episódio meramente passageiro e que não chegaria a afetar os investimentos em escala global. No entanto, a maioria acredita que as consequências desse embate gerará grandes crises econômicas e por conseguinte, isso iria afetar os níveis de investimentos feitos tanto pela China, quanto pelos Estados Unidos.

“Eu acho que essa guerra tarifária só exemplifica o fato de que existe uma disputa muito maior por trás disso.” (Aluna do 5º período)

Um outro ponto analisado nas respostas foi se os alunos entrevistados acreditavam que um dos dois países possui vantagem em relação ao outro. Nesse sentido, a maioria acredita que a China, no momento, está crescendo cada vez mais e que os Estados Unidos estão começando a temer a perda de sua hegemonia no cenário global.

Quanto as consequências dessa crise no cenário global, nós vimos que a maioria dos entrevistados acredita que os impactos para a economia seriam negativos. Isso porque, a China e os Estados Unidos são os dois países mais influentes do cenário internacional e além disso, estão envolvidos em diversas cadeias de produção. Portanto, um conflito econômico entre os dois países poderia gerar impacto negativo em praticamente todos os países.

“Eu sei que a guerra tarifária traz consequências para China e Estados Unidos, mas os outros países também acabam sendo afetados pelas mudanças de preços, pelas mudanças de taxas. E a situação acaba

que se generaliza, já que esses dois países serem os principais, são os novos polos do Sistema Internacional - principalmente os Estados Unidos” (Aluna do 8º período)

Por outro lado, quanto às consequências dessa crise aqui no Brasil, alguns poucos alunos apresentaram a opinião de que ela poderia ser benéfica para nossa economia. Isso porque, a crise entre os dois países poderia gerar a necessidade destes transferirem os seus investimentos para outros territórios, como por exemplo, o Brasil. Já outros entrevistados acreditam que a crise seria ruim, já que o Brasil é um grande exportador para os dois países em questão e uma crise poderia gerar uma redução do nosso escoamento de produção.

“Principalmente em termos de exportações, o que reflete no Brasil, pois os dois países são investidores no Brasil. Eu acredito então que a guerra tarifária entre China e EUA seja uma questão importante pro Brasil.” (Aluna do 4º período)

PERCEPÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS DE GRANDES POTÊNCIAS EM PAÍSES POBRES

O objetivo da questão três era testar o nível de nacionalismo dos estudantes através de algo inerente a uma disputa de influência entre duas potências, que são os grandes investimentos estruturais e grandes acordos comerciais com pequenos países.

Foi possível notar através das respostas, uma maioria de estudantes nacionalistas e protecionistas, avessos à presença de grandes potências em países pobres – mesmo que, historicamente, acordos e alianças com países ricos tenham sido chave para o desenvolvimento e industrialização de países como Alemanha, Japão, Coreia e Cingapura, ou simplesmente instrumento de melhoria de indicadores sociais em países como Cuba.

Especialmente em relação à China, as opiniões divergem diametralmente:

“Acho que os investimentos têm uma tendência **neocolonial**, onde muitas vezes há uma exploração da fragilidade institucional do país que é investido, que muitas das vezes são periféricos, como a China vem fazendo ultimamente em países africanos, e nos países que compõem a Nova Rota da Seda. Na maior parte das obras de infraestrutura financiadas pela China, a mão de obra qualificada e as empresas utilizadas são chinesas, e os países periféricos não obtêm o ganho imaginado em suas economias.” (Aluno do 6º período)

”Eu acho que esses investimentos historicamente partem de países ocidentais como investimentos puramente para infraestrutura de escoamento de commodities, acabam que são investimentos pro lucro pro próprio país que investe. No entanto, o país que recebe o investimento ganha um pouco mais de infraestrutura, mas acaba que é quase um investimento interno do país que investe. Também alguns países fazem isso como estratégia de criar dívidas externas nos países subdesenvolvidos. Agora, diferente disso, a China, na África, tem feito empréstimos que não tem contrapartida de receitas econômicas. Além disso, as obras de infraestrutura tem uma importância estratégica na China, mas tem um retorno nacional para o próprio país também, como retorno de impostos e geração de emprego. Eu não vejo esse tipo de investimentos de forma nociva.” (Aluno do 4º período)

Enquanto alguns se mantêm contrários à entrada de capital estrangeiro em países pobres mesmo se esse capital for de origem chinesa, alguns alunos flexibilizam o protecionismo, admitindo que a ideia de parcerias em infraestrutura com países ricos podem ser nocivas,

exceto em relação à China.

Em geral, os alunos enxergam os investimentos *necessariamente* como uma política de Estado, atrelados à expansão de influência geopolítica do país que investe. Dessa maneira, os investimentos de países ricos em países pobres são vistos como uma via de mão dupla desbalanceada, onde o país mais pobre garante infraestrutura e entrada de capital externo na sua economia, enquanto o país rico beneficia-se não só economicamente, mas, sobretudo, criando uma relação de dependência econômica e subserviência diplomática.

É possível definir uma maioria entre os alunos de Relações Internacionais na UFRJ que tende a rejeitar fortes laços bilaterais com grandes potências na atual conjuntura. Apesar de alguns estudantes assumirem possíveis benefícios a países pobres provenientes de investimentos de países ricos (quando criteriosos e cuidadosos, sem deixar instalar-se uma relação de dependência), ainda permanece uma constante desconfiança e pessimismo em relação ao capital externo, mesmo considerando que a disputa geopolítica é inerente ao Sistema Internacional e assumindo que nenhum país tenha se desenvolvido economicamente sem a abertura ao capital estrangeiro.

A DISPUTA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS, OS INVESTIMENTOS E A ATUAL PANDEMIA DO COVID-19

O objetivo da quarta questão era analisar o posicionamento do aluno frente a disputa geopolítica entre os Estados Unidos e a China observando como se entendia as consequências da pandemia do COVID-19 nos investimentos das duas grandes potências.

Com a pesquisa, foi possível notar que a maioria dos alunos concordavam que a pandemia fomentou a disputa por áreas de influência no globo entre os dois países, principalmente na Ásia e África. Todos os entrevistados citaram o fato da China ter sido mais eficiente em lidar com a pandemia, o que mostrou que ela tem o potencial de se tornar a grande potência mundial e consolidar os seus investimentos mais ainda.

“O enfrentamento chinês a pandemia, em comparação ao norte-americano, fez com que o impacto econômico fosse menor, assim sendo, mostrou que a China pode continuar com a sua política de investimentos externos de uma forma quase igual ao que acontecia antes. E os EUA, com o seu mal enfrentamento a pandemia, vai sofrer um baque maior. Assim conseguimos ver que a China saiu beneficiada da pandemia em relação ao seu maior rival.” (Aluno do 6º período)

“... E a China construiu um hospital na África, fazendo um investimento massivo, com a justificativa de auxiliar o combate da pandemia. Dessa forma ela tem apoio de vários governos africanos, porque ela ajuda com a pandemia, então ela faz um investimento que gera retorno político e retorno econômico, porque os africanos ficam mais interessados em negociar com a China do que com os Estados Unidos. Em contrapartida, os Eua fazem outro investimento, criando uma certa disputa geopolítica em certas áreas...” (Aluna do 5º período)

Também foi observado na fala dos entrevistados o fato de que além da disputa eco-

nômica, também se acentuou a disputa política entre China e Estados Unidos, principalmente na questão da culpabilização da China pela pandemia pelo atual presidente americano, Donald Trump.

“...Então, já que eles estão em disputa por poder econômico e político, isso será acentuado durante a pandemia, inclusive em questões de quem causou a pandemia e quem deve ser responsabilizado por ela, e uma corrida de investimentos na área de saúde, em quem constrói mais hospitais, quem tem um melhor preparo para combater a pandemia, quem consegue uma vacina primeiro. E tudo isso são questões de investimentos que influenciam também no mercado, na bolsa de valores e em como ela vê os mercados chineses e americanos...” (Aluna do 5º período)

A PERCEPÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL E AS AÇÕES DO ATUAL GOVERNO

Nesse momento, sendo realizada a quinta questão, os entrevistados foram requeridos a discorrer sobre suas opiniões acerca da crescente dos investimentos chineses no Brasil nos últimos anos e expressar também suas visões sobre a postura do governo atual nas relações brasileiras com a China e com os Estados Unidos.

Em relação aos investimentos chineses, foi observado um padrão nas respostas dos entrevistados em que a maioria considera que tais investimentos são em parte benéficos e necessários para o desenvolvimento da economia brasileira, contanto que a soberania nacional seja sempre prezada em tais negociações. Entretanto, há quase que unanimidade nas ressalvas em relação aos investimentos estrangeiros, não necessariamente chineses, em grande escala no nosso país. O principal argumento utilizado é o de que investimentos externos em demasia podem tornar nossa economia extremamente dependente e frágil, inibindo nossa capacidade de explorarmos nossos próprios recursos. A área que se destacou como exceção para os entrevistados foram investimentos em infraestrutura; nesse âmbito, os entrevistados consideram os ganhos dos investimentos como algo permanente e, portanto, mais benéfico. Nesse contexto, o metrô do Rio foi usado por diversos alunos como exemplo.

“Se a nossa economia for ficar muito dependentes dos investimentos chineses, no longo prazo isso não será produtivo, já que a renda gerada pelas empresas chinesas irá para a China e não ficará no Brasil. Pode ser positivo em diversas áreas, como na geração de infraestrutura, que são coisas permanentes.” (Aluno do 7º período)

“Os investimentos chineses são bons até certo ponto, assim como qualquer investimento, é bom na geração de emprego e infraestrutura, mas temos que tomar cuidado para não perder a nossa soberania nacional em termos de indústria.” (Aluno do 4º período)

Logo após essa questão, os alunos foram solicitados a analisar as ações diplomáticas do atual governo brasileiro em relação à China e aos Estados Unidos. Nesse ponto, prevaleceu uma dura crítica ao posicionamento que consideram puramente ideológico do governo Bolsonaro. A maioria dos entrevistados afirmou que, quando se trata de investimentos, devemos nos comportar de forma pragmática e estarmos abertos a todos os lados de forma igualitária. Ademais, foi destacado por muitos a relação de subserviência do governo brasileiro para com a administração Trump, apontando essa relação como desigual e que favorece muito mais os

norte-americanos do que a nossa própria economia.

“...o governo atual, creio que colocam a agenda ideológica como fator principal, de forma exagerada. Nos aliamos demais aos EUA e pedimos pouco em troca, e nem tudo que pedimos recebemos. Ficamos em uma posição fraca diplomaticamente, renunciamos a muita coisa.” (Aluno do 6º período)

“...Acho que o governo Bolsonaro tem sido muito ideológico e acho que isso é ruim a longo prazo para o Brasil, por estar potencializando um distanciamento da China... deve-se manter tanto os EUA quanto a China em bons termos com o país, porque esses investimentos, especificamente os investimentos da China no Brasil, podem ser muitos benéficos...” (Aluna do 5º período)

De maneira geral, os entrevistados têm visões diametralmente opostas do governo atual quando se trata de política externa envolvendo as relações entre Estados Unidos e China. As críticas foram concentradas em grande parte no que consideram ser as ideias pessoais do presidente Bolsonaro e seus eleitores, nenhuma outra figura do governo foi citada.

“Em relação ao Bolsonaro...ele tenta dificultar o nosso comércio bilateral com a China, mas ao mesmo tempo ele sabe da importância desse comércio e fica dividido entre o eleitorado boçal dele e o pragmatismo político de fazer negócios.” (Aluno do 4º período)

RELAÇÕES ENTRE INVESTIMENTOS E FORMAÇÃO DE ÁREAS DE INFLUÊNCIA

A sexta pergunta do questionário visava entender como os alunos explicariam a relação entre o direcionamento de investimentos ao redor do globo e a criação de áreas de influência ou de interesse do país investidor. Mais importante do que meramente afirmar a relação, nos interessava observar o que o aluno entendia como consequência dos vínculos criados pelos investimentos no cenário internacional no que concerne ao jogo de poder e de influências.

Mesmo que não tenha sido o objetivo principal da pergunta, todos os alunos abordados responderam acreditar na existência de uma relação entre investimentos e formação de poder. Não houve nenhuma resposta que moralizasse o fato de que Estados investem em outros Estados e tanto a China e os Estados Unidos foram citados igualmente nas respostas como investidores mas também como Estados desejosos por ampliar e consolidar suas áreas de influência.

Dito isso, é possível observar na fala dos alunos uma diversidade de motivos que justificariam investimentos de origens estrangeiras, mas todos convergem na ideia de que investimentos não seguem razões puramente econômicas.

“Com certeza existe uma relação entre os investimentos e o jogo de poder internacional. Os investimentos acabam por criar relações de dependência entre os países. Quando há o investimento você cria um vínculo mais forte entre os países, tanto econômica, quanto politicamente.” (Aluno do 6º período)

“Nenhuma potência faz investimentos apenas por fazer. Existem interesses por trás, e parte desses in-

teresses tem relação com a criação de áreas de influência ao redor do globo. Tem relação com o poder que essa potência investidora pode criar em outras partes do globo.” (Aluna do 4º período)

A grande maioria dos alunos apontaram acreditar que o capital de investimentos estrangeiros está ligado também a subordinação de um Estado por outro. Por exemplo, a ocorrência de investimentos sendo motivados pelo controle de áreas, setores ou infraestruturas estratégicas e até na tentativa de influenciar ou até mesmo controlar as instituições políticas de uma determinada nação. Nesse mesmo raciocínio, parece ser o ponto de reflexão dos alunos certa posição assimétrica que existe entre os principais países investidores e os principais países recebedores de investimentos no cenário internacional.

“Elas [as grandes potências investidoras] acabam influenciando internamente os países onde investem. Então eu acredito que esses investimentos trazem dois lados: pequenos países desejam se desenvolver a partir de investimentos e ao mesmo tempo super potências desejam a partir desses investimentos, manter regiões sob seu domínio.” (Aluna do 4º período)

“Quando você faz esses tipos de investimento, muitas vezes os países ficam dependentes desses investimentos...” (Aluno do 7º período)

Alguns alunos entrevistados também citaram a possibilidade dos Estados investirem no exterior na tentativa de fortalecer politicamente sua imagem no Sistema Internacional. Nesse sentido, a aplicação de investimentos em outros países serviria como uma plataforma de autopromoção do país investidor no jogo político internacional na tentativa de atrair benefícios em diversas frentes.

“Acho que investimentos são uma forma muito poderosa de conseguir se mostrar no plano internacional para outros países e, também, conseguir o apoio de outros países, conseguir fazer acordo com outros países.” (Aluna do 5º período)

“Os investimentos afetam não só a parte econômica e diplomática, mas também a parte política, de se mostrar enquanto um grande ator político.” (Aluna do 5º período)

Um aluno também citou a aplicação de investimentos em outros países como meio de propaganda de culturas e costumes no imaginário da sociedade do país investido.

[Investimentos em outros países] gerando mais influência, inclusive culturalmente, que talvez não seja o principal, mas que acontece. (Aluno do 7º período)

Também notamos nas falas dos alunos, repetidas vezes, palavras como colonialismo, neocolonialismo e imperialismo.

Quando um país investe [...] é sempre por influência, [...] uma forma de manipulação do país em que ele está investindo. Então, é uma nova forma de colonialismo e imperialismo moderno. (Aluna do 5º período)

Então [...] partindo da ideia que existe do neocolonialismo, que superpotências criam relações em outras partes do globo e passam a investir, a criar áreas de influência. Elas acabam influenciando internamente os países onde investem. (Aluna do 4º período)

Acreditamos que o aparecimento dessas palavras nas respostas ao questionário aponte para o entendimento de um cenário internacional articulado a partir de forças hegemônicas que imbricam dominação econômica e dominação política, onde a forma de disputa entre as principais potências é pela expansão de suas influências ao redor do globo.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o relatório apresentado, concluímos que os estudantes de relações internacionais da UFRJ possuem, em sua maioria, ideais que se adequam em grande parte nas teorias neorrealistas das RI, tendo como base para essa afirmação o fato de os entrevistados se mostrarem extremamente céticos em relação ao investimento externo de maneira geral, afirmando que grandes potências investidoras possuem interesses “neocoloniais” e que os ciclos de investimento tendem a favorecer um movimento de dependência das economias mais fracas em relação aos países desenvolvidos economicamente. Ademais, destaca-se a ênfase em discursos nacionalistas e protecionistas que encontra seu respaldo nos conceitos de soberania nacional, pragmatismo diplomático e cooperativismo econômico em áreas específicas onde o investimento estrangeiro possa ter impactos permanentes.

Entretanto, vale salientar que muitos alunos consideram uma exceção quando tratam da relação brasileira com os investimentos chineses, considerando se tratar de uma tendência natural que a China venha a se tornar, em um futuro próximo, o *hegemon* do plano internacional, superando os Estados Unidos. Essa visão é reafirmada no efeito de todos os entrevistados terem citado o fato da China ter sido mais eficiente em lidar com a pandemia do novo coronavírus, tendo sido, na visão do alunato, a potência que melhor lidou com os obstáculos impostos pela pandemia.

Além disso, quando questionados em relação ao momento brasileiro e o seu governo atual diante desse cenário, houve consenso em relação à adoção de um maior pragmatismo político e econômico nas relações brasileiras com China e Estados Unidos. Foram feitas duras críticas à postura ideológica adotada pelo governo Bolsonaro, tendo sido apontada a aproximação com os Estados Unidos como uma relação de desigualdade e que não rende os frutos econômicos desejáveis ou aceitáveis. Nessa condição, podemos notar uma vez mais as tendências pragmáticas e nacionalistas dos alunos de relações internacionais, que afirmam que nossas relações econômicas e de investimento devem ser baseadas em resultados concretos e duradouros, que beneficiem principalmente o Estado brasileiro e sua população. Em síntese, podemos concluir, com base em nossa pesquisa, que os alunos de Relações Internacionais da UFRJ possuem um conhecimento razoável no que se refere às disputas sino-americanas, mas uma noção superficial quanto a realidade dos investimentos de ambos os países no Brasil, demonstram portanto, grande receio em relação a investimentos estrangeiros como um todo, ainda que propensos, de maneira geral, a aceitar com mais cordialidade os investimentos chineses do que o dos norte-americanos.

BIBLIOGRAFIA

- RELATÓRIO DA TURMA DE MÉTODOS DE PESQUISA 2019.2. Pesquisa Qualitativa 2019.2. Rio de Janeiro. UFRJ, 2019.
- RELATÓRIO DA TURMA DE MÉTODOS DE PESQUISA 2019.1. Pesquisa Qualitativa 2019.1. Rio de Janeiro. UFRJ, 2019.

GRUPO 3: GUERRA COMERCIAL: UMA PESQUISA QUALITATIVA SOBRE O PENSAMENTO DOS ESTUDANTES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

Bryan Leonardo Silva Nery
Elisa Blunt Villela
Fernando Rocha Vieira
João Marcelo Larrubia Modena
Maria Eduarda Dreher Sardinha
Nicholas Botelho Alves

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho almeja analisar o conhecimento dos alunos do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a respeito das variáveis envolvidas na disputa comercial entre Estados Unidos da América (EUA) e a China. A metodologia qualitativa, de natureza investigativa e analítica, foi conduzida através de entrevistas virtuais gravadas e compostas por seis questionamentos abrangentes a respeito da guerra comercial e seus consequentes impactos. Uma vez que distintos segmentos econômicos e desdobramentos de caráter político foram discutidos, estruturamos as questões em seções diferentes a fim de organizar os temas. Em ordem, associamos as causas e consequências dos litígios comerciais com temas como hegemonia global, eleições presidenciais estadunidenses em 2020, grupos de interesse, e a postura da política externa brasileira diante das iminentes influências. Doze discentes são a unidade de análise com os quais consolidamos as observações e conclusão do presente trabalho, com o propósito de compreender as perspectivas e tendências predominantes no curso de Relações Internacionais da UFRJ.

Palavras chave: Estados Unidos; China; Comércio; Guerra Comercial.

2. GUERRA COMERCIAL: ENTENDENDO O CONCEITO

A partir da vitória do partido republicano nas eleições presidenciais em 2016 o novo governo de Donald Trump adotou políticas restritivas aos ativos chineses na economia estadunidense. A perspectiva da administração vigente interpreta como nocivo para o nível de renda e empregabilidade nacional os paradigmas que conduziram a estratégia de política comercial de Washington com os demais parceiros econômicos ao longo da última década. Em particular com Pequim, detentor da 2ª maior economia do mundo e com quem a balança comercial estadunidense sofreu sucessivos e expressivos déficits, a retórica correlaciona o desfavorável

intercâmbio econômico como determinante na deterioração dos índices macroeconômicos e do bem estar do cidadão médio norte-americano.

Munido do diagnóstico político-econômico, Trump apresentou em março de 2018 a sobretaxação das importações do aço, em 25%, e do alumínio, em 10%, como medida inicial no âmbito do comércio internacional para engendrar a reversão dos déficits comerciais e a emigração de empregos. Embora aplicada com ressalvas para parceiros com superávit econômico, a medida foi um prelúdio de duros golpes tarifários direcionados à China. Naturalmente, Pequim impõe retaliações recíprocas na forma de barreiras comerciais que mutuamente se acentuam e deflagram a guerra comercial entre EUA e China.

Decorridos dois anos do conflito, os obstáculos comerciais tornaram-se mais abrangentes e complexos, envolvendo distintos segmentos econômicos e pretensões escusas com o propósito de assumir a liderança econômica, política e tecnológica globalmente. Diretamente responsáveis por refrear as trocas comerciais e desacelerar a economia mundial nesse período, ambos os países ressoam para os respectivos parceiros econômicos potenciais tensões no caso de inclinação a um dos lados.

3. ANÁLISE DAS QUESTÕES DO ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Com o propósito de investigar o litígio comercial sino-estadunidense em marcha foram elaboradas sete perguntas que nortearam as entrevistas. O questionário foi estritamente dirigido aos alunos de Relações Internacionais da UFRJ e abrangeu distintos aspectos que compõem a discussão em pauta. Cada pergunta foi dividida nessa sessão em tópicos, que resumem o conteúdo da questão referente. Dessa forma, fomos capazes de obter uma análise minuciosa e consequentemente mais elucidativa dos estudantes entrevistados.

a. Qual é o seu entendimento da vigente Guerra Comercial?

A primeira pergunta tem como objetivo mensurar o grau de conhecimento dos alunos de Relações Internacionais a respeito dos embates comerciais. Diante desse questionamento, a maioria dos entrevistados argumentou que seu saber em relação a temática se deu através de canais de comunicação, tendo como ponto focal a rede social *twitter*.

Sob esse plano foi possível notar que parte dos entrevistados resume o conflito apenas como um jogo econômico onde ambas as partes são reacionárias às práticas comerciais adotadas para os produtos importados.

“[...] aumento das taxas sobre os produtos que eles tiveram. Que os Estados Unidos aumentou para poder valorizar o produto deles, né, pro pessoal não comprar tanto da China. Ai depois a China au-

mentou, aí os Estados Unidos aumentou, a China aumentou de novo, e aí eles ficaram nesse 'joga pra um lado, joga pro outro' [...]” - Aluna, 1º período

Para além disso, alguns alunos apontaram que a guerra comercial se trata de uma questão geopolítica, onde uma potência de pura influência internacional tem seu poder ameaçado frente a ascensão de um país historicamente retalhado pelo sistema capitalista por suas ideologias díspares.

“Então eu acho que a guerra comercial nada mais é do que uma disputa hegemônica entre a China e os EUA e que provavelmente vai se intensificar nos próximos anos. E se trata muito sobre quem vai ditar a próxima estrutura do sistema internacional de vigilância e inteligência porque com a oportunidade de renovar todo o sistema TIC, de tecnologia, informação e comunicação.” - Aluno, 5º período.

O cenário apresentado acima nos remete a um determinado período histórico pós-guerra onde surgiu uma bipolaridade no sistema internacional em que o objetivo final seria a estruturação de um sistema espelho as ideologias do “vencedor”. Ao questionarmos os internacionalistas sobre a possibilidade do conflito comercial configurar uma segunda Guerra Fria, dividiu opiniões, onde uma primeira parcela tende a acreditar que a construção desse embate possui premissas diferentes do conflito EUA X URSS, devido a não igualdade de poder entre China e EUA. Apesar da China estar crescendo exponencialmente, os entrevistados ainda a colocam em segundo lugar no sistema internacional, baseado em quesitos militares e influência política, o que justifica as opiniões contrárias ao conceito de guerra fria 2.0 aplicada a guerra comercial.

A segunda parcela configura o conflito como uma nova guerra fria, por ser um embate não físico, mas que induz práticas protecionistas para assegurar não só questões econômicas, mas também frear a expansão geopolítica de outrem.

A terceira e última parcela dos entrevistados, problematizou essa adaptação de conceito como sendo uma perspectiva muito americanizada, devido às práticas dos EUA de determinar como inimigo comum qualquer ator internacional que venha ameaçá-lo.

“Eu acho que o nome vai se popularizar muito já é possível ver jornal artigo usando esse termo de Nova Guerra fria e eu acho que é só uma perspectiva muito americanizada por que o Estados Unidos está meio que acostumado a formar determinar o inimigo comum Como foi com União soviética e agora estão querendo tornar a China Uma Nova União soviética para que fique mais fácil das pessoas odiarem ela.” Aluna, 7º período.

Em suma, nota-se que uma parte diminuta dos alunos foi capaz de conceituar precisamente o conflito e as variáveis envolvidas. apenas quatro de doze, expuseram um argumento amplo o suficiente para abarcar a complexidade real da temática. Dentre aqueles que mostraram maior afinidade, a guerra comercial foi definida como um dos diversos meios empenhados

pelos EUA para perpetuar a hegemonia no Sistema Internacional.

b. Qual é a sua opinião a respeito das restrições comerciais impostas pelo governo Trump no comércio com a China a partir de 2018?

O propósito principal da pergunta B foi de examinar a percepção dos alunos sobre a eficácia da política comercial estadunidense perante a guerra comercial, bem como entender seus desdobramentos para o comércio internacional. Diante desse questionamento, os entrevistados argumentaram que as restrições comerciais à China estabelecidas durante o governo Trump são parte de uma estratégia protecionista que almeja impedir ou mitigar o avanço chinês no sistema global. Todos os alunos apontaram, em algum momento de suas entrevistas, que fundamentalmente a guerra comercial se trata de um reflexo de uma questão de hegemonia. Um dos entrevistados citou também a importância do aspecto tecnológico nessa disputa, mencionando a comercialização de produtos voltados para TIC (Tecnologia, Informação e Comunicação) e a disputa pelo domínio da tecnologia 5G.

“Eu acho que essas imposições tem muito mais um sentido geopolítico do que econômico imediato, como uma forma de pressionar a China.” - Aluno, 8º período.

A opinião geral dos alunos acerca da eficácia ou ineficácia das restrições implementadas foi difusa. Alguns apontaram que estas restrições não apresentaram grandes impactos para os EUA, enquanto outros afirmaram que favoreceram a economia norte-americana. Apenas um dos entrevistados expôs que estas medidas econômicas estadunidenses não são capazes de provocar efeito considerável na China, dada a sólida estrutura e crescimento de sua economia. Contudo, a despeito dessa divisão de opiniões, praticamente todos concordaram que as restrições comerciais e o acirramento da guerra comercial não são benéficos ao comércio internacional.

“Eu não sei do ponto de vista estadunidense, mas eu acho que basicamente seria mais interessante manter uma postura de alinhamento com a China porque eu acho que seria mais favorável e poderia trazer mais benefícios do que criar uma guerra comercial que é desgastante e não necessariamente irá resultar em algo para nenhuma das duas potências.” - Aluna, 7º período.

Em suma, o ponto que foi mais frequentemente citado entre os alunos foi que a imposição de restrições econômicas como, por exemplo, aumento das tributações sobre produtos chineses, é uma tentativa dos EUA (para alguns entrevistados, do próprio presidente Trump) de atravar o desempenho chinês no comércio internacional e a presença de seus produtos no mercado interno. Sendo esta política uma vertente da disputa hegemônica pela posição de superpotência mundial.

c. A guerra comercial sino-americana ganhou destaque durante o Governo Trump. Tendo em vista as eleições presidenciais nos EUA, no âmbito desta Guerra Comercial, qual deveria ser a postura de política comercial do novo governo?

O objetivo dessa pergunta foi simultaneamente captar as impressões dos entrevistados sobre a postura ideal dos EUA no próximo governo e compreender quais são suas projeções pessoais a respeito da postura de cada candidato à presidência norte-americana. Todos os entrevistados classificaram a postura atual como de enfrentamento duro e compreenderam que seria melhor para os EUA abrandar a guerra comercial contra a China e buscar acordos bilaterais, pelo bem de sua própria economia e da economia global. Mesmo um entrevistado que apresentou dúvida sobre qual a melhor estratégia para a economia americana expressou preferência ao apaziguamento argumentando o bem-estar do Comércio Internacional.

“Eu acho que a postura deveria ser de cooperação mesmo. Eu acho que, em todos os sentidos, a cooperação tem que ser sempre algo que todas as nações procuram, então eu espero que a postura de quem for eleito na próxima eleição seja a de um governante aberto ao diálogo, para resolver os impactos e, de certa forma, solícito e realmente cooperativo nas relações. Então, certamente, uma solução um pouco contrária a que está sendo tomada pelo atual presidente.” - Aluna, 1º período.

Sobre as especulações a respeito dos dois candidatos, a opinião foi mais dividida. Oito alunos disseram enxergar a mesma postura de enfrentamento à China no discurso dos dois candidatos, justificando ser uma agenda da política externa estadunidense. Enquanto quatro reconheceram um intuito mais apaziguador das fricções no candidato Joe Biden (Partido Democrata). Ainda assim, os que argumentaram não existir grandes diferenças entre ambos os candidatos, tenderam a apontar que Joe Biden saberia conduzir com mais sutileza, deixando o enfrentamento “menos óbvio”:

“Se o Trump ganhar, é provável que continue com uma política muito forte contra a China. Se o Biden for eleito, não vejo uma quebra muito diferente nisso.[...] Eles se diferenciam em outras questões, mas não muito com a China. O cenário tende a continuar assim independente de quem ganhe. Se o Biden ganhar, isso ficará um pouco menos óbvio, pois esse tema não é uma plataforma de governo dele. Ao contrário do que Trump faz, não acho que seria tão escancarado.” - Aluna, 6º período.

Algo bem evidente a se apresentar, comum à maioria dos candidatos, é uma aversão forte ao Governo Trump e à própria figura de Donald Trump (Partido Republicano). Um entrevistado até associou a guerra comercial como motivação pessoal do Presidente:

“O Trump é caótico, é como se fosse um adolescente no poder para mim, sinceramente. É uma pessoa do século XX encaixada num governo do século XXI e que reflete os piores tipos, as piores crenças que uma nação pode ter. E ele é extremamente não diplomático e ele não tem vergonha disso. Logo, todo o governo dele tem sido dessa forma. Eu acho que o Biden tem muito mais chance de agir de forma mais diplomática [...], eu acredito que o Biden tem muito mais chance de conseguir essa faceta, né, de conseguir manter as relações mais passivas e estabelecer novos acordos, do que o Trump. Eu acho que o Trump vai continuar nessa linha e eu acho que é daí pra pior.” - Aluna, 4º período.

d. Você enxerga a disputa comercial entre as duas potências como positiva ou negativa para o comércio internacional? Por quê?

A partir da quarta questão formulada, pôde-se notar que nem todos os entrevistados tiveram de imediato uma resposta concreta sobre a consequência da Guerra Comercial para o Sistema Internacional. Mas ao desenvolverem seus pontos de vista, conseguiram determinar um posicionamento. Teve-se como resposta que dentre os nossos 12 entrevistados, apenas 3 encaram a Guerra Comercial como positiva para o comércio mundial, enquanto os outros 9 encaram-na como negativa, uma proporção de ¼. Aqueles que julgam a Guerra Comercial como benéfica, se justificam principalmente pela abertura de oportunidades de crescimento para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil.

“Talvez pensando no geral seja positivo porque pode abrir espaço para outras demandas, você deixa de cumprir uma demanda com um país e realoca para outro. Surgindo novas oportunidades de comércio e trocas com outros países.” - Aluna do 4º período.

Mas também, houve um entrevistado que se justificou a partir de uma perspectiva política, e, na visão dele, a guerra comercial é benéfica uma vez que ela contesta o poder hegemônico de um único país, os Estados Unidos, sobre todos os outros dentro do sistema internacional.

“Talvez, por comércio internacional, seja positivo sim. Eu acho que seja. Porque se a gente não tem uma competição, duas economias que têm a pujança econômica, o que a gente teria seria a dominação de uma só. É essa única superpotência iria querer ditar as regras pra todo mundo.” - Aluno do 4º período.

Por outro lado, os alunos que acreditam que a guerra comercial seja negativa, tiveram linhas de raciocínio semelhantes, entre eles. A justificativa mais comum entre esses alunos foi a da desestabilização tanto do comércio, como do sistema internacional como um todo.

Alguns citaram os efeitos que foram visíveis nas mais influentes bolsas de valores, e citaram a valorização do dólar. Além disso, alguns alunos lembraram que essa situação pode influenciar vários outros países a criarem políticas protecionistas, que de acordo com esses próprios alunos, são prejudiciais ao sistema.

“Eu acho que vai dar muito espaço para políticas protecionistas [...] Acho que vivemos num mundo globalizado e é preciso ter um aberto comércio internacional e tudo o mais, então acho que vai ser mais maléfico do que benéfico.” - Aluna do 1º período

E, apesar de apresentarem posicionamentos finais diferentes, todos os 12 alunos reconheceram que essa questão era difícil de ser respondida, e que vários fatores precisam ser ponderados antes de dar uma resposta final. Um fato interessante é que todos os alunos do 4º período que foram entrevistados enxergam a Guerra Comercial como positiva, e ainda, são os três únicos que a enxergam dessa forma. Além disso, todos os entrevistados do primeiro

período, que julgam a Guerra como negativa, reconhecem que ela é negativa num geral, mas benéfica para os países em desenvolvimento. Enquanto os entrevistados que estão nos últimos períodos do curso, já tendem a vê-la como negativa até mesmo para os países em desenvolvimento, no longo prazo.

e. Na sua opinião, qual será o impacto da Guerra Comercial para o Brasil a longo prazo? Seria uma oportunidade de crescimento econômico ou contrário?

Após as perguntas anteriores sobre a perspectiva estadunidense, a perspectiva chinesa, e os impactos da Guerra Comercial no comércio internacional, no geral, dentre outros aspectos, a questão E buscou compreender a opinião dos entrevistados acerca dos efeitos da Guerra Comercial entre a China e os Estados Unidos ao Brasil.

No geral, os estudantes entrevistados majoritariamente acreditam que a Guerra Comercial possui efeitos negativos ao Brasil, principalmente devido ao fato de o Brasil ter colocado-se em uma posição de forte alinhamento aos Estados Unidos, parte da nova estratégia de política externa do governo de Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018. Segundo os estudantes, a falta de neutralidade do Brasil em meio às agressivas entre China e Estados Unidos quanto ao comércio, além de outras questões estratégicas como a implementação do 5G, por exemplo, é o principal fator que pode gerar riscos de perdas ao Brasil, principalmente em relação às exportações à China, seu maior parceiro comercial, entre outros países aliados. Alguns entrevistados apontaram também uma falta de pragmatismo na nova política externa brasileira, alegando que o país tem cedido aos Estados Unidos em diversas situações, sem nenhuma contrapartida aparente ou benefício notório.

“É muito importante também como está a gestão no momento, né? Agora, considerando que essa gestão é extremamente ligada aos Estados Unidos e com um pouco da versão dessa situação da China, pelos Estados Unidos estarem freando essa situação para si, e não para o seu bando, o Brasil sai completamente prejudicado dessa situação. Porque, em vez de estar podendo aproveitar o melhor dos dois lados, ele está [se] aliando com o lado que está visando só os interesses próprios, então Brasil, pelo menos, nesse primeiro momento, seguindo a perspectiva que a gente está, sai completamente prejudicado.” - Aluno, 7º Período.

Além disso, muitos apontam que o Brasil é um país vulnerável em relação ao cenário econômico internacional, por estar em crise econômica, mas principalmente por depender das exportações de matéria prima, de bens primários e da produção do agronegócio. Desta forma, a Guerra Comercial coloca o país em uma posição muito delicada em um cenário de incertezas no sistema internacional. O fato de o Brasil possuir uma economia e balança comercial sensíveis e alinhar-se abertamente a um dos lados, aos Estados Unidos, gera preocupações quanto ao futuro, seja em médio ou longo prazo.

O trecho a seguir, retirado de uma das entrevistas, exemplifica o ponto anterior:

“Eu acho que isso teria um impacto negativo no Brasil de qualquer forma, tanto pela guerra comercial que gera incerteza, e o Brasil não é um país seguro para colocar dinheiro, então isso afeta mais ainda. E principalmente a partir do alinhamento automático do Bolsonaro com o Trump isso só piora as nossas exportações, porque o Brasil exporta coisas muito parecidas aos dos EUA. Então, não tem muito como manter uma interdependência com essas duas economias sem o Brasil se prejudicar.” - Aluno, 5º Período.

O possível aumento do custos de certos insumos e produtos, devido à imposição de tarifas por parte da China e dos Estados Unidos deve aumentar também o seu preço no mercado internacional e afetar majoritariamente países subdesenvolvidos, mas também nações em desenvolvimento, tal como o Brasil. Um entrevistado destacou este ponto durante a sua entrevista:

“Eu acho que toda essa questão da Guerra comercial vai favorecer os países subdesenvolvidos, no primeiro momento, para a gente poder exportar principalmente para os Estados Unidos com mais facilidade, mas, depois, não sei. Eu acho que, a longo prazo, essas tarifas se mantendo bem altas, vão acabar freando a economia mundial e vão, como eu já tinha comentado, aumentar o custo de consumo e tudo mais. E os primeiros países que vão sofrer com esse aumento do custo de consumo serão economias menos desenvolvidas, como é o caso do Brasil e das demais da América Latina.” - Aluna 1º Período.

Por outro lado, houve a menção de que a Guerra Comercial tem o potencial de fortalecer a indústria nacional brasileira, sobretudo a fim de substituir as importações e desenvolver a economia local. Assim, os efeitos da Guerra Comercial poderiam ser positivos ao Brasil caso haja políticas públicas macroeconômicas de industrialização e desenvolvimento da produção nacional. E, embora os entrevistados e entrevistadas tenham apresentado posicionamentos distintos acerca do tema, todos admitiram que era uma questão complexa devido à quantidade de fatores envolvidos no tema, tais como conceitos de comércio internacional, de economia política, fatores políticos, a questão diplomática e as relações bilaterais entre países, mas também multilaterais, assim como as instituições e organizações internacionais.

f. Qual, na sua opinião, seria o melhor posicionamento do Brasil frente ao conflito entre os seus dois principais parceiros comerciais? Alinhamento automático a um dos extremos ou uma tentativa de neutralidade?”

O último questionamento apurou dos entrevistados as preferências político-ideológicas a respeito da estratégia de condução da política externa brasileira. Com o propósito de entender minuciosamente os elementos pragmáticos que compuseram as respostas, perguntas suplementares mais incisivas foram elaboradas no decorrer da entrevista.

As preferências pessoais apontam que exceto por um aluno todos os alunos desaprovam veementemente o alinhamento automático como instrumento primordial da política externa brasileira. Invés de se fincar a um dos extremos, 11 entrevistados reforçam contundentemente que a política de neutralidade e cooperação mútua com ambos os lados é imprescindível

para a preservação da economia brasileira. Um dos entrevistados, em alusão a Guerra Fria do século XX, sugeriu a adoção da política de não-alinhamento.

Todavia, após apresentada a hipótese de ultimato por um dos extremos na guerra comercial, as opiniões se dispersaram e expuseram mais claramente as tendências político-ideológicas dos alunos de Relações Internacionais. A partir dessa hipótese, seis alunos se manifestaram favoravelmente à China em eventual ultimato. Por outro lado, quatro alunos também se inclinaram a favor dos EUA. Dos dois demais discentes, um discordou de chances minimamente concretas de agravamento da disputa a tal ponto, enquanto o outro reiterou a posição de não alinhamento já que qualquer um dos lados escolhido implicaria em nocivas consequências para a economia brasileira.

Embora os graduandos apresentem uma razoável divisão de preferência, as justificativas da maioria centraram-se em motivações econômicas, associadas indiretamente à racionalidade da balança comercial. Apenas um entrevistado ressaltou a pertinência de Direitos Humanos na escolha de um eventual aliado, entretanto, ainda assim optou pela China já que considerou esse um pormenor no cálculo do interesse nacional brasileiro. Quase todos negligenciaram as acusações e denúncias na comunidade internacional a respeito das violações chinesas aos princípios dos Direitos Humanos, mesmo dentre aqueles que escolheram os EUA. Boa parte dos que responderam a questão acerca do ultimato compactuam que a guerra comercial já transbordou para outros aspectos e está altamente sujeita a transformar-se em uma questão militar.

A partir da lógica comercial, as exportações brasileiras foram frequentemente citadas, sobretudo vinculando a proeminência do agronegócio para a macroeconomia brasileira, tão dependente da demanda chinesa. Esse ponto, inclusive, foi a prerrogativa predominante dentre todos que advogaram pela preferência por Pequim. O entrelaçamento da economia brasileira, em especial no setor primário, foi o critério que se sobressaiu. Não houve perspectivas críticas ou comentários a respeito da qualidade e centralização dos investimentos chineses no setor agroexportador. No que tange às influências e capacidades militares, essa foi a justificativa mais sólida entre os que selecionaram os EUA como mais estratégico em caso de ultimato. Quanto a esse aspecto, um entrevistado pontuou o elevado contingente militar disperso ao redor do mundo, especialmente em pontos estratégicos, para exercer a projeção efetiva do poder bélico estadunidense.

“A China em função dos números. As compras do Brasil, das nossas commodities, por ela ser a nossa maior parceira no comércio em geral. Então pensando em números e na economia, eu escolheria a China mesmo.” Aluna, 1º período

“Se tivermos que escolher estar na mão de alguém, acho melhor escolher os EUA, pois apesar da China ser grande ela ainda é segunda, os EUA ainda ocupam as primeiras colocações dos rankings inclusive militar. Os gastos dos EUA com militar é 10x maior do que os gastos dos países que vêm antes da lista somado. Mesmo com a potência militar e econômica da China em sua região. O dano seria maior para o BR se ficassemos contra os EUA” Aluno, 4º período.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última análise, destaca-se que o tema Comércio e mais especificamente a Guerra Comercial estão relativamente distantes do foco de interesse dos alunos de Relações Internacionais. Mesmo aqueles que souberam dissertar sobre a temática alicerçaram seus argumentos em seus respectivos campos de estudo/interesse, sendo os mais presentes: Política Internacional e Defesa. Pouco se ouviu efetivamente sobre Economia Internacional e, como admitido pela quase totalidade dos entrevistados, pouco se estuda essa área.

Nota-se também um razoável apoio para políticas protecionistas, apesar de pontuada a compreensão das nocividades das medidas restritivas. Nesse sentido, mesmo os entrevistados que conferiram uma eficácia inicial das restrições comerciais impostas pelos EUA, entendiam que essa não seria a alternativa ideal para países desenvolvidos. As justificativas da ala mais pragmática e Realista, composta por sete alunos, consistia no argumento de que a manutenção da estabilidade do Sistema Internacional deve ser prioridade da potência hegemônica (EUA) e que seus atos estariam provocando a instabilidade que ameaça seu *status quo*. Já a ala mais globalista e Liberal, composta por cinco alunos, defendia com clareza a existência do Comércio Internacional como mecanismo de cooperação e ferramenta máxima para estabilidade e que, por isso, barreiras comerciais sempre seriam maléficas. É importante destacar que a ala Liberal é composta majoritariamente de alunos na primeira metade da graduação, enquanto a ala Realista é justamente o oposto, o que pode representar uma configuração típica do percurso ideológico perpassado na graduação.

Outro notório ponto levantado, principalmente nas perguntas B, C e F, é uma vontade e, em alguns casos, entusiasmo pela perda de influência hegemônica dos EUA em detrimento do avanço da China. Esse sentimento se dá não por uma admiração obrigatória ao estado chinês, mas a uma gama de ressalvas a respeito dos EUA. Os entrevistados se incomodam com a hegemonia centenária estadunidense, pois reconhecem os impactos de sua influência imperialista global, acreditando que o surgimento de uma nova potência hegemônica possa reconfigurar as relações de poder de modo a favorecer o Sul-Global. Sendo assim, não são acríticos à China, porém a enxergam como alternativa de uma nova dinâmica do Sistema Internacional que seja ao menos distinta à estabelecida pelos EUA.

Os entrevistados, ainda, avaliam com bastante rechaço a conduta da política externa brasileira no atual governo Jair Bolsonaro, compreendendo-a como um alinhamento aos EUA. Essa percepção, unânime entre os entrevistados, corrobora para inferir não só o perfil de anti-americanismo já descrito mas também uma oposição forte ao atual Presidente do Brasil.

No que tange aos desdobramentos dos possíveis alinhamentos, a despeito de boa parte anteriormente admitir conhecimentos econômicos escassos, a maioria ainda assim fundamentou a opinião de qual estratégia adotar com base em cálculos estritamente econômicos como motivação primordial. Poucos entrevistados basearam suas perspectivas em outros aspectos como, por exemplo, afinidade cultural, geopolítica, questões de defesa e segurança, sociopolítica ou direitos humanos. Para os que justificaram um eventual alinhamento com os EUA, os aspectos militares foram ressaltados como motivo primordial em caso de conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAHAM, Denmark; HASS, Ryan. More pain than gain: How the US-China trade war hurt America. Disponível em: <encurtador.com.br/gqvWZ>. Acessado no dia 22 de setembro de 2020

CARVALHO, Ana Luiza; CALMON, Elisa; KER, João. 5 pontos para entender a guerra comercial entre EUA e China. Disponível em:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,5-pontos-para-entender-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china,70002887026>>. Acessado no dia 22 de setembro de 2020

AZEVEDO, André; MASSUQUETTI, Angélica; CARVALHO, Monique. OBrasil no contexto da guerra comercial entre EUA e China. XXII Encontro de economia da região Sul – ANPEC 2019.

MARS, Amanda. Trump e Biden disputam a retórica da linha dura contra a China. Disponível em: <

<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-09/trump-e-biden-disputam-a-retorica-da-linha-dura-contra-a-china.html>>. Acessado no dia 22 de setembro de 2020.

VALVERDE, Brenda. EUA x China: cenários da nova guerra fria. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/eua-x-china-cenarios-da-nova-guerra-fria.html>>Acessado no dia 25 de Setembro de 2020.

SCHERER, Lucas. Complexidades e Cenários de uma Nova Guerra fria entre EUA X China.

Disponível em:

<https://relacoesexteriores.com.br/complexidades-e-cenarios-de-uma-nova-guerra-fria-entre-eua-x-china/>. Acessado pela última vez em 01 de Outubro de 2020.

GRUPO 04: A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS PARA A NOVA GUERRA FRIA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA

Danilo Faustino
Isabelly Damasceno
Lucas Fabiano
Maria Vitória Alentejano
Pedro José
Thayná Schiatti

1. INTRODUÇÃO

As ideias de Democracia e direitos humanos são muito caras aos acadêmicos de Relações Internacionais. Nesta direção, o objeto de estudo aqui proposto, qual seja, investigar a formação do pensamento acerca destes conceitos basilares, entre os bacharelandos, torna-se de fundamental importância para avaliar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, este estudo tem por objetivo identificar as posições dos discentes do curso de Relações Internacionais da UFRJ, Brasil, sobre o atual conflito geopolítico entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América (EUA), no que tange aos quesitos Democracia e direitos humanos.

Este relatório é o resultado de uma pesquisa qualitativa realizada com um grupo de discentes (n=12) do Curso de Relações Internacionais da UFRJ, Brasil. “Qual o entendimento dos entrevistados sobre o conceito de Democracia?”; “Qual a relevância atribuída pelos estudantes quanto à defesa dos direitos humanos nessa disputa bilateral?”; “Como os dois países se comportam sob esses critérios no plano nacional e internacional?”; “Qual lugar Democracia e direitos humanos ocupam nessa disputa, se ocupam algum?”, estas foram algumas das perguntas norteadoras para a concepção do objetivo deste trabalho e para a construção das questões apresentadas aos entrevistados.

A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa em profundidade através de entrevistas individuais com 8 questões pré-elaboradas e, eventualmente, com algum outro questionamento que os entrevistadores julgaram cabíveis e necessários no momento da entrevista. As entrevistas foram gravadas com o integral consentimento dos entrevistados, com o objetivo de tornar o mais fiel possível as transcrições.

Este relatório está organizado em três seções, a introdução, o desenvolvimento e as conclusões. No item do desenvolvimento é trabalhada a abordagem teórica dos conceitos de Democracia e direitos humanos e uma breve explanação sobre a unidade de análise da pesquisa, além da apresentação das entrevistas com base no roteiro pré-elaborado.

2. DESENVOLVIMENTO

Antes da apresentação da análise, julgou-se necessário fazer conceituações e ponderações para melhor orientar a leitura e compreensão do relatório. Em primeiro lugar, é importante abordar a ideia de Democracia, visto que não se trata de um conceito trivial embora este perpassa a vida cotidiana.

Segundo Bobbio, Pasquino e Matteucci (1995) ‘Democracia’ é um conceito construído e modificado através da história humana, desde a tradição clássica grega e a posterior, romana, chegando às concepções modernas pensadas desde o século XVI até a contemporaneidade. A teoria política contemporânea, a partir do intercâmbio entre as mais diversas leituras e concepções sobre este conceito, desenvolveu um acordo sobre um significado basilar e dito ‘formal’ (porque diz respeito à forma, ao modo, e não propriamente ao conteúdo) de Democracia, que seria:

Um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de um governo e para a formação das decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia. (Bobbio, Pasquino e Matteucci, 1995, p. 326).

Ainda segundo os mesmos autores, principalmente na tradição democrático-liberal ocidental, este conceito é destrinchado em uma relação de “procedimentos universais”, regras básicas de conduta para regimes democráticos e, a partir deste, autores como Robert Dahl estipularam gradações para o caráter democrático de regimes políticos. Um interessante apontamento é o fato de que Dahl defende que a Democracia plena é uma forma ideal e portanto não define os sistemas políticos existentes na modernidade (Dahl, 2005). Esta ideia parece ser compartilhada pelos estudantes de Relações Internacionais da UFRJ entrevistados na pesquisa, como será melhor elucidado adiante.

Ainda sobre este tópico, posto que o conceito de Democracia acima é de natureza prática, a teoria política contemporânea também abrange um outro significado de Democracia, desta vez de natureza substancial (diz-se referente ao conteúdo, mais do que aos procedimentos) advinda de tradições filosóficas do antigo terceiro-mundo e de regimes social-democráticos. Esse significado do conceito de Democracia é centrado na emancipação igualitária de todos os indivíduos, política, jurídica, social e economicamente (Bobbio, Pasquino e Matteucci, 1995).

Sobre os direitos humanos, conceito bem mais palpável e direto, diz-se da proclamação dos valores universais que transcendem culturas e nações sobre a existência de direitos inerentes e inalienáveis à pessoa humana, independente de raça, cor, religião, sexo, língua, opinião política ou outra, nacionalidade, origem social, propriedade, nascimento ou outros status (DUDH, 1946). Estes direitos foram articulados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1946 e dela são atualmente signatários 193 países.

O que chamamos aqui de nova Guerra Fria consiste na atual disputa geopolítica entre duas grandes potências: Estados Unidos e China, a primeira sendo a potência hegemônica do sistema e a segundo sendo a potência em ascensão. Designa-se este fenômeno enquanto “Guerra Fria” pelo fato de apresentar elementos semelhantes à Guerra Fria disputa por Estados Unidos e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a segunda metade

do século XX. Deste modo, esta nomenclatura vem sendo utilizada por teóricos e também por parte da mídia ocidental para designar o nome momento geopolítico pelo qual passa o sistema internacional.

Assim como o conflito do século passado, a nomenclatura deste se justifica primeiramente porque este, até agora, não provocou um confronto militar direto entre as duas potências, ou seja, uma guerra declarada. Outrossim, contém outros elementos que o aproximam da Guerra Fria original como a característica de não se restringir à um só setor de rivalidade. Segundo Metri (2020) as disputas entre China e EUA já alcançaram diversos campos do sistema que transbordam o nível de disputa comercial, o mais comumente investigado e considerado. Este conflito multi-setorial vem ganhando cada vez mais relevância e influência geopolítica no sistema internacional e aos poucos começa a mobilizar os demais países do sistema em posições crescentemente opostas.

2.1. A relevância das questões referentes à democracia e direitos humanos no contexto da atual Guerra Fria

A resposta à questão 1: “Em sua opinião, você considera as questões de democracia e Direitos Humanos relevantes para o relacionamento político entre EUA e China? Por quê?”, de uma estudante do 6º período é representativa da opinião da maioria do conjunto dos entrevistados:

“Sim, considero relevante entre todos os Estados. Na verdade, é um princípio universal, como é uma causa Universal, considero relevante. Nós somos humanos, então Direitos Humanos se refere a direitos básicos que impulsionam a nossa sobrevivência, a nossa qualidade de vida. Então, eu acho que é dever dos Estados lutar pela garantia desses direitos.”

Como complemento à questão 1, a resposta de uma estudante do 1º período aprofunda esta direção:

“Assim, as questões de direitos humanos e democracia sempre são relevantes. Então, considero que nesse contexto de uma possível segunda Guerra Fria, também. Eu acho que é muito importante garantir que os direitos humanos sejam respeitados nesse momento também.”

Em sua maioria, os discentes consideram relevantes as questões de Democracia e direitos humanos diante do contexto da nova guerra fria entre Estados Unidos e China. Todavia, alguns entendem que essas questões podem ser interpretadas como mecanismos de poder pelos dois países, sobretudo por parte dos Estados Unidos, na busca pela manutenção da sua hegemonia, especialmente no governo do presidente Donald Trump, conforme foi argumentado por estudantes do 1º e do 8º período, respectivamente, nas respostas a seguir:

“Eu acho que democracia é um fator relevante na relação entre eles, porque os Estados Unidos fazem uso desses tópicos para tentar construir um discurso contra a China e o governo chinês.”

“Eu acredito que os EUA utilizam muito essa bandeira da democracia e dos direitos humanos, mas não por ser uma coisa fundamentalmente importante para eles, mas,

sim, por ser uma ferramenta de política externa.”

Todavia, tendendo a um olhar realista das relações internacionais e reforçando a ideia de que a Democracia e os direitos humanos podem servir como instrumentos de poder, uma aluna do 6º período pontua seguramente:

“Hoje, não acho relevante. Bem, eu estava estudando. Nós temos, no momento, num contexto global, porque a gente teve uma tendência de governos de direita nos últimos anos, as preocupações com os direitos humanos são menores do que os de esquerda, do que os anteriores. A gente tem um presidente [Trump] que se desvinculou da ONU, ele para de mostrar sua preocupação com os DH. E uma vez que um representante de um país com grande influência toma uma atitude em que desmerece os direitos humanos, que não se preocupa em cumprir as regras determinadas num contexto pós guerra, ele tá abrindo porta para o que ele já faz: abre a boca e fala um monte de besteira e é preconceituoso, xenofóbico e a essência do capitalismo, que é visando o capitalismo acima de tudo. Dessa forma, eu não acho que o direitos humanos e democracia estejam em alta ou signifiquem muito para a relação com a China ou com nenhum outro país nesse momento.”

Em linhas gerais, os estudantes de RI acreditam que, em um contexto de nova Guerra Fria entre EUA e China, Democracia e Direitos Humanos têm o seu papel e mantêm sua importância. Porém, a majoritária indica que, atualmente, estes são mobilizados enquanto mecanismos de manutenção de poder, indicando que, assim, os conceitos de Democracia e de direitos humanos, não são mais respeitados.

Além disso, em certo nível de divergência, poucos alunos (n=2) consideram que esses conceitos se manifestam de forma subjetiva e não exatamente de forma concreta:

“Sim, elas são relevantes, elas são muito importantes, só que elas também são muito subjetivas, né, porque o que é democracia, o que são direitos humanos para uns, são subjetivamente julgados para o outro. Enquanto os Estados Unidos não acreditam que, tipo, por exemplo, a moradia seja um direito humano, a China, ela coloca a questão da coletividade acima, né, e tem algumas violações de direitos humanos lá também mas é importante ressaltar que, o que é destacado como direitos humanos para julgamento, por muita das vezes é extremamente subjetivo, dependendo de quem tá falando.” (Aluna do 5º período)

“Sim, acho relevante. Eu acho que... Em relação aos Estados Unidos a questão da democracia no atual governo, ela não se dá de maneira tão concreta. É... E no governo... Na China, eu acho que esse termo democracia, a aplicabilidade dele de forma correta e seu significado real também já não vem sendo aplicado de forma real já há um bom tempo. Eu acho que a falta de democracia, dentro desse contexto e entre esses dois países, interfere muito em como a população que vive nesses países vai progredir em relação aos danos causados por essa guerra fria comercial. É... Mas é como eu disse, democracia é um termo que já não é tão aplicado de forma concreta em nenhum dos dois países. Então, eu acredito que, dentro dessa guerra fria, eles não estejam ligando tanto pra isso.” (Aluna do 5º período)

Em suma, é possível entender que os entrevistados identificam a importância da Democracia e dos direitos humanos na nova Guerra Fria pelo caráter ideal e prioritário destas questões, mas que, ainda assim, consideram que estes aspectos são negligenciados pelos países envolvidos, que inclusive os utilizam como instrumento de poder. Assim, conforme a maior parte das respostas, esses dois fatores não têm neste contexto uma realização prática. Pela intensa relação política e econômica entre China e Estados Unidos, mesmo que a Democracia e os direitos humanos perpassem diversos aspectos desse conflito, os entrevistados consideraram que os países envolvidos dão pouca importância para essas questões.

2.2. A saída dos Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos da ONU e sanções à China

No mesmo ano em que os Estados Unidos anunciaram que sairiam do Conselho de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU), eles impuseram sanções à China devido a violações de direitos humanos. Quando perguntada a opinião dos alunos sobre essa notícia, em maioria, foi considerado uma postura contraditória por parte do país norte-americano.

“Sinceramente, pelo contexto, como hipócrita. Porque não tem como você criticar um país por não obedecer aos Direitos Humanos, ao mesmo tempo que você dá as costas para o Conselho de Direitos Humanos.” (Aluna do 1º período)

“Eu acredito que nesse momento seja uma postura contraditória, né?! E também muito baseada nas questões econômicas, já que é um país que teve essa postura de sair dessa comissão, mas tem essa postura de condenar as atitudes chinesas.” (Aluna do 1º período)

“[...] Não, é uma posição que demonstra que, verdadeiramente, você não está preocupado com os direitos humanos, você tá preocupado com os seus interesses políticos; você coloca os interesses políticos acima dos direitos humanos. Na medida em que você sai do Conselho de Direitos Humanos, que tem como objetivo defender, proteger, fiscalizar os direitos humanos [...]” (Aluno do 4º período)

Assim como colocado diversas vezes na questão inicial, nesta, os estudantes reforçaram a opinião de que os países fazem uso dos direitos humanos como um instrumento de imposição de poder. Sobre a China, reconhece-se que em geral, este não é um país historicamente e tradicionalmente orientado pela defesa dos direitos humanos. Assim, os alunos parecem expressar em suas falas que o não cumprimento dos direitos humanos pela China não os surpreende. Por outro lado, em relação aos EUA, os alunos tendem a identificá-lo como um país que coloca seus interesses acima dos direitos humanos, ou seja, quando essa estratégia lhe é conveniente. É possível notar ambas as relações na fala de um aluno do 3º período, por exemplo:

“Eu até levaria esta postura dos Estados Unidos a sério se eles não tivessem, durante a história, mostrado sua capacidade de expansão militar e territorial, fazendo guerras, usando a justificativa dos direitos humanos, mas acabando não defendendo os direitos humanos de fato, tendo interesses econômicos por trás. Por outro lado, temos a China, que em pleno 2020 ainda tem campos de concentração. Então, não consigo ficar no lado de nenhum dos dois, defender nenhum dos dois. Acho que os dois são hipócritas ao mostrar interesse em defender os direitos humanos enquanto ambos os países adotam medidas contra esse ideal.” (Aluno do 3º período) *“Na minha opinião, os direitos humanos foram feitos para todos, mas ele virou uma conveniência. Foi usado pelos Estados Unidos quando eles precisaram, mas não que eles realmente estejam de acordo, foi puro interesse. Acredito que essas sanções foram mais visando o próprio benefício do que uma real preocupação com os direitos humanos. Eles não estão se preocupando com a população, com o que está acontecendo na China ou no próprio território deles. Essa visão de direitos humanos me remete muito a Declaração do Homem e do Cidadão, onde os Direitos Humanos serviam aos interesses dos homens brancos e ricos.” (Aluna do 6º período)*

Além disso, parte dos alunos entrevistados consideraram essa ação dos Estados Unidos como uma tentativa de frear a China no seu processo de crescimento internacional.

“Olha, numa visão bem realista, os Estados Unidos se mostram bem imperialistas, querendo reassumir o poder; e nesse sentido, pra eles meio que não interessa fazer parte desse Conselho, mas ao mesmo tempo interessa que a China cumpra, porque o fato da China desprezitar os Direitos Humanos proporciona um poder maior de produção, realmente, porque se você coloca as pessoas pra trabalhar 24h por dia sem preocupação com direitos, óbvio que você vai produzir mais do que aqueles que se tomam

cuidado com essas questões. Então, nesse sentido, ao mesmo tempo em que os EUA quer fazer essas coisas, também quer impedir a China de fazer, quer que haja sanções nesse sentido, mas sem olhar pro próprio umbigo, ignorando os contextos próprios. Numa postura de 'eu sou superior e posso fazer, mas você está violando os Direitos Humanos'." (Aluna do 8º período)

"Essa pressão foi feita para tentar frear o crescimento da China do que preocupação com o que acontece no país. [...] Eu não lembro da China fazer uso de alguma tática da mesma forma que os Estados Unidos fez em relação a direitos humanos, mas eu vejo as ações da China mais como resposta às ações que os Estados Unidos estavam tomando do que uma tática para minar o crescimento deles." (Aluna do 1º período)

"[...] Eu creio muito que essa pressão venha porque os EUA entende que a eles nessa questão econômica, né, é a potência em maior crescimento, e... No futuro, ela vai ser uma potência muito maior do que os Estados Unidos já é, apesar da influência dos Estados Unidos. Então, eu acho que é muito uma questão de temer uma nação que tá crescendo e pode se tornar mais poderosa que você e, inclusive, em questões mais militares e bélicas, porque os EUA têm uma influência muito grande, né, sobre os países do mundo porque, por causa dessa questão de guerras anteriores, poder bélico e tal. Mas a China também fez parceria com a Rússia, né, então, assim, é óbvio que os EUA vai temer, vai tentar sanções e vai tentar se impor, tocando em outras questões além da econômica, para poder acertar o país que tá ameaçando eles - porque é o único país que consegue ameaçar eles, assim, mais cara cara, ainda mais com o apoio da Rússia agora, né." (Aluna do 3º período)

Algumas posturas chinesas não passaram despercebidas entre as respostas, como os casos citados das violações trabalhistas na China e acusações sobre uma possível existência de um campo de concentração. Nesse sentido, os alunos de RI/UFRJ também têm um olhar crítico sobre a China e suas posturas internas, mas exploraram mais a questão dos Estados Unidos.

Observamos, então, que os estudantes de Relações Internacionais consideram os Estados Unidos um país que tem, em geral, atitudes imperialistas e orientadas para cumprimento de seus interesses políticos, mesmo quando isso diverge da garantia dos direitos humanos ou quando estes são usados como argumentos de maneira contraditória. Dessa forma, a saída dos EUA do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi mal vista pelo alunado e interpretada como uma postura incoerente, tendo em vista as sanções contra a China em seguida.

2.3. Organizações não-governamentais e suas relações com os Estados Unidos

A terceira pergunta da entrevista foi feita com a intenção de saber se os discentes achavam ou não relevante a localização das organizações não-governamentais (ONGs), sobretudo as que denunciam a China e estão sediadas nos Estados Unidos ou têm alguma ligação com o governo de Washington.

Em linhas gerais, foi possível notar que muitos entrevistados acreditam que essas organizações legitimamente se preocupam com os Direitos Humanos, mas também foi apontado que a ligação delas com o governo estadunidense é capaz de influenciar na disputa entre China e Estados Unidos.

"A gente não pode negar que essas organizações, elas afetam fortemente a China e vários outros países, estejam elas onde for. Então, obviamente que a ação delas é relevante, não necessariamente sendo 100% moral e ético em nome dos direitos humanos, mas ela tá ali defendendo o interesse, por mais que dentro dessas organizações hajam pessoas que realmente estejam engajadas nisso, por conta realmente

da causa, obviamente tem uma raiz de interesse que é a forma que todo Estado age.” (Aluna do 5º período)

Uma das entrevistas apontou que influenciar as ONGs também é uma maneira do governo estadunidense de se proteger. Outra entrevistada citou que os Estados Unidos, sobretudo nos últimos anos, têm violado os Direitos Humanos para com estrangeiros e isso não é denunciado da maneira como acontece com os casos da China.

“É uma forma dos EUA se proteger das acusações que ele faz; porque a partir do momento em que não só, tipo, o Trump falando uma coisa, mas várias organizações falando a mesma coisa, mesmo que essa coisa não tenha uma base de pesquisa muito profunda, enfim, seja uma base mais senso comum, acaba que ele tem uma... Ele consegue embasar o discurso dele.” (Aluna do 8º período)

Contudo, duas entrevistas divergiram entre si no que diz respeito ao peso de denúncias no cenário internacional. Uma entrevistada disse que a Human Rights Watch (HRW) tem grande influência e respeito e consegue chamar a atenção de outros países:

“Então isso tem um peso, porque, a partir do momento que a HRW faz um relatório sobre a China, isso acaba chamando a atenção de mais países” (Aluna do 1º período)

Já a outra aluna disse acreditar que as denúncias de ONGs não têm o mesmo impacto que em tempos anteriores:

“Sim, mas eu acredito que, nos últimos tempos, as denúncias têm menos valor do que antes. Por exemplo, as Cortes. Num contexto atual, denúncias não se mostram relevantes com o peso que teve no passado.” (Aluna do 6º período)

Assim, observa-se a crença de que as ONGs realmente acreditam no trabalho que realizam, mas que o governo estadunidense (podendo até mesmo se estender para outros, como argumentado algumas vezes) se utiliza de sua influência nessas organizações para aplicar de acordo com seus interesses. Além de um não consenso quanto ao peso dado, em âmbito internacional, à denúncias de violações de direitos humanos Contudo, um ponto a ser destacado é que nenhum dos entrevistados mencionou o fato de que organismos como HumanRightsWatch, apesar de sediados nos Estados Unidos, teceu críticas recentes a maneira como o país tem se posicionado em resposta aos movimentos do *BlackLivesMatter* (Vidas Negras Importam, em tradução livre).

Dessa forma, ainda que alguns dos alunos apontem que o governo de Washington faz uso de organismos não-governamentais para se proteger, é possível questionar este pensamento através de demonstrações das próprias organizações de que estão dispostas a denunciar erros do governo estadunidense.

2.4. As ameaças de proibição do TikTok nos Estados Unidos

A presente questão tem como finalidade compreender as impressões dos alunos entrevistados a respeito das ameaças de proibição do aplicativo chinês, TikTok, no território estadunidense. Para este fim, foi necessário questionar aos entrevistados se tal atitude do atual governo dos Estados Unidos pode ser analisada como uma ação democrática ou não.

Nesse sentido, de acordo com as respostas apresentadas, a grande maioria dos alunos alega não considerar esta uma atitude de cunho democrático e, ainda, mostraram-se inclinados a acreditar que a proibição do TikTok é apenas mais uma demonstração da competição do poderio político e tecnológico, protagonizada pela China e Estados Unidos. Tal posição se expressa nitidamente na resposta de uma aluna do quinto período:

“Não, nem um pouco democrática, porque, para mim, isso é uma violação da liberdade do povo, sabe? E... Eu digo até de liberdade de expressão, porque as redes sociais são um meio de se expressar (...). Os Estados Unidos têm a plena consciência de que ele não tá sendo mais a maior nação do mundo, os olhos do mundo não estão mais só sobre eles, então, é muito isso de medir força (...). Totalmente uma violação da democracia, porque não leva em conta a opinião do povo”.

Ao persistir nesse caso, foi preciso aprofundar a questão e inserir o argumento utilizado pelo atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que justificou as ameaças de proibição do aplicativo declarando a manutenção da segurança nacional, já que, segundo Trump, o Estado chinês utilizava o app como um mecanismo para roubar os dados de seus usuários norte-americanos. Dessa forma, visando compreender o julgamento dos alunos a respeito dessa justificativa, foi questionado se, a partir dessas alegações oriundas do governo estadunidense, a interdição do TikTok passaria a ser legítima. A partir da exposição de algumas opiniões, se mostrou presente um certo ceticismo quanto ao argumento do presidente Donald Trump, manifestado de forma clara na seguinte fala de uma aluna do oitavo período:

“(...) tentar regular oTikTok com uma justificativa de segurança, eu acho que é mais uma forma de você cercar a liberdade do que você realmente proteger a população. A maioria das vezes que governos tentam cercar a liberdade, começa pelo discurso de segurança (...) E, quando o Trump transforma um aplicativo em um problema de segurança nacional, eu acho que é muito mais sobre ele procurar meios para poder impor suas políticas, do que, realmente, proteger a população.”

Portanto, o que é possível concluir desse caso é que os alunos entrevistados, majoritariamente, observam essa ameaça de banimento do aplicativo como uma atitude antidemocrática, tendo em vista a ausência de consulta popular e, ainda, ausência de provas a respeito das acusações dirigidas à China, tornando passível, então, a desconfiança relativa a ser essa uma decisão verdadeiramente pautada na proteção à segurança nacional ou apenas mais uma atitude com vista a manter a hegemonia estadunidense e a tentar banir outros meios de competição chinesa no contexto do atual conflito.

2.5. Posicionamento dos Estados Unidos e China no contexto da pandemia da COVID-19 com relação aos espaços de cooperação e às Organizações Internacionais

A quinta questão apresentada aos entrevistados diz respeito ao momento atual da pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2). Aos estudantes entrevistados foi feita a pergunta: “diante do cenário da pandemia mundial do novo coronavírus, como você avalia as ações de

EUA e China no que diz respeito à suas relações com as Organizações Internacionais - espaços de cooperação internacional?”. Para esta pergunta foi escolhido pensar o conflito China e EUA em termos de cooperação internacional, algo caro para a defesa dos direitos humanos em perspectiva global. As respostas acabaram por explorar também outros vieses como, por exemplo, o modo de gerenciamento interno da pandemia adotado por cada país; a maneira como as posturas adotadas pelos dois países em relação à pandemia afetou sua própria população, as demais nações do mundo e sua imagem no sistema internacional, entre outros.

Em relação ao modo como os países lidaram internamente com a pandemia, é possível identificar alguns padrões entre os posicionamentos dos estudantes. Sete dos doze (n=7) entrevistados afirmaram que os EUA tiveram uma postura negacionista (seis dos sete usaram a própria palavra “negacionista” ou o substantivo “negacionismo”) no trato com a pandemia, personificada pelo atual presidente do país, Donald Trump. Segundo os alunos, esse posicionamento acabou por causar sérios danos à população estadunidense evitar que medidas eficazes no combate à pandemia fossem tomadas e relativizando a seriedade da questão, principalmente em relação aos números de casos e de vítimas fatais. Além disso, foi apontado que esta postura representa um mau exemplo para outros países e para o sistema em geral, visto que os EUA têm significativa influência geopolítica no mundo. Dois trechos de falas que ilustram esse posicionamento seguem abaixo:

“No caso dos EUA, o próprio presidente ridiculariza o próprio uso de máscaras, mesmo tendo sido infectado pelo coronavírus. Acho que os EUA teve uma atuação horrível, que só não ultrapassa o nosso nível de horrível no Brasil.” (Aluna do 7º período)

“Os Estados Unidos são preocupantes porque (...) eles tiveram uma postura negacionista então só agravou o problema e o sistema de saúde dos Estados Unidos (...) é completamente diferente do Brasil, é mais precarizado. Muito preocupante essa tomada de posicionamento negacionista. Trump segue negando a existência do coronavírus mesmo ele tendo contraído o vírus, enquanto isso as pessoas estão morrendo, isso pode ser visto como uma medida de necropolítica, as pessoas negras e pobres não têm condições de arcar com os custos de atendimento médico.” (Aluna do 6º período)

“(...) O número de pessoas que morreram nos EUA foi o maior até então e a forma de tratar a pandemia, ela seguiu da mesma forma em relação ao presidente, acusando a China ao invés de tomar providências concretas e palpáveis dentro de toda essa situação caótica que foi o coronavírus, que é o coronavírus, não acabou ainda. Eu acho que ambos os países erraram muito, mas a forma com que os EUA errou foi bem pior porque, enfim... (...) É óbvio que essa visão dos Estados Unidos ela se... Como os EUA é um país que possui muita influência sobre outros países, c com certeza, ela seguiu para outros países (...).” (Aluna do 5º período)

Ao mesmo tempo, dois alunos (n=2) ponderaram que, embora a postura do presidente dos Estados Unidos não tenha sido positiva e correta, este é um país federalista e seria necessário avaliar com mais atenção as medidas e posturas tomadas em cada unidade da federação, como está evidente na fala de uma entrevistada do 7º período:

“É complicado falar dos EUA por ser uma federação, mas a minha opinião é que não foi a melhor posição, vindo a partir do presidente. (...) Tiveram medidas de não deixar estrangeiros entrarem, mas se olhar pelo atual presidente, não foi positiva. Não foram positivas as opiniões que ele deu, mas eu não sei como foram feitas as medidas individuais de cada estado.”

Quanto à postura chinesa, em relação à sua população, 7 entre os 12 entrevistados

expressou a opinião de que o Estado chinês tomou as medidas necessárias e que foi bem sucedido em conter o avanço do vírus sobre sua população, portanto, tendo lidado da forma correta com a doença. Duas alunas quando questionados sobre as acusações de que a China teria escondido ou atrasado a divulgação de dados sobre a doença para a comunidade internacional se mostraram cétricas, mas disseram que, em caso de confirmação dessas acusações, em geral, discordariam dessa posição de não transparência para com a comunidade internacional. Uma aluna apresentou argumento contrário, mostrando entender essa posição. Isto aponta para o fato de que os alunos valorizam a cooperação entre os Estados e as instituições internacionais, o que é corroborado também em muitas falas quando abordam a atuação chinesa em termos de cooperação com outros países quando a pandemia começou a atingir fortemente outros territórios. Essas posições estão presentes respectivamente nas falas:

“A china, não são boatos, o próprio (...) governador da cidade onde se deu a ‘iniciação’ do vírus, se manifestou com relação à essa questão do atraso em publicar informações e comunicar a população, e, obviamente, isso foi um grande erro porque gerou diversas mortes, mas eu acredito que, depois disso, a atitude, ela foi bem tomada.” (Aluna do 5º período)

“Mas desde que foi instaurado o estado de pandemia, a China se mostrou muito mais favorável à cooperação internacional do que os Estados Unidos, que buscou se isolar; botar primeiro os respiradores para os norte-americanos, primeiro a vacina para os estadunidenses e depois para o resto do mundo” (Aluna do 8º período)

Por mais que questionassem posturas de ambos os lados, nenhum dos entrevistados, com exceção de dois, que brevemente fizeram alguma menção, consideraram ações prejudiciais dos países como violações de direitos humanos ou da democracia, tanto de sua própria população, quanto das populações de outros países. De certa forma, isso pode indicar que os alunos prezam pela soberania dos Estados, a partir da qual, os governos têm autonomia e autoridade para decidir como lidar com situações críticas como essa. Os alunos que trouxeram uma visão diferente da padrão disseram:

“A China demorou um pouco para relatar pro mundo o que estava acontecendo, houve relatos de médicos que desapareceram por tratar desse assunto, a China demorou pra levar esse assunto para OMS. Mas, depois de um tempo, ela tomou atitudes em relação à pandemia. Eu acredito que se essas medidas foram tomadas com o consenso da população, de forma voluntária, sou a favor, mas se não foi dessa forma, eu sou contra. Na minha visão, as pessoas devem fazer as coisas voluntariamente” (Aluno do 3º período).

“Eu acho que a minha comparação vai muito no sentido de perceber o quanto há uma violação desses direitos com relação ao restante do mundo, não sei se está fazendo sentido, mas acho que essa postura do ‘American First’, assim, eu não sei se isso se encaixa como uma violação aos direitos humanos, mas com certeza essa questão dos mantimentos, equipamentos, já faz parte do restante do mundo, então acho que vai mais nesse sentido.” (Aluna do 2º período).

Especificamente em termos de cooperação internacional na luta contra a COVID-19 e na atuação dos dois Estados nesse processo, poucos alunos conseguiram desenvolver argumentos e pensamentos elaborados que nos dessem embasamento para interpretação. Por um lado, isto pode indicar que a percepção acerca do conceito de cooperação internacional é falha, ou que os alunos não tenham tanto embasamento para interpretar e avaliar esse quesito. Por outro, pode nos indicar que os alunos não encontraram fatos ou elementos importantes que os remetessem a um processo de cooperação internacional sendo realizada nesse momento de

pandemia, e assim, interpretaram como quase inexistente ou falha e tardia, a cooperação entre os países. Uma fala onde isto se mostra explícito é:

“Quando eu tava conseguindo acompanhar boa parte das notícias, não estava tendo uma cooperação internacional. Acho que, em si, os países, no geral, não estavam tendo uma cooperação internacional para tentar resolver o problema... (...) Sendo bem sincero, que é o que eu enxergo por fora, eu diria que os países meio que ficaram no “cada um por si”, de certa forma. Eu acho que houve, sim, uma cooperação mas começou depois de um tempo (...).” (Aluno do 4º período)

2.6. Atuação e posicionamento dos EUA e China sobre Hong Kong, no que diz respeito aos Direitos Humanos e Democracia

O levantamento desta questão vem de encontro com a grande amplitude de informações que tem circulado atualmente através da mídia e demais veículos de comunicação sobre os diferentes vértices que Estados Unidos e China vêm utilizando para justificar suas atuações em Hong Kong.

Deste modo, buscamos extrair dos alunos como eles avaliam tais posicionamentos, e como isso reflete no comportamento e entendimento tanto da população local de Hong Kong quanto na disseminação de informações no cenário mundial.

Alguns entrevistados, tinham uma breve consideração a respeito de um ou de outro país sobre tal questão, porém com uma opinião mais clara de um ponto em comum sobre o entendimento de liberdade de expressão. Como podemos observar nos complementos abaixo destacados:

“Então, assim, eu não sei se eu soube muito sobre qual foi a postura dos Estados Unidos diante desse protesto, mas a postura da China com Hong Kong sempre foi complicada, de Hong Kong almejar uma maior autonomia, então, eu não sei se a China teve uma postura democrática nesse sentido assim (...).” (Aluna 1º período)

“(...) essa questão de Hong Kong, eu descobri há muito pouco tempo, para falar a verdade, e eu me senti muito mal por isso, principalmente porque eu gosto muito de estudar sobre a Ásia e... Assim, eu acho que o comportamento da China em relação a Hong Kong já é muito errado porque é uma violação da democracia, as pessoas têm direito de se expressar e lutar pelos seus direitos (...).” (Aluna 4º período)

Um ponto que podemos destacar, é a observação de que tais entrevistados com essa reflexão estão nos períodos iniciais de graduação. E têm sua opinião ainda bastante formulada por informações absorvidas de forma mais simples.

Outros entrevistados, de períodos mais avançados, desenvolveram melhor suas respostas demonstrando mais conhecimento, e com uma opinião mais centrada no assunto da questão, onde podemos extrair mais conteúdo para a evolução da pesquisa. Conforme segue a resposta de uma de nossas entrevistadas:

“EUA defende a independência de Hong Kong da China, e a China quer de volta Hong Kong. Acho que é uma questão meio complexa, principalmente porque Hong Kong tem uma área econômica industrial muito grande e isso pesa muito para esses interesses, a China querendo que ‘volte’ a fazer parte, que não seja independente, cada vez fechando mais o cerco às pessoas dali e os EUA, o defensor do mundo livre e liberal, querendo mais um parceiro comercial que seja diferente da China e que mantenha relações não tão fechadas como as relações propostas pelo governo chinês.” (Aluna 8º período)

De fato, a situação de Hong Kong levanta muitas questões em torno de qual país estaria fazendo uma abordagem correta, e mediante ao fato de que o território desta ilha com atrativos cada vez mais valorizados está cada dia mais em evidência, a maioria dos nossos entrevistados demonstrou profunda simpatia pela democracia defendida pelos EUA. Certamente que a liberdade de expressão seria pauta primordial para que haja uma harmonia no local, principalmente onde há uma população jovem e visionária. Porém, também nos deparamos com uma abordagem diferente indo na direção de defesa da China, onde mesmo cometendo infrações ditas contra os Direitos Humanos, teria sua parcela de razão em defender sua política à Hong Kong. Como podemos ver abaixo:

“Eu acabo indo um pouco mais de acordo com as ações chinesas, porque, na teoria, o Estado tem o direito de defender o seu território e manifestações de movimentos separatistas vai contra a unidade territorial. Eu acho que a interferência dos Estados Unidos vai a favor da liberdade de certa forma, mas eu não acredito que os Estados Unidos tenham que se manifestar nisso.” (Aluna 1º período)

Porém, para a maioria dos entrevistados, os EUA encontram-se com amplo apoio para a defesa da liberdade de expressão e da busca por autonomia em Hong Kong. Destacando expressões como seguem:

“Eu diria que se deve levar democracia para todo mundo. A postura da China é muito errada (...)” (Aluna 1º período)

“Se a China tenta acabar com a liberdade de Hong Kong, esse tipo de coisa, acabar com manifestações, impedir as manifestações, impedir a liberdade de expressão, eu sou contra, não acredito que isso seja uma postura certa da China.” (Aluno 3º período).

“É.... Totalmente antidemocrático, né... Tomar uma medida repressiva, ser repressivo a manifestações da população (China), isso é antidemocracia. Ponto.” (Aluno 4º período).

Sendo assim, numa breve conclusão desta questão que segue em torno da atuação dos EUA e China sobre Hong Kong, conseguimos observar que este assunto ainda é um pouco desafiador para muitos de nossos entrevistados. Mesmo os que ainda conseguiram contextualizar esta grande disputa geopolítica e dar sua avaliação sobre tal, ainda veem a necessidade de um maior aprofundamento e conhecimento histórico para embasar com mais clareza as verdadeiras intenções por trás dessa tensão em torno desses 2 países. Conseguimos ver com clareza que a visão de democracia e Direitos Humanos nesse contexto fica bem evidente na pauta da liberdade de expressão, e que uma forma de desenvolver tal ponto fica a cargo de quem consegue preservar os limites da segurança da população local.

2.7. O papel dos meios de comunicação na disputa em questão

Com o objetivo de entender como os entrevistados enxergam o papel da mídia, foi perguntado qual o papel que eles atribuem aos meios de comunicação na disputa entre China e Estados Unidos. O que se observou foi uma concordância entre os entrevistados de que a mídia constitui um papel importante não só na divulgação de informações, mas também na formação de opinião pública e que, dessa forma, não existe imparcialidade.

"A mídia tem um papel muito importante no geral, porque a mídia forma grande parte da opinião pública, enfim, não dá pra dizer que a mídia é imparcial, a mídia é sempre parcial. E quando você me pergunta dos Estados Unidos, da mídia dos Estados Unidos, da mídia europeia, de qual que é o papel dela na divulgação dos dados sobre China, sobre Estados Unidos, na violação dos Direitos Humanos, eu acho que diante dessa guerra comercial e sendo a Europa um forte aliado histórico dos Estados Unidos, eu acredito que a mídia sempre vai pesar para a divulgação das violações da china." (Aluna do 1º período)

Contudo, como dito anteriormente, foi apontado por alguns que os meios de comunicação não são imparciais e estão preocupados em mostrar um lado específico dos acontecimentos. Dessa forma, as informações em alguns momentos se tornam difíceis de ser confiadas em virtude da existência de *fake news*.

"Duas mídias diferentes falando do mesmo assunto vão mostrar o que aconteceu, então é muito difícil ser neutro. Eu acho que acontece uma mistura de informações e ninguém acaba realmente sabendo a verdade do que aconteceu. Tem muita coisa que não é mentira, mas é tão incrementada que não sabemos de fato o que acontece." (Aluna do 6º período)

Além disso, quando dada abertura, foi perguntado a alguns entrevistados se eles acreditam que a mídia ser estatal, como no caso chinês, tem uma grande relevância nesse cenário, e foi dito que sim, uma vez que o governo vai mostrar o que é interessante para ele.

"A partir do momento em que as comunicações oficiais do governo, por exemplo os meios de comunicação chineses, vão mostrar uma perspectiva diferente do ocorrido. Até mesmo porque o fato de um meio de comunicação ser oficial, isso quer dizer que, na maior parte das vezes, ele vai se posicionar a favorecer aquele governo que ele representa." (Aluna do 1º período)

Em uma das entrevistas foi ressaltado que a mídia também atua como uma ferramenta publicitária ao lado dos direitos humanos. Os Estados Unidos, por exemplo, se utilizam dos meios de comunicação para colocar a China numa posição de violadora dos Direitos Humanos e força o Estado chinês a se justificar publicamente, através de campanhas midiáticas que proíbem que não está violando segundo as acusações.

"E esse caso [Caso Hong Kong] viralizou no sentido de que, quando os EUA [...] conseguiu colocar [...] o governo chinês numa posição de um país que viola os direitos humanos, isso coloca o país numa obrigação de não ser um país que viola os direitos humanos, e não só isso, mas, também, como um país que apresente justificativas para isso." (Aluno do 4º período)

Assim, foi possível perceber que houve uma concordância de que os meios de comunicação exercem um papel vital na disputa e que ambos os países fazem uso de deles para mostrar os acontecimentos de acordo com seus interesses. Além disso, mostrou-se perceptível a crença de que alguns alunos acreditam que ser estatal tem um grande peso, uma vez que o governo fará uso dela para se colocar nas disputas, mostrando apenas o lado que o governo, neste caso o chinês, quer mostrar.

2.8. O não posicionamento estadunidense em violações de Direitos Humanos por parte de seus aliados

A última pergunta procurava entender como os entrevistados percebiam o não posicionamento dos Estados Unidos em relação à violação de direitos humanos por parte de seus aliados. A partir desse questionamento, os discentes responderam, de maneira similar, que essa atitude faz parte dos interesses estadunidenses, sobretudo quando envolvendo aliados econômicos.

"Ele não fala porque são países aliados, eles têm diversas parcerias econômicas e falar sobre a infração desses países significa desestruturar ou equilibrar apoios, desequilibrar acordos econômicos que eles tenham, sabe. Estados Unidos, ele viola muito os direitos humanos, também. [...] Então é meio que uma parceria obscura, muito errada entre esses países, em que eles ocultam as ações que eles fazem e se abstêm [...]" (Aluna do 4º período)

Neste ponto, uma das entrevistadas se posicionou dizendo que é tarefa dos organismos internacionais e não dos Estados Unidos denunciar violações aos direitos humanos, apesar dela achar que a não denúncia é uma corroboração com os crimes. Junto disso, é possível destacar que alguns discentes disseram acreditar que essa postura estadunidense, de não criticar seus aliados da mesma maneira a qual ataca a China, é um mecanismo de tentar manchar a reputação chinesa, uma vez que o país é seu principal rival.

Nota-se, porém, que uma outra entrevistada apontou que até mesmo a China possui uma postura semelhante de não apontar as violações por parte de seus aliados. Já outra apontou que a China pode vir a utilizar os direitos humanos como ferramenta para impulsionar os interesses no futuro porque, segundo a mesma, nenhuma nação cresce sem se utilizar de seus interesses ou usar a mídia e os direitos humanos por conveniência.

"Acho que isso pode acontecer principalmente num cenário de crescimento de poder. Eu acredito ser difícil uma nação crescer sem utilizar de seus interesses para crescer. Usar a mídia e os direitos humanos por conveniência." (Aluna do 6º período)

Uma vez que vários dos discentes, em algum momento da entrevista, citaram que os Estados Unidos também cometem algum tipo de violação de direitos humanos em seu território, o grupo realizou, em alguns casos, uma pergunta gancho. Foi-se questionado se as notícias de violação de direitos humanos na questão migratória, por parte do governo estadunidense, teria algum impacto no país, especialmente na relação na disputa político-econômica entre China e Estados Unidos.

As respostas foram bem variadas quanto a isto. Alguns alunos se posicionaram com a crença de que estas denúncias de violação poderiam ter um impacto na imagem do país. Uma das entrevistas deu o exemplo de que toda ação pelos Estados repercute de alguma forma no cenário internacional. Contudo, também foi pontuado por uma das alunas que esse impacto seria muito mais a nível nacional do que internacional levando em consideração o momento atual de eleições.

"Toda ação que um país faz, é sempre um risco; seja positivo ou negativo, porque é a forma como as pessoas de fora vão olhar para você, que determina o que você é. O universo internacional é assim, sabe. O que você faz dentro, o que você faz no seu país, na visão que as pessoas de fora têm sobre você." (Aluna do 4º período)

Em contramão a essas respostas, outros discentes afirmaram não acreditar que essas notícias de violação teriam algum impacto efetivo pois os Estados Unidos já são um país consolidado e influente o suficiente no cenário internacional para desviar a atenção da pauta. Além disso, foi pontuado que a violação de Direitos Humanos por parte do governo estadunidense não é algo novo e que dificilmente ganha grandes proporções de atenção global.

"Pode afetar internamente, principalmente por estar tão perto das eleições, então, isso pode ser uma coisa a ser usada pelo Biden e pela Kamala Harris para atacar o Trump, mas não acho que isso mude a forma como os EUA se coloca no Sistema Internacional. Já aconteceram milhares de violações de direitos humanos por parte de soldados dos EUA, por diplomatas e nada feito em relação a isso. Então, eu não acho que isso modifique a posição dos EUA, no máximo, pode ser uma arma eleitoral interna."
(Aluna do 8º período)

Em suma, foi possível entender que os alunos entrevistados acreditam que os direitos humanos são usados, por parte dos Estados Unidos, como uma ferramenta para aplicar de acordo com seus interesses. E, junto a isso, eles são capazes de desviar ou atrair a atenção da comunidade internacional para os casos que mais lhe interessam. Além disso, percebe-se uma crença de que a consolidação de um país no Sistema Internacional influencia na maneira como ele é afetado por denúncias contra si. Desta maneira, países mais consolidados diplomaticamente, como no caso dos Estados Unidos, não sofrem tão fortemente com denúncias como países menos estabelecidos na política internacional, como a China, como foi apontado por alguns alunos.

CONCLUSÃO

Por fim, podemos concluir que, em relação às teorias da Democracia apresentadas no início, é perceptível que o entendimento dos alunos de Relações Internacionais da UFRJ sobre o que é Democracia enquanto conceito e, conseqüentemente, ideal, é permeado pelas duas concepções apresentadas no início do desenvolvimento.

Foi possível extrair, portanto, diversos aspectos no que concerne o pensamento dos estudantes de Relações Internacionais da UFRJ a respeito do papel dos direitos humanos e da democracia no contexto da atual Guerra Fria, protagonizada pela China e pelos Estados Unidos. Uma questão a pontuar é o fato de que foram entrevistados alunos dos mais variados períodos - desde o primeiro ao oitavo; portanto, tornou-se evidente que quanto mais avançado o período, mais embasamento teórico esses alunos demonstraram ter, ao justificar de forma mais clara suas opiniões, e demonstrar um conhecimento mais profundo acerca das questões apresentadas, o que é natural, do ponto de vista acadêmico.

Exposto praticamente de forma consensual entre os alunos, foi a convicção de que, nos tempos atuais, os direitos humanos são manuseados como uma ferramenta de poder, para um melhor posicionamento no tabuleiro da geopolítica mundial vigente. De certa forma, esses apontamentos implicam no ceticismo quanto a um real sentido humanitário, que deveria predominar no direcionamento da aplicação dos direitos humanos, mostrando que a manutenção

do poderio se sobrepõe aos direitos básicos da população interna desses Estados; comparando a forma como os direitos humanos estão sendo manipulados atualmente, foi apontado por uma aluna do sexto período, a similaridade existente entre essas ações com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão redigida durante a Revolução Francesa (1789-99), que possuía um direcionamento pautado em interesses seletivos, como a proteção direcionada aos homens brancos e com um certo grau de poder.

O alunato entrevistado demonstrou uma ausência maior de questionamento quanto às infrações dos direitos humanos no território Chinês, muito justificado pelo seu histórico de utilizar os aspectos democráticos e as questões de direitos humanos como um mecanismo importante em sua estratégia de projeção política no cenário internacional. Dessa forma, propiciando uma maior evidência quanto às suas contradições internas. Citado por alguns, inclusive, como uma política de conveniência, principalmente, ao utilizar as pautas referentes aos direitos humanos para legitimar o imperialismo aplicado em territórios que não o seu.

Embora de forma reduzida, as críticas à China não se fizeram ausentes. Estas foram principalmente direcionadas para as questões do direito à liberdade de expressão, que se mostraram ser a maior queixa dos alunos, principalmente no contexto dos conflitos relacionados a Hong Kong e às repressões recorrentes às manifestações da população local, o que levou a maioria dos entrevistados a se inclinar positivamente às interferências estadunidenses favoráveis à autonomia do território em questão.

Com isso, de forma a não limitar as críticas à China quanto às infrações nos direitos de liberdade de expressão, foi questionado sobre a possível proibição do aplicativo chinês, o TikTok, no território estadunidense; acerca desse episódio, as opiniões se mostraram relativamente divididas, já que 7 de 12 entrevistados explicitaram ser essa uma atitude antidemocrática; os demais, ou não verbalizaram essa opinião, ou afirmaram ser um direito do Estado realizar essa interferência. Estes 7 entrevistados alegaram, ainda, que a justificativa de assegurar a segurança nacional dos Estados Unidos, pode ser uma artimanha política utilizada para impor sanções à China, excluindo, dessa forma, mais um possível fator de competição chinesa no território. Portanto, as opiniões se dividiram entre (1) ser uma atitude antidemocrática, (2) ser uma atitude que cerceia a liberdade popular, ou (3) não ser nenhum dos dois, a princípio, o que demonstra mais falas que demonstram ceticismo a respeito das justificativas do governo para essa atitude.

O principal ponto, que une, diretamente, essas questões ao conflito geopolítico protagonizado pela China e pelos EUA, é a forma como esses países se omitem diante das infrações cometidas por países aliados, enquanto, recorrentemente, direcionam denúncias e apontamentos - principalmente, partindo dos EUA em direção à China. Os alunos demonstraram uma certa naturalização desse fator, o que acaba por expor a ausência de crítica ao caráter inalienável dos direitos humanos, que, de forma alguma, devem ser relativizados, tampouco preteridos pela primazia da competição que, de acordo com a visão realista, caracteriza o Sistema Internacional. Essa pontuação não deve ser direcionada ou culpabilizada aos alunos, visto que esta é uma deficiência social, mantida em prol dos interesses do Sistema, logo é nítida esta deficiência, também, no corpo discente de RI, independente dos períodos.

Por fim, algo que se expressou com clareza foi a influência da postura norte-americana

protagonizada pela ideologia “America First”, que acaba por colocar o país em mais situações passíveis de cometer infrações, quando não consideram a universalidade dos direitos humanos, sobrepondo a manutenção da hegemonia estadunidense ao respeito desses direitos em outros territórios, como dito por alguns alunos, na atuação do país quanto à cooperação no combate à atual pandemia mundial. Outro fato indicado pelo majoritário apontamento dos alunos de questões estadunidenses, pode ser observado pela postura isolacionista e autoritária do governo chinês, que acaba por limitar e filtrar as informações que serão passadas para a população, nacional e mundial, fazendo com que até mesmo os estudantes, se limitem no momento de formar uma opinião concreta e segura a respeito do seu posicionamento político, muitas vezes por simples falta de informação. Diferentemente dos EUA, que possuem uma liberdade maior para a disseminação de informações e na formação de opinião, mesmo que, como apontado em diversos momentos da entrevista, por vezes essas informações sejam manipuladas pela mídia ocidental.

Fica evidente, portanto, a divisão de opinião do alunato, muito influenciada também pelos diferentes níveis do período cursado no momento, o que interfere diretamente no grau de conhecimento adquirido pelos alunos. Ademais, evidencia-se, principalmente, a força que os Estados Unidos possuem tanto para agregar opiniões favoráveis a sua política, quanto para reunir críticas a respeito de sua atuação. A China, ainda que sofra críticas, são feitas de forma menos incisiva, o que nos leva a crer que esse fato é motivado por um conhecimento raso acerca de suas questões. A Democracia e os direitos humanos, por sua vez, são para os estudantes ideais a ser conquistados, mas que estão muito distantes e que são distorcidos pelas forças geopolíticas envolvidas nessa disputa.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N., PASQUINO, G., MATTEUCCI, N. Dicionário de Política; tradução Carmen C. Varriale [et al.] - Volume 1; 7ª edição. Brasília, DF; Editora Universidade de Brasília, 1995

DAHL, R. Poliarquia: Participação e Oposição. 1ª edição. São Paulo, SP; Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

METRI, M. A distopia liberal, as economias de guerra e o pós-crise já em disputa. Acervo Online - Le Monde diplomatique Brasil, 2020

HUMAN RIGHTS WATCH. “Kettling” Protesters in the Bronx: Systemic Police Brutality and Its Costs in the United States. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2020/09/30/kettling-protesters-bronx/systemic-police-brutality-and-its-costs-united-states>> Acesso em: 28 out. 2020.

GRUPO 5: REDES SOCIAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Alicia Rodrigues
Eduardo Araújo
Ighor Marques
Láise Souza
Ruan Domingos
Yuri Dias

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca entender e analisar a posição dos alunos de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro a respeito do tema *Redes Sociais e Inteligência Artificial* no atual contexto de disputas entre Estados Unidos e China. Esta análise foi feita por meio de uma pesquisa qualitativa com um total de 12 estudantes. Todas as entrevistas foram realizadas de maneira remota e estruturadas com base em 9 perguntas divididas em 2 blocos temáticos: Extração e uso de dados em redes sociais e os avanços da Inteligência Artificial.

O objetivo do estudo é compreender crenças e traços da cultura política dos estudantes a fim de explorar as noções gerais e individuais a respeito de cyber-vigilância, processamento de dados, corrida tecnológica e impactos da I.A na política e nas disputas comerciais hoje. Em suma, traremos trechos de entrevistas que consideramos essenciais para elucidar pontos importantes em nosso relatório final.

2. A EXTRAÇÃO DE DADOS EM APLICATIVOS COMO O TIK TOK

Primeiramente, apresentamos a problemática de extração em massa de informações de usuários em aplicativos, oferecendo como exemplo o TikTok, aplicativo chinês de compartilhamento de vídeos, tendo como ponto de abordagem primário analisar, na visão dos alunos, se esse tipo de mecanismo poderia ser usado como uma ferramenta política. Nesse sentido, foi possível observar um consenso acerca da importância dos dados atualmente, onde grande parte dos discentes argumentaram que os dados seriam uma das coisas mais valiosas do mundo moderno. Além disso, todos alegaram que tais aplicativos podem ser sim ferramentas políticas, entretanto, demonstraram estarem mais atentos a redes sociais norte americanas, principalmente após as audiências do CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, chamado a testemunhar perante o Congresso Nacional estadunidense, que possibilitaram a maior difusão dessas questões ao grande público.

“Sim, pode ser uma ferramenta política nociva, tanto que tem o esquema lá do Facebook que já provou como esse tipo de coleta de informação pode ser usada fora de meios comerciais, influenciando até aquele documentário da Cambridge Analytica, falando sobre como isso foi usado para influenciar as eleições americanas e de outros países.” (Estudante do 5º período)

Ademais, complementamos o questionamento buscando modelos da influência desses tipos de mecanismos. A maior parte dos entrevistados declararam que o recolhimento de informações de usuários representava uma possível ameaça, porém, apresentavam certa dificuldade em elucidar essa percepção de forma concreta com algum caso que possa vir a acontecer, enquanto apenas uma pequena parte dos alunos puderam oferecer um exemplo já ocorrido, tendo estes retomado principalmente ao caso supracitado das eleições de 2016 nos Estados Unidos como parâmetro do uso nocivo de extração de dados.

“Posso te dar um exemplo muito claro, as eleições do Trump em 2016, do Facebook e a Cambridge Analytica, em que eles pegavam as informações dos usuários e eles usavam essas informações para direcionar notícias do que ele pensava, então se você é um conservador que ta pensando em votar no Trump, essa informação era pega pela empresa, pelo Facebook também, e tipo, essa pessoa era bombardeada com notícias sobre o Trump, com opiniões favoráveis ao Trump, então a pessoa ficava nessa bolha sem perceber, vendo nas redes sociais notícias com opiniões que ela concorda, e nunca via opiniões contrárias. Então você cria meio que uma bolha, quando você fornecesse esses dados.”
(Estudante do 4º período)

3. O BANIMENTO DE APLICATIVOS E O ALÍVIO DE TENSÕES

Em segundo lugar, apresentamos a temática do banimento mútuo de aplicativos entre China e Estados Unidos e de suas possíveis repercussões no conflito como um todo, baseados na proposta do presidente norte americano de banir o aplicativo chinês TikTok em solo estadunidense, sob a alegação do roubo de dados e conluio da empresa com o Estado chinês. Quando questionados a esse respeito, a grande maioria dos entrevistados considerou que não seria um alívio de tensões, mas sim geraria um aumento delas, sendouma nova demonstração de um embate que já vem acontecendo no âmbito econômico e político. Existe a preocupação de que a normalização da prática de banir determinados aplicativos gere uma internet mais fragmentada.

“Se a gente não souber buscar vias de solucionar esse problema, eu sinto que a gente vai acabar caindo pra um isolacionismo geográfico de ambientes virtuais. (...) isso também vai gerar toda uma disputa política, porque quais vão ser os critérios para dizer quais são os aplicativos que podem funcionar ou não, no seu território?(...)uma internet mais fragmentada né, do ponto de vista de que não vai ser mais uma terra livre, uma terra mais segmentada assim, principalmente para a questão de aplicativos e informações.” (Estudante do 7º período)

Além disso, alguns demonstraram grande preocupação com a quebra da liberdade individual que significaria a proibição, ao limitar as opções de aplicativos disponíveis para a população, e outros atentaram para a importância ideológica dessa ação, vendo os aplicativos como instrumentos de *softpower* de seus países de origem. No geral, mesmo aqueles que viram o banimento como um alívio de tensões entenderam essa como uma medida paliativa, que não seria capaz de resolver o contexto de desconfiança que existe entre os dois países.

A partir disso, perguntamos se haveria alguma forma de resolução desse conflito, questão na qual não houve consenso. 4 dos 12 entrevistados não acreditam que exista a possibilidade de um alívio de tensões; outros 4 acreditam na criação de leis próprias relativas ao uso de dados na internet e a criação de acordos internacionais de comprometimento para não usar os dados de outros países; os demais sugeriram opções diversas, como o uso de *blockchain*, um sistema de segurança que se divide em blocos criptografados, por parte dos Estados para proteger seus

dados; o uso de redes privadas virtuais para burlar esse banimento e permitir que o TikTok tenha livre em território americano, uma vez esse aplicativo já estava perdendo sua relevância, devido ao caráter inconstante da internet.

4. A TIKTOK GLOBAL

A partir disso, questionamos os entrevistados acerca das possibilidades da TikTok Global, segundo a proposta do governo americano de compra da TikTok pelas empresas americanas Oracle e Walmart, para que essa empresa conjunta funcionasse em solo americano; uma possível alternativa ao banimento, uma vez que sob a tutela de empresas estadunidenses o aplicativo cumpriria os requisitos de segurança de dados norte-americanos. Primeiramente, é digno de nota o desconhecimento dos discentes em relação a esta proposta,

ignorada até então por 9 dos 12 entrevistados. Quanto à questão de alívio ou não das tensões entre os países, metade dos entrevistados, acredita que essa seria uma possibilidade. 3 dos 12 estão céticos, descrentes em relação à um acordo, por não acreditarem estar no interesse chinês ceder para um país com qual se tem um embate uma grande empresa com capital nacional, que possui a capacidade de rivalizar com empresas americanas como a Facebook.

“Alívio eu diria que sim porque isso basicamente iria tirar um pouco da ‘vantagem’ que os americanos acham que os chineses possuem em questão de informação e data. Iria apaziguar mas acho que seria bem difícil chegar a essa proposta da empresa passar a ser americana. Acho que é estratégico manter uma empresa grande sob nacionalidade chinesa por assim dizer. Estados Unidos já possuem empresas grandes como Facebook e Amazon que já usam dados, por assim dizer, mas seria uma alternativa, porém acho muito difícil isso acontecer.” (Estudante do 1º período)

Além disso, essa compra foi entendida por parte dos entrevistados como uma clara quebra de soberania chinesa, outros inclusive afirmando ser este um ato imperialista estadunidense, levantando a questão de que essa não seria uma medida para garantir a segurança dos dados do povo norte-americano, e sim uma demonstração do caráter “controlador” do governo estadunidense, que necessita ter o controle sobre os aplicativos que existem em seu meio.

“Então, pelo que você me explicou, é mais uma medida de imperialismo norte-americano né, os caras querem dominar uma empresa que nem é norte-americana, eles querem ser majoritários. Eu acho que assim, a China deveria garantir a soberania dela, nessa questão da empresa, mas seria sim uma forma de aliviar. Só que aí, é aquele negócio, tipo assim, vou fazer uma analogia aqui: é como se fosse um valentão querendo pegar o lanche do menino mais fraco, aí o menino mais fraco para não apanhar vai dar o lanche, entendeu? É tipo isso. para mim a China não deveria aceitar essa alternativa apesar de aliviar sim as tensões.” (Estudante do 1º período)

5. MONITORAMENTO DE USUÁRIOS NA CORRIDA TECNOLÓGICA

Nesse ponto, tivemos como objetivo trazer o olhar do alunato para a questão da corrida tecnológica, avaliando se os mesmos reconhecem o contexto dessa disputa, e buscando

compreender, posteriormente, se eles consideram o monitoramento de usuários um fator determinante nesse cenário. Além disso, buscamos saber se os entrevistados acreditam que o desenvolvimento de mecanismos que extraíam dados, como exposto no caso do TikTok, pode vir a colocar determinados países em vantagem.

Neste sentido, um consenso na opinião dos discentes foi evidenciado, no que tange ao impacto de tais mecanismos na corrida tecnológica. Todos reconheceram o contexto, e voltaram dissertar sobre a importância dos dados, e da possibilidade em afetarem nas áreas políticas e econômicas, como expresso por um aluno:

“(...)Para manipular. Acho que tanto em eleições, em quem ela vota ou não vota, até a economia - o que a pessoa compra ou não compra. Os movimentos que ela faz parte que ela deixa de fazer parte, o que ela acredita ou não acredita. Acho que tudo é muito manipulável, e quando se tem dados podemos usá-los para muitas coisas. É isso.”
(Estudante do 7º período)

Por outro lado, houveram algumas divergências relativas ao nível de impacto do monitoramento de usuários na corrida tecnológica. A maioria dos candidatos acreditava ser muito influente, mesmo que uma parte não tenha sido capaz de fornecer exemplos que tangem à política, e outros apresentaram situações possíveis que possam ser executadas no âmbito econômico, como a possibilidade de analisar tendências mercadológicas com base em informações privadas sobre os consumidores. Entretanto, uma minoria de entrevistados (dois) definiam como uma questão de impacto situacional:

“Cara, eu acho que consegue fazer uma boa vigilância de dados quem está à frente da corrida tecnológica, isso é um ponto. Mas não sei, não sei responder essa pergunta, não sei se isso daria uma vantagem para algum país não, acho que tem outras coisas que dão vantagem numa corrida tecnológica, mas não sei se a vigilância...assim, uma vigilância eficiente de dados com certeza de coloca na frente de várias...é...você consegue controlar muito melhor a sua população como falei anteriormente, então você vai manter a dominância interna, seu grupo político vai continuar mantendo a dominância interna do seu país, mas eu não sei se isso...ah tá! não, tá, eu entendo que o monitoramento de dados pode te oferecer vantagem se você conseguir monitorar dados de outros países, monitorando do seu próprio país eu não vejo, mas dos outros sim.” (Estudante do 8º Período)

(...)Então, isso eu creio que influencia numa população onde a população não tem uma voz ativa, onde o governo (chinês) tem controle sobre a vida das pessoas onde e em que investir.(...)” (Estudante do 1º Período)

Em suma, apenas uma minoria de alunos correlacionou o assunto com as redes sociais de forma concisa e direta. Além disso, uma pequena parte dos entrevistados mostrou certo descontentamento em considerar tais vantagens, alegando que o monitoramento de usuários seria uma forma antiética ou errada de lidar com a corrida tecnológica.

6. NOVA INTERNET

Nessa seção abordamos um dos movimentos que pode vir a gerar maior impacto global em caso de efetivação; a proposta pela China de “reconstrução” da internet, no sentido de infraestrutura e arquitetura de dados. A pergunta objetivava analisar o nível do conhecimento

dos discentes acerca da questão da “Guerra Fria” em relação à internet e seu funcionamento. Também tivemos como intenção descobrir a preferência dos alunos sobre possíveis benefícios aos países periféricos e, assim, captar nuances dos seus alinhamentos políticos.

Por ser uma pergunta bastante técnica e motivada por fato relativamente recente, os alunos apresentaram um conhecimento heterogêneo da questão e tiveram interpretações distintas. Em suma, todos os entrevistados acharam positivo aos demais países a existência da uma alternativa, em geral por conta do provável esvaziamento do poder estadunidense:

“Então seria uma internet em que os Estados Unidos não teriam controle dos dados é isso? Eu acho que seria uma boa alternativa, mesmo achando que o roubo de dados ou quem tem controle desses dados não estaria mais com os Estados Unidos seria com os outros países ainda acho que seria um problema mas acho que descentralizar essa questão dos Estados Unidos e tornar algo mais multilateral talvez não beneficia tanto os Estados Unidos nessa questão, pois foi como eu disse quando você tem tantos dados, você tem informação das pessoas você pode usar isso pra muita coisa, ainda mais hoje em dia, você tem propaganda, você pode direcionar uma influência pra um certo grupo de pessoas, então as pessoas são moldadas no que elas, vêem na internet, no que elas vêem nas redes sociais, então acho que talvez seja bom tirar esse controle dos Estados Unidos, mas acho que o problema vai ser algo que ainda vai acontecer, a questão de usar esses dados para influenciar em alguma coisa, então acho que tirar do controle dos Estados Unidos seria uma boa.” (Estudante do 4º período)

Relacionado à descentralização da estrutura, os analisados mostraram aflição com possíveis desfechos dessa nova internet; intenções ocultas dos chineses (além da desestabilização americana) e uso do controle nacional por eventuais governos “autoritários”. Entretanto, as observações foram feitas destacando também preocupação com o uso da internet atual pelos estadunidenses:

“Acho que isso não seria tão benéfico para os EUA e, ao mesmo tempo, por trás de tudo sempre acho que há uma motivação. Acho que isso não seria totalmente descentralizado, mas isso pode ser bom para os outros países terem mais autonomia. Ainda assim é meio difícil, porque cada governo age de uma forma. Mas talvez, antes os próprios países controlassem do que os EUA.” (Estudante do 2º período)

Ademais, várias respostas demonstram descrença em qualquer modelo de internet, considerando impossível qualquer forma de não-vigilância, resumindo a questão apenas à escolha do “menos pior”.

“Acaba que tanto no modelo atual como no outro modelo, vamos continuar sendo vigiados e monitorados, acho que não tem como fugir disso no geral. Então, temos que saber exatamente quais são as intenções da China com isso, por que eu não acredito que ‘tiram os EUA da concentração de dados, enfim’ e agora vai ficar tudo bonito, por que não vai. Então temos que ter cuidado quando se pensa em novas formas de internet, acho que na verdade, cada país teria que tomar muito cuidado com isso. Não acho que seja uma solução, se a China mesmo não explica quem ficaria responsável por esse processamento de dados enfim, é porque tem alguma intenção por trás e muda só de um para outro. Não sei como a gente ficaria, acho que é muito de avaliar mesmo essa questão. Cada país pensar na sua própria segurança e de seus usuários, mas que continuaremos sendo monitorados e vigiados, é algo óbvio, em qualquer um dos modelos.” (Estudante do 7º período)

Uma minoria dos entrevistados teve uma interpretação liberal de eventuais “internet paralelas”, resultando em expectativas positivas e negativas. Por um lado, euforia com uma possível competição, e por outro, o receio de uma “desglobalização” com o surgimento de várias redes nacionais.

7. BOTS, FAKE NEWS E LÍDERES GOVERNAMENTAIS EM REDES SOCIAIS

Este bloco abrange duas questões tratadas, mais especificamente, a respeito de bots e fake news em redes sociais, e a utilização dessas mídias por chefes de estado. Esse primeiro ponto busca analisar, na visão dos discentes, como tais mecanismos se mostram nas redes sociais, e como seriam influentes nessa disputa. Por último, apresentamos o posicionamento de líderes governamentais, com o exemplo de Donald Trump, em relação aos outros países, para entender se o alunato vê tais ações como uma estratégia para ganhar opinião pública em relação às atitudes que são tomadas por esses representantes do Estado, como embargos econômicos.

Durante a primeira questão, observamos uma relação imediata do tema bots e fake news ao governo estadunidense, onde a maior parte dos discentes mostrava crer que o presidente norte americano Donald Trump seria um utilizador recorrente de tais abordagens, principalmente no embate entre China e Estados Unidos.

“(...)Também é uma batalha entre China e os Estados Unidos, pois eles cada vez mais vão criar notícias falsas sobre o outro, indiretamente ou não. Temos o exemplo da retórica do Trump de chamar o vírus de um vírus chinês, e você poderia chamar isso de fake news de certa forma ou não, você poderia chamar isso de posição de Estado. Existe um ponto em que essas coisas podem começar a se confundir.(...)(Estudante do 5º Período)

Também foi possível notar que as possibilidades de impacto, na maioria das opiniões oferecidas, eram relacionadas ao ganho da opinião pública, principalmente visando atacar o país “rival” na disputa. Além disso, a maioria dos entrevistados não descartaram o uso de bots e propagação de fake news pelo governo chinês, porém disseram não ter conhecimento à respeito de como funcionam, tendo apenas uma pequena parte deles dissertado à respeito.

“(...)Eu acredito que os Estados Unidos tem bots que defendem as medidas deles que tocam ao mundo inteiro nas internets locais de cada país onde eles precisam que as pessoas apoiem isso para que eles consigam passar isso em algum lugar em que precise de aceitação, e eu acredito que a China faça a mesma coisa, mas mais nas zonas de influência regional deles lá na Ásia, Oriente Médio, ali onde eles tenham uma influência local mais forte, porque aqui no Brasil, pelo menos na minha bolha eu nunca vi.” (Estudante do 8º Período)

Usando a temática do Trump como ponto de partida para a ramificação da pergunta, expomos a situação de líderes que usam as redes sociais para fazer posicionamentos políticos, procurando entender se os discentes enxergam uma estratégia nesses discursos, e como vêm as consequências oriundas desse tipo de comportamento. Em primeiro ponto, observamos que a maioria dos entrevistados apresentavam contextos que só diziam respeito à opinião pública. Apenas dois dos discentes discorreram sobre uma outra variedade de ocorrências possíveis, tendo o primeiro levantado a criação de fake news a respeito do âmbito militar, no que tange à ataques, e o segundo, a imagem crítica de outros países em relação à um debate inflado por tal tipo de postura, apresentando o contexto das discussões ambientais que cercaram o Brasil em relação à comunidade internacional, de acordo com a postura do presidente Bolsonaro.

8. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEU IMPACTO NA BALANÇA DE PODER

Em relação a Inteligência Artificial, foram levantados dois questionamentos principais sobre o tema. O primeiro diz respeito à como políticas nacionais podem interferir nos avanços tecnológicos de determinado país. Para isso, foi utilizado como exemplo a dificuldade enfrentada pelos Estados Unidos de atrair Talentos Globais - pesquisadores e cientistas de outras nacionalidades - e a sua atual abordagem em relação à imigração. Nessa linha de pensamento, a maioria dos entrevistados afirmou concordar com essa relação, mas um ponto interessante a ser destacado é que alguns afirmaram a crescente falta de interesse desses talentos em procurar os EUA:

“Completamente. Acho que a postura deles em relação a imigrantes é muito complicada e talvez possa ser a visão da bolha em que eu vivo, mas eu percebo que desde que sou mais nova a vontade das pessoas de ir para fora do país era muito focada nos EUA, nesse sonho norte americano. Enfim, acho que isso mudou um pouco e isso contribui muito para as pessoas não focarem tanto é... em crescer profissionalmente e desenvolverem nas áreas que elas querem - principalmente na área de Inteligência Artificial que é uma área cada vez mais relevante - nos EUA. Acho que não está tendo uma divulgação de incentivos para pessoas de outros países assim, então acho que as pessoas estão procurando novo lugares.” (Estudante do 2º período)

“Acho que o discurso que os EUA têm hoje em relação a migração e imigrantes influencia muito nessa dificuldade, apesar de que eu acho que pessoas que têm estudo que são pessoas que estão ali para trabalhar e, principalmente no setor de tecnologia, são mais bem recebidas. Eu acredito que muita gente não tenha vontade de ir, exatamente pelo não acolhimento e pelo preconceito que possam enfrentar.” (Estudante do 7º período)

O segundo questionamento exposto traz como ponto principal a premissa do uso de Inteligência Artificial como ferramenta de nivelamento de poder entre os dois países focos na pesquisa. Em relação a essa análise, de início, muitos alunos demonstraram não ter pensado nessa questão anteriormente, ou não enxergarem uma associação lógica. Entretanto, depois de ter a questão mais explicada ou depois de pensar mais no assunto, foi constatado que a maioria acredita em uma dependência da manutenção ou ganho de poder com o avanço tecnológico, englobando assim a Inteligência Artificial. Um ponto interessante a ser destacado é a colocação de alguns entrevistados sobre o fator do tempo nessa questão:

“(...) é uma forma de tecnologia que ainda é pouco explorada, então qualquer avanço e qualquer novidade ele vai ser benéfico, mas assim, atualmente eu acho que não é tão impactante quanto pode ser; eu acho que não atingiu seu potencial ainda.” (Estudante do 7º período)

“(...) eu acho que ainda é tudo muito novo e ainda tá tudo se aperfeiçoando. A Inteligência Artificial que é usada hoje vai ser infinitamente diferente do que daqui a um ano - o avanço tecnológico é muito rápido - então acho que ainda é cedo para previsões. Acho que sentiremos o reflexo daqui a pouco, não consigo projetar nada, não consigo pensar em alguma coisa.” (Estudante do 8º período)

Um dos desdobramentos dessa pergunta, foi avaliar se o alunato acreditava que a China poderia passar os EUA em situação de poder, principalmente considerando seus avanços na pesquisa e desenvolvimento da Inteligência Artificial. Uma grande maioria afirmava que sim,

entretanto os que discordam dessa visão alegaram que os EUA continuam fazendo pesquisas e consideram como relevante a posição hegemônica atual do país na sua projeção futura. Um dos entrevistados que segue nessa linha de discordância apontou a parceria que o país têm com o Japão, outro estado nacional conhecido pelas suas pesquisas no âmbito tecnológico, como fator para a conservação do status de poder norte americano.

Cara, é complicado porque assim, os Estados Unidos tem também o apoio do Japão incondicional, e o Japão a gente sabe que é expert em robótica e tecnologia, inteligência artificial. Então os Estados Unidos não estão sozinhos nessa corrida, tem esse diferencial. Eu acho que os Estados Unidos vai desenvolver mais do que a China. Agora, o uso melhor, aí já depende, porque a gente tem a ideia de que existe uma ditadura na China sobre a tecnologia, você vê que as pessoas não podem acessar qualquer tipo de site, mas os Estados Unidos acabou se provando tão ditador quanto, querendo proibir o Tiktok em solo norte-americano. Então, quem vai usar melhor, só o tempo vai dizer, mas quem vai desenvolver mais rápido vai ser os Estados Unidos, até pela questão dos acordos econômicos que os Estados Unidos têm, tanto de importação de matéria-prima, de mão-de-obra, tanto de importação de peças do Japão, tanto de importação de conhecimento do Japão, então quem vai desenvolver mais rápido serão os Estados Unidos. Quem vai usar melhor, só o tempo dirá. (Estudante do 2º período)

9. CONCLUSÃO

Em suma, foi possível observar que os estudantes de Relações Internacionais da UFRJ demonstraram, ao longo das entrevistas, características e inclinações políticas anti americanas, assim como foi observado no último relatório. A respeito do monitoramento de usuários e armazenamento de dados, grande parte dos entrevistados afirmaram que a retenção de informações pode vir a ser um instrumento político e - até mesmo - militar nocivo e antiético, porém, notamos um grande enfoque em redes sociais norte americanas como, por exemplo, o Facebook. Por outro lado, alguns alunos relativizam e trataram a questão do bloqueio de aplicativos estadunidenses na China como uma questão trivial. Uma espécie de defesa chinesa contra imposições e possível espionagem externa, mais especificamente, uma defesa contra os Estados Unidos. Contudo, apenas um estudante afirmou que o controle de dados pelo Partido Comunista Chinês pode ser uma maneira de controlar e manipular a opinião pública como, por exemplo, em casos de manifestações da oposição tal como a onda de protestos de Hong Kong em março de 2019.

Sobre o papel da Inteligência Artificial e a sua importância nas transformações sociais e econômicas hoje, os estudantes mostraram certa dificuldade em discorrer sobre e relacionar esse tópico ao atual contexto de Guerra Fria do Século XXI. Apesar das dúvidas a respeito da relevância das disputas tecnológicas entre Estados Unidos e China, grande parte dos estudantes reconheceram a função significativa da Inteligência Artificial tanto para preservação quanto para aquisição de poder. No entanto, percebe-se que grande parte do alunato acredita que a China terá bons resultados e ultrapassará o Estados Unidos na corrida tecnológica. Por fim, uma pequena parcela afirma que esse é um cenário distante e talvez improvável, pois acreditam que os Estados Unidos continuarão como uma potência hegemônica tecnológica.

REFERÊNCIAS

LEE, Kai-Fu. **Inteligência Artificial** : Como os robôs estão mudando o mundo, a forma como

amamos, nos relacionamentos, trabalhamos e vivemos. Tradução Marcelo Barbão. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

ELEVENPATHS. Blockchain e cibersegurança: uma breve aproximação (**parte 1**). [S. l.], 17 set. 2019. Disponível em: <https://empresas.blogthinkbig.com.br/blockchain-e-ciberseguranca-uma-breve-aproximacao/>. Acesso em: 19 out. 2020.

DOURADO, Maria. China x EUA: quem é o protagonista em inteligência artificial? : Os estudos chineses superaram os americanos em 2025, diz pesquisa. [S. l.], 14 mar. 2019. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/china-x-eua-quem-e-o-protagonista-em-inteligencia-artificial/83700>. Acesso em: 23 set. 2020.

NEWS, BBC. **China takes aim at US ‘bullying’ of its tech firms** . [S. l.], 8 set. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-54052765>. Acesso em: 22 set. 2020.

COLOMÉ, J. P. **TIKTOK, o app chinês na mira dos EUA, é um perigo para o Ocidente?** : Geopolítica, privacidade e falhas de segurança motivam campanha contra o aplicativo chinês. Microsoft confirma intenção de comprar a plataforma depois de conversas com Donald Trump. [S. l.]: El País, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-04/tiktok-o-app-chines-na-mira-dos-eua-e-um-perigo-para-o-ocidente.html>. Acesso em: 18 set. 2020.

CLAYTON, J. **Is the US about to split the internet?**. [S. l.]: BBC News, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-53686390>. Acesso em: 18 set. 2020.

BBC NEWS. **TikTok: Trump says Oracle deal for video app ‘has my blessing’**. [S. l.]: BBC News, 20 set. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-54221897>. Acesso em: 21 set. 2020.

RELATÓRIO DA TURMA DE MÉTODOS DE PESQUISA 2019.2. **Pesquisa de Cultura Política dos Alunos de Relações Internacionais da UFRJ** . Rio de Janeiro. UFRJ, 2018.

GRUPO 6: INDÚSTRIA BÉLICA

Akira Sato Neto

Isadora Novaes dos Santos Bohrer

João Vitor Santana Soares

Joyce Mapa

Julia Pereira Barreto Domingues da Silva

Victor Rezendei

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o conhecimento dos alunos de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro quanto a questões da indústria bélica, geopolítica e dos programas espaciais no que tange a China e os Estados Unidos. Para a realização deste estudo, foi feita uma pesquisa de metodologia qualitativa com 12 discentes de diferentes períodos do curso. A estruturação da mesma foi feita com base em 7 perguntas, as quais abrangem diversos temas relevantes a atual conjuntura do sistema internacional, focando na relação entre China e Estados Unidos.

No próximo segmento, apresentamos os objetivos que buscamos atingir com cada uma das perguntas formuladas e, também, indicar os pontos de convergência e divergência identificados entre os entrevistados. Por fim, na conclusão, determinamos o retrato geral que se pode traçar com os resultados encontrados.

2. CAMPO DE DISPUTA PREDOMINANTE COM GRANDE IMPACTO NO SISTEMA INTERNACIONAL

O campo de disputa em uma guerra apresenta sua importância na medida em que possa mensurar o quanto longa ou forte seria uma guerra entre China e Estados Unidos. Caso um incidente ocorresse ou uma crise aquecesse, ambos teriam forças amplas, tecnologia, capacidade industrial e pessoal para viajar ao longo de vastas extensões de terra, mar, ar, espaço e ciberespaço. Nessa questão, é possível extrair que a grande parte dos alunos considera o campo econômico com maior relevância em comparação aos de tecnologia e militar.

Ao que se refere ao campo econômico, vale destacar a personificação do capitalismo estadunidense em ruína com relação ao potencial de crescimento da China. Sem dúvidas, a maioria do grupo de estudantes concorda em uma reinvenção desse sistema econômico protagonizado pela China, prova disso é a sua experiência econômica forte que consegue crescer em

níveis satisfatórios em relação ao desaquecimento da economia estadunidense. Além disso, há uma ressignificação do que seria a provável guerra: antes, no passado, era predominantemente bélica, contudo, muitos alunos afirmaram que o campo econômico seria o de maior importância.

“Eu acho que já esteja acontecendo e o campo econômico é o que puxa os outros, porque?! Vivemos em um mundo capitalista e a capitalização é o que move nossa sociedade e a mesma vai se moldando a isso. Antigamente os produtos chineses eram vistos de baixa qualidade, hoje em dia temos grandes conglomerados chineses que possuem talvez não a força que os EUA possuem, mas estão se fortalecendo, e o mercado vai mudar, inclusive com o fortalecimento da moeda chinesa.” (Aluno do 9º período)

O campo tecnológico é representado por uma minoria dos estudantes e em sua principal pauta está a liderança pela tecnologia 5G que demonstra uma busca pelo pioneirismo entre as duas potências. De fato, esses alunos afirmaram ser pouco provável uma disputa bélica e direta entre China e Estados Unidos uma vez que, as consequências seriam irremediáveis e as perdas seriam acentuadas por essas duas potências. Um ponto interessante a ser destacado pelos universitários é a desconfiança das lideranças estadunidenses em relação ao aplicativo midiático chinês “*Tik Tok*”. Esse atrito no compartilhamento de dados e informações demonstra, pelos estudantes, a importância da tecnologia para analisarmos a bipolaridade sino-estadunidense.

“A primeira coisa que vem na minha cabeça é que todos esses estão conectados, o que a gente vê mais é o econômico/tecnológico, eu não vejo isso escalando para algo muito militar. Hoje eu vi uma reportagem falando como as eleições americanas estão sendo influenciadas por esses outros atores, como a China. Eu não conseguiria dizer de uma forma objetiva qual seria o principal campo dessa rivalidade, mas se eu pudesse traçar um campo seria as disputas políticas gerando as disputas econômicas e tecnológicas. Um alimenta o outro, por um lado você tem as duas maiores economias disputando mercados, mas ao mesmo tempo nós vemos que essas disputas também são alimentadas pelos dois. As relações entre os dois mudou muito e tudo que acontece nesses países influencia diretamente no outro.” (Aluno do 5º período)

3. VOCÊ ACHA QUE A CHINA TEM CAPACIDADE DE ULTRAPASSAR A POTÊNCIA BÉLICA DOS EUA NOS PRÓXIMOS 20 ANOS? E QUAL SERIA O IMPACTO DISSO?

Em uma segunda pergunta, tenta-se retirar dos entrevistados suas percepções acerca da potência bélica da China, em comparação a dos Estados Unidos, questionando-os se, em seus pontos de vista, há a possibilidade do país asiático ultrapassar a potência bélica dos norte-americanos nos próximos vinte anos. Procurou-se observar se o aluno de relações internacionais da UFRJ ainda enxerga os EUA como potência bélica dominante no sistema internacional ou se sua força está em declínio com o crescimento chinês. Além disso, questionou-se quais seriam os impactos e maiores consequências de uma possível ultrapassagem bélica da China.

Consegue-se inferir que os estudantes, em sua maioria, acreditam numa China forte, em pleno desenvolvimento não só bélico, como também comercial, tecnológico, entre outros campos, capaz de ultrapassar o poder norte-americano nas próximas duas décadas. Alguns,

inclusive, chegaram a cogitar que esse cenário se desenrolaria num período ainda menor, destacando o papel da China num projeto cada vez maior de otimização da tecnologia aplicada à indústria bélica.

No entanto, um número considerável de alunos se manteve certo de que os Estados Unidos ainda detêm a hegemonia global, cultivada desde a Guerra Fria, e com aliados poderosos ao seu lado, como os países europeus. Dessa maneira, foi posto em pauta que pode ser possível até mesmo que a China, por si, não tenha um interesse muito palpável de se tornar a potência bélica dominante, preferindo se sustentar num palco igualitário com seu concorrente, nesse aspecto. O objetivo da China seria o campo econômico e tecnológico, a briga maior entre os dois países estaria aí. Essa opinião pode ser encontrada no seguinte discurso:

“Eu vejo a China se perguntando o que fazer com esse poder, uma postura diferente do que os EUA prega, então eu não sei como a China faria isso, talvez mais na forma econômica e política, eu não vejo isso tanto tantas mudanças ostensivas, não acho que seria tão visível. No Mar do Sul da China e nas regiões próximas isso seria muito mais perceptível. Eu vejo os EUA como muito expansionista. Não vejo uma presença tão marcada da China no exterior fora da área crítica, eu acho que é uma tendência chinesa continuar assim.” (Aluna do 5º período)

Porém, quase um consenso entre os dois grupos foi de que os impactos dessa possível ultrapassagem chinesa frente à indústria bélica norte-americana se darão muito mais no campo econômico do que em qualquer outro, sendo citado até mesmo no campo sanitário. Alguns alunos mostraram uma visão de que esses impactos cairiam, sobretudo, em cima dos países “em desenvolvimento”, como pode-se ver a partir da seguinte opinião:

“Essa mudança não seria muito boa, porque a taxa de produtos seria maior para a América Latina, impactando bastante a economia e aumentando o custo de vida em países subdesenvolvidos e distantes geograficamente.” (Aluna do 9º período)

Para os futuros internacionalistas, a dinâmica mundial mudaria gradualmente, e de forma cuidadosa, partindo do fato de que é de conhecimento mútuo a capacidade de destruição de ambos os lados. Ademais, com o intuito de barrar o crescimento chinês, os Estados Unidos e seus aliados ocidentais imporiam diversas sanções econômicas ao país asiático e uma guerra econômica se intensificaria a partir disso, uma luta por novos produtos, novos públicos compradores e novas formas de consumo.

4. COMO VOCÊ VÊ O COMBATE DIRETO E USO DE ARMAS DE ALTO IMPACTO ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA PARA RESOLUÇÕES DE SUAS TENSÕES?

A questão três perguntava sobre o enfrentamento direto entre as duas potências e a possibilidade desses países de utilizarem armas de alto impacto. O que tornou essas respostas tão interessantes é que das 12 (doze) respostas que obtivemos, a resposta sobre o enfrentamento

direto foi unânime: todos os entrevistados responderam que acham improvável e/ou inviável um combate direto. Muitos desses estudantes, no entanto, ressaltaram que fizeram essa análise a curto e médio prazo.

Sobre os porquês da posição, obtivemos duas explicações: uma relacionada ao âmbito militar das duas potências e a outra relacionada ao contexto mundial atual:

Primeiramente, os alunos citaram o uso de armas de alto impacto como um dificultador de conflitos atualmente. Para eles, é perceptível que a utilização desses armamentos é, citando os mesmos “uma crise suicida”, “a perda seria total”, “destruição mútua”. Dessa forma, fica presente que a destruição caberia às duas nações segundo nossos entrevistados. Isso explica, no âmbito militar, a menção quase majoritária que não seria proveitosa para nenhum dos dois. Duas respostas se destacaram ao dizer que:

“Para mim, as armas nucleares não foram feitas necessariamente para serem utilizadas, são uma arma de persuasão, apenas a possibilidade é medonha, a não ser que crie novas armas capazes de destruir em massa as armas nucleares.” (Aluno 5º período).

Essa resposta é uma das mais impressionante não apenas da questão, mas a toda a entrevista, o aluno demonstra um raciocínio lógico singular e apresenta uma explicação pouco conhecida ao dizer que o fato das armas nucleares impedirem uma guerra, isso seria um fator repulsivo momentâneo, de outra forma, isso significa para esse aluno, que a partir do momento em que novas formas de armamento forem constituídas e criadas, essas sendo capazes de impedir ou desativar, as bombas nucleares podem voltar a ser uma opção viável dentro das opções de conflito.

Outra menção que merece destaque é a analogia à Guerra Fria como fator determinante e histórico para se impedir o escalamento de conflitos ao uso desses equipamentos. Para os alunos, a lembrança do século passado parece ser uma memória constante e explicaria o porquê de acreditarem que ambos os países não entrarão em um conflito direto a curto e médio prazo. Quando questionados a longo prazo, os mesmos disseram ser incapazes de chegar a uma conclusão pois não há como dizer qual será o contexto momentâneo. Entretanto, há um fator citado de formas similares, mas que conclui ao mesmo significado e distingue o momento atual da Guerra Fria: a globalização.

O mundo de hoje não é mais aquele proposto nas décadas de sessenta aos anos noventa. A comunicação e a globalização fez com que as relações interestatais atingissem o máximo de interação já vista. Não apenas isso, a contemporaneidade, o século XXI, para os alunos, interliga e aproxima os países. Todos os alunos citaram a economia e o comércio como motivo suficiente para impedir o uso de armas de alto impacto. Para eles, a vinculação da economia mundial e, além disso, das cadeias de fornecimento mundial significaria uma vitória sem vencedores. Os alunos acreditam que os dois países são interdependentes. Três alunos citaram que as perdas econômicas e comerciais seriam grandes demais, um citou que os investidores e as bolsas de valores teriam uma parcela importante na decisão de enfrentamento.

Cinco alunos também citaram a opção do conflito indireto como forma de superar a

problemática da guerra direta e, ainda sim, demonstrarem seus poderios militares. Os mesmos citaram exemplos como a crise da Crimeia, as relações entre China e Índia e o caso de Taiwan. Atrelado a isso, um aluno respondeu que caso houvesse um conflito, o mesmo ocorreria no território de um terceiro. Além disso, também foi citado por dois entrevistados as sanções econômicas e políticas como substitutos à guerra.

“Quando eu penso em bombas nucleares eu não vejo mais isso tão como possível, eu vejo isso muito mais ocorrendo por meio de embargos e ataques diretos em cadeias de suprimentos, algo que prejudique a logística do país e acredito que se fosse em um lugar seria no nordeste asiático e não vejo isso acontecendo num futuro próximo, a não ser que tudo desse errado. Muitas vezes quando duas grandes potências entram em conflito eles normalmente usam outros territórios ou terceiros então eu não sei mensurar quão grande seriam as consequências. Acho que seria um conflito restrito que não seria tão alarmante se fosse em outra época, não sei o quão desastroso isso seria para a economia, o comércio mundial (...).” (Aluna do 5º período)

Apenas três alunos explicitaram suas opiniões sobre o uso desses armamentos, a resposta foi unânime: são contrários ao uso desses armamentos. Os outros alunos, não evidenciaram seus posicionamentos, isso pode ser explicado por todos eles acreditarem que seja improvável que o conflito ocorra a curto e médio prazo.

5. POSIÇÃO DE PAÍSES EUROPEUS E OTAN MEDIANTE AO POSSÍVEL CONFLITO BÉLICO

Inicialmente, a questão busca extrair dos alunos sua cultura política e sua visão acerca do inevitável posicionamento de países chave como os europeus e a OTAN mediante um conflito bélico direto entre Estados Unidos e China. Na pesquisa, coleta-se três dados informativos importantes: há uma cisão no que se refere a posição dos países europeus e a OTAN. Os alunos se dividiram entre a necessidade de se manter neutro, mediar o conflito ou até mesmo se posicionar belicamente nesse conflito.

Ao que se refere ao poder e a força das armas, a tecnologia bélica para uma pequena parte dos alunos ressalta a incapacidade de permanecer neutro já que a guerra poderia acontecer em seus territórios. Portanto, embora haja a necessidade de mediação do conflito, tal medida não seria eficiente pois essa experiência já foi observada na história. Já a OTAN, assim como a maioria dos países europeus, exceto o Leste Europeu, se alinharia aos Estados Unidos. Ademais, a fraqueza da OTAN é apontada por esses estudantes. Para isso, o pragmatismo do bloco favorece a balança de poderes caso seja necessário. Além disso, em um conflito bélico, assumir lados é necessário pelas vias diplomática e estratégica. Por isso, a Europa, em sua porção de leste e oeste, seria uma aliada dos Estados Unidos.

O poder dos países europeus e a OTAN proporciona a possibilidade de não se alinhar para uma pequena parte dos acadêmicos. Atualmente, apenas o apoio moral seria praticado pela OTAN para os Estados Unidos. A dificuldade em ocorrer um conflito entre os dois países também é ressaltada.

Uma aluna do segundo período, inicialmente, considera impossível saber a solução

política exata para esse tipo de questão. Além disso, a influência dos Estados Unidos é bem ressaltada pela estudante, marcando a posição de alinhamento entre OTAN e o país americano. Pelo contexto de pós-guerra com holocausto e guerra fria e ainda por líderes políticos como a Dama de Ferro, a aluna encontra dificuldades em falar sobre a União Europeia. Ela ressalta que seria provável a resolução mediante negociações, descartando, assim, a solução de um conflito armado.

De forma pragmática, uma aluna do quinto período considera uma posição dos países da União Europeia em alinhamento aos Estados Unidos, como demonstra a tradição. Embora seja difícil prever um apoio certo aos EUA, ela vê no futuro uma dificuldade em reverter esse padrão de alianças.

No eixo das características do sistema internacional, a distância geográfica dos países europeus é apontada por um aluno do quinto período na medida em que esse elemento não força a necessidade de se alinhar a um dos países em conflito bélico. Juridicamente, há sentido se alinhar embora militarmente, não. Além disso, o equilíbrio de forças é ressaltado por um aluno do sexto período, ao qual essa visão deve proporcionar a mediação pacífica até certo ponto. Para ocorrer equilíbrio de forças, o Leste Europeu apoiaria a China e o restante dos países europeus, os Estados Unidos

O posicionamento e alianças também é presente na entrevista devido a permanência da hegemonia estadunidense é apontada positivamente por um terço dos alunos, tendo em vista sua nacionalidade. A grande questão, de fato, é a divisão entre Ocidente e Oriente. Embora não haja neutralidade, haveria uma intervenção no ponto que se refere ao manter a paz e impedir uma guerra. No sentido prático, a União Europeia e a OTAN, com medo do desconhecido chinês, apoiaram os Estados Unidos no intuito de não ocorrer mudanças clássicas na hegemonia. Bem como, o alinhamento individual da OTAN é ressaltado como no caso da divergência política entre Turquia e Estados Unidos. Por isso, a cooperação da OTAN aos Estados Unidos não é considerada eficiente.

Tendo em vista as vias de solução ao conflito, a diplomacia e a mediação da União Europeia e OTAN é apontada claramente pela grande maioria dos estudantes. A conexão econômica com a China pode ser um entrave ao alinhamento histórico da União Europeia e das Américas aos Estados Unidos. O continente africano com sua aproximação crescente com a China ressalta o alinhamento. Embora um aluno não sabia responder se Rússia seria aliada chinês, ele certamente desconsidera o alinhamento aos Estados Unidos.

6. CHINA E TAIWAN

6.1. Alinhamento com os EUA e consequência para a China

Neste momento, buscamos sintetizar a opinião dos alunos acerca da importância estratégica do Taiwan para os Estados Unidos e as consequências desse alinhamento para a China. Com isso, notamos que a maioria esmagadora dos entrevistados acredita que a cisão Taiwan-

-China seria de médio ou grande impacto para a China, uma minoria afirmou que o impacto maior cairia sobre o Taiwan e um dos entrevistados declarou que a posição Taiwanesa impactaria simbolicamente o governo chinês.

Dentre os que alegaram ter impacto negativo para a China, todos concordaram que a perda de Taiwan seria de grande abalo político. Ou seja, para os alunos, a emancipação de Taiwan teria mais impacto no campo político por se tratar de uma questão historicamente simbólica.

“O impacto seria realmente muito negativo (...), no sentido militar e no sentido político, sem dúvidas, porque você tem uma região da China que tá se rebelando, e não faz pouco tempo, faz muito tempo... é, então sem dúvida seria um impacto gigantesco.” (Aluno do 6º período)

“Seria uma perda gigantesca pra China, uma perda... talvez moral, no sentido de, é... como é que a China vai perder esse território que ela vem combatendo por... há anos, e do nada ela perde pro seu principal rival político e econômico? Talvez haveria algum tipo de desestabilização política dentro do governo Chinês, que dificultaria ainda mais você bolar algum tipo de estratégia, algum tipo de plano pra poder... seguir com esse conflito.” (Aluno do 9º período)

“Eu acho que primeiro seria orgulho ferido (risos), pelo que eu pesquisei da China, a China tem muito essa coisa de, é... a ideia histórica de se unificar e se separar, digamos assim. Eu acho que pro chinês, Hong Kong nunca foi uma colônia, foi sempre um território cedido, sabe, ou seja, Hong Kong uma hora iria voltar pra área de influência deles, eu acho que talvez assim como Taiwan. Mesmo que tivesse havido uma disputa, né... entre os capitalistas e o partido comunista, eu acho que na ideia do chinês, sempre foi essa coisa tipo, ‘Taiwan faz parte de nós’. ‘Taiwan tem que voltar para nós em alguma hora’, então eu acho que seria a mesma coisa que, tipo assim, o sul do Brasil dissesse ‘Não, a gente vai se alinhar agora com a Argentina porque acho que o futebol deles é melhor’, eu acho que, na cabeça do Chinês seria um orgulho ferido, algo assim.” (Aluna do 9º período)

Outras questões levantadas foram o poder econômico de Taiwan, que, segundo os entrevistados, seria de grande importância e abalaria o PIB chinês, e a questão geográfica devido à proximidade com o resto do território da China. Para os alunos, os Estados Unidos poderiam se utilizar da vantagem estratégica para instalar bases militares nas fronteiras chinesas, aumentando ainda mais a pressão no país.

“Olha, é um impacto bem grande, eu penso muito no paralelo de Cuba, né, porque é próximo, é... é o quintal, né, vamos dizer assim, Taiwan está para China como Cuba está para Estados Unidos, em termos de proximidade, em termos de você ter... é, ter um fator preocupante ali no entorno, né, mas eu não vejo, só... apesar de que Taiwan tem uma diferença, tem um agravante, vamos dizer assim, que seria ter sido parte da China em um certo momento, e eu acho que teriam outros, é... fatores de impacto, pensando nessa relação entre China e Estados Unidos, eu acho que se Taiwan tiver essa postura de se alinhar aos Estados Unidos, isso vai ser uma grande derrota pra China, de ter esse elemento né, ali tão próximo.” (Aluna do 5º período)

Aqueles que reconheceram o impacto na China como baixo ou nulo, ou então que o impacto seria maior para o Taiwan, ainda assim comentaram sobre a questão “moral e histórica”, afirmando que esse seria o único verdadeiro abalo ao governo chinês e se justificaram dizendo que Taiwan necessita e depende muito mais da China do que o contrário.

Dessa forma, concluímos que, na visão dos participantes, Taiwan demonstra ser um poderoso pilar a ser usado pelos Estados Unidos contra a China, de forma a provocá-la moral, política, econômica e militarmente. É importante ressaltar que alguns alunos pontuaram que, o alinhamento de Taiwan com os Estados Unidos, pode ser o estopim para um ou mais confrontos diretos entre os dois países, ressaltando a importância estratégica da região

6.2 Intervenção estadunidense em Taiwan

Já nesta etapa, foram levantados acerca do posicionamento para com o intervencionismo estadunidense e a soberania chinesa na questão China-Taiwan. Quando perguntados se apoiavam a intervenção estadunidense em território taiwanês, a vasta maioria das respostas inclinou para a negativa, alegando que os Estados Unidos não teriam relação com o que acontece em território chinês e que a briga China-Taiwan seria uma questão interna a ser resolvida.

“Eu parto do princípio de que os Estados Unidos não devem intervir em lugar nenhum se eles não forem chamados, porque... eles se sentem os donos do mundo, sabe? Eles têm esse histórico de interferir em lugares porque eles acham que devem levar a paz e a civilização para os outros povos, o que não é o caso” (Aluna do 9º período)

“Não... não acho que deveria (intervir)... porque existe algo chamado soberania né, apesar de que a China não respeite a soberania de Taiwan, né... mas os Estados Unidos já tem as suas motivações né, pra eles cai como uma luva essa questão.” (Aluna do 7º período)

“Não acho que deveria interferir não... já existe toda uma discussão bem complexa sobre se Taiwan é independente. Eu nem sei se pode chamar Taiwan de independente, porque continua sendo parte da China, então acho que tipo... não acho que os Estados Unidos devam se meter; ” (Aluno do 6º período)

“Não, não acho que eles deveriam intervir, lógico que não, porque não tem nada a ver com eles, isso é uma questão interna da China.” (Aluno do 9º período)

Porém, uma minoria também afirmou que, em um cenário no qual Taiwan pede por ajuda direta ou indireta, apoiam intervencionismo, seja ele militar, bélico ou logístico. Ou seja, os Estados Unidos somente devem intervir e/ou enviar reforços à Taiwan caso seja solicitado, como verificamos no seguinte trecho:

“Se Taiwan pedisse uma ajuda internacional, sim, caso não peça, não faz sentido nenhum porque... não é... não é território deles, não é delimitação deles, então por que que vai dardar pitaco? Eu acho que só se fosse um território... uma ajuda, um pedido de ajuda internacional, um pedido de exclamação que pode ser feito no estilo primavera árabe, o povo indo pra rua, pedindo, por meio da internet, solicitando ajuda tipo ‘Ajudem a Taiwan ficarem independente’, ou então pedindo ajuda formal mesmo, por meio de meios diplomáticos, aí sim, se não, não.” (Aluna do 2º período)

É interessante pensar que esse padrão de resposta indica que os entrevistados defendem a soberania da China, no entanto apoiam o direito de Taiwan de lutar por sua independência, atribuindo a ele diferentes graus de autonomia e poder, como podemos ver nas seguintes respostas:

“É uma questão de, tipo... se um país (China) invadir o outro (Taiwan), eu acho que... que esse país invadido tem direito de se defender como a recorrer a terceiros para ajudar e auxiliar na sua defesa.” (Aluno do 9º período)

“Intervir? Não, não têm porquê, a China é um país soberano. Na verdade você até usou o termo ‘anexar’, o que não faz muito sentido, Taiwan é um território da China, e eu não estou colocando juízo de valor nenhum, mas é um território chinês. Inclusive a China reconhece Taiwan como um território, é... uma região rebelde.
(...) Então esse termo ‘anexar’ não faz sentido porque, Taiwan, pros chineses, faz parte da China conti-

mental. Até porque a gente não tem reconhecimento do Taiwan nas Nações Unidas, pouquíssimos países reconhecem, até porque se você tá reconhecendo Taiwan, você não tá reconhecendo o que a China continental reconhece, então você já cria o embate.” (Aluno do 6º período)

De modo geral, os entrevistados foram contra o intervencionismo estadunidense, mas, ao mesmo tempo, apoiaram a ideia do Taiwan se tornar um Estado livre, o que reforça a ideia de uma contradição dos entrevistados acerca da concepção de soberania, já que ao apoiar a soberania do Taiwan, não se respeita a soberania Chinesa, que os próprios entrevistados disseram defender. Inclusive, uma das entrevistadas nos contemplou com a análise desse dualismo, admitindo a própria contradição ao dizer que a questão a deixa confusa pois, ao mesmo tempo que deseja a independência Taiwanesa, ela não apoia a interdição estadunidense.

“É cruel você perguntar se você acha que tem que intervir ou não porque... sabe, é complicado, você defende o ponto de vista de tipo, um país, Taiwan, ter a sua soberania, mas você sabe que uma intervenção ali desencadearia, é... uma série de alinhamentos e realinhamentos que poderia ser tipo, cruel pra várias áreas da Ásia, digamos assim, então tipo... é difícil defender intervencionismo, sabe... mesmo a favor de um direito soberano de um povo, sabe.” (Aluna do 9º período)

7. AS DISPUTAS TERRITORIAIS NO MAR DO SUL DA CHINA

No mínimo 3.4 trilhões de dólares circulam anualmente pelo mar do Sul da China, o que representa um terço do valor do comércio marítimo global. Em várias partes deste mar há a possibilidade para a extração de petróleo e gás natural no fundo do mar, enquanto outras áreas contêm ricas zonas de pesca. Em vista das diversas disputas territoriais existentes nesta região, o grupo buscou entender qual posicionamento os alunos têm sobre a legitimidade das reivindicações chinesas sobre este mar, a qual atualmente reivindica 80% deste território, alegando razões históricas para justificar as suas reivindicações.

A maioria dos alunos entrevistados respondeu que tais reivindicações não eram legítimas, enquanto quatro alunos não souberam opinar ou não tinham conhecimento sobre os conflitos que ocorrem nesta região. Ademais, entre os que responderam não, alguns argumentaram que mesmo não sendo legítimas as reivindicações, elas são compreensíveis ao se levar em conta os interesses da China e o papel hegemônico que ela exerce na região.

Quanto a isso, uma aluna do 9º período expressa o pensamento desta forma:

“Olhando os países que são componentes dessa bacia fica até meio óbvio porque a China tá tão assim tomando tudo de assalto né. É uma questão de tipo, quem tem recurso explora, quem não tem recurso infelizmente não vai ter a mesma opção de se proteger, de colocar ali e tal. Se você tem mais dinheiro pra botar plaquinha lá no mundo todo, então você vai fazer né. E os outros países, tipo Indonésia, Malásia, Filipinas, eles têm outras questões que tipo, eles não estão interessados em se proteger, mas é claro que eles têm; deveriam ter a opção de tipo explorar esses recursos também, claro. Por ser componente, por ser uma área próxima a eles.” (Aluna do 9º período)

Em seguida, ela continua o argumento e ainda expressa a preferência pelo o equilíbrio de poder:

“É basicamente a mesma coisa dos EUA quando estava em estado de expansão, foi tomando território

do México, tipo, se eles têm mais recursos eles vão tomar sabe. Até hoje a área de influência americana na América Latina... é, cara, quem é hegemonia tem mais recurso, pode fazer isso. Eu acho que é bom que tem Japão pra poder equiparar assim as forças. Se fosse o caso, talvez os EUA pudesse até, sei lá, eles tem base militar nas Filipinas, as Filipinas também uma grande área de influência americana né, eles falam inglês e tal. Eles poderiam até usar as Filipinas pra tipo, balancear essa área de influência aí do poder chinês, ou mesmo o Japão, Taiwan, sei lá. Mas é tudo uma questão de equilíbrio né, equilíbrio de poder que tá desbalanceado nessa área, tipo os outros países não tem como bater de frente com a China.” (Aluna do 9º período)

Em vista disso, podemos inferir que os alunos de RI adotam uma visão realista em relação à análise de conflitos globais, de que as hegemonias naturalmente exercem os seus potenciais para garantir seus interesses no mundo. Além do mais, os alunos adotam uma postura de multipolaridade quanto ao sistema global, preferindo que haja o equilíbrio de poder entre as potências para equiparar as desigualdades.

8. A RELEVÂNCIA DOS PROGRAMAS ESPACIAIS NO CONTEXTO MILITAR PARA OS EUA E A CHINA

Nesta pergunta o grupo buscou saber a opinião dos alunos quanto aos programas espaciais dos EUA e da China e a sua importância no contexto de uma Nova Guerra Fria. A maioria dos entrevistados respondeu que a corrida espacial não é prioridade para os respectivos países que nem na Guerra Fria com a União Soviética, e que ela seria primariamente para a demonstração de poder e superioridade frente à potência adversária, com o campo do espaço focado mais no desenvolvimento e lançamento de satélites. Quanto a isso, uma aluna do 3º período expressa a seguinte opinião:

“Eu acho que é de se mostrar superior, de se mostrar que... é que nem a monarquia, caso precise ela ainda tá ali, então é de se mostrar ativo, de se mostrar que você é capaz de fazer aquilo.” (Aluna do 3º período)

Entrando um pouco mais em detalhes, os alunos foram perguntados sobre quem eles acreditavam estar se destacando mais nesta área espacial, com a maioria dos alunos acreditando que os EUA estariam mais avançados do que a China na corrida espacial, porém a China teria a capacidade de equiparar-se aos Estados Unidos futuramente. Uma aluna ainda ressalta que por a China ser um país fechado, não conseguimos estimar corretamente a capacidade deles, pois muito da informação sobre este país não chega no ocidente:

“Tendo em vista a minha falta de informação sobre China e também a omissão de documentos e de informações sobre o tema por conta do governo fechado que existe no regime chinês, eu acho que os Estados Unidos. Mas eu acho que se eu sentar para estudar ou se eles liberarem mais coisas, é muito capaz de que a gente mude a informação, é um regime fechado, a gente não consegue saber de fato se o que acontece é verdade ou não.” (Aluna do 3º período)

Assim sendo, é possível inferir que os alunos de RI não têm uma noção clara das aplicações militares do espaço sideral, com os programas espaciais sendo meramente uma demonstração de superioridade e poder, enquanto os outros campos seriam mais prioritários no momento. Ademais, o espaço sideral estaria restringido à utilização de satélites para a comunicação e vigilância, com o desenvolvimento de novas tecnologias exercendo um importante papel nisso.

9. CONCLUSÃO

Para a primeira questão, a maior parte dos alunos focaram no campo econômico e tecnológico, apenas algumas focaram no campo político. Para os discentes de Relações Internacionais, a maior parte acredita que a economia e a tecnologia são os campos que estão mais em disputa ainda mais pela ascensão do 5G e o desenvolvimento da indústria chinesa. No entanto, isso também apresenta que um dos campos mais importantes de disputa, o militar, não está.

Na questão dois concluímos que a maior parte dos alunos acredita que a China é uma potência em desenvolvimento capaz de ultrapassar a potência bélica dos Estados Unidos nos próximos 20 anos. E que o país possui todos os artefatos e condições para alcançar o mesmo. Menos da metade dos alunos acredita que não, e que os Estados Unidos farão de tudo para impedir que isso aconteça. No entanto, é interessante perceber que alguns alunos não acreditam que a China tenha esse objetivo, pois seu interesse é ser uma referência econômica. Porém, todos os alunos acreditam que caso isso ocorresse, o impacto seria mais econômico que militar. Por isso, essa questão ficou bem dividida entre os alunos e não foi capaz de assinalar uma preferência objetiva dos alunos entre os dois.

Sobre a terceira questão, ficou evidente que nenhum dos alunos acredita que haverá uma guerra direta entre os dois países a curto e médio prazo. Esse posicionamento é essencial para entender os argumentos evidenciados pelos alunos, como a maior parte deles não terem apontado diretamente se achavam apropriado ou não o uso desses armamentos. Entretanto, quase todos os alunos apontaram o exemplo da guerra fria e das bombas nucleares como motivo suficiente para que o mesmo caso não se repita. O que é interessante é que os mesmos também apontaram que a globalização e a multipolaridade interferem diretamente nesse processo pois a interdependência entre os países fazem com que o uso direto dessas bombas seja um ato “suicida”. Isso expressa que a memória histórica dos alunos é condizente e aplicável ao contemporâneo, mesmo com ressalvas.

Ao que se refere à quarta questão, infere-se uma cisão no posicionamento dos alunos internacionalistas. Há uma divisão que reflete na escolha pela neutralidade, mediação ou posicionamento bélico. Pode-se observar, também, a necessidade e importância dos países europeus e a OTAN na resolução de um provável conflito entre China e Estados Unidos. Outro ponto a ser observado é que os países com suas reservas em armas possuem o privilégio entre se posicionar ou permanecer neutro.

Já sobre se o alinhamento de Taiwan causaria impacto na China, a maior parte disse que sim pq o país representaria parte da economia chinesa e por causa de seu posicionamento geoestratégico, o que mais chamou atenção é que todos disseram que teria impacto na política e moral chinesa por representar uma zona parte do projeto chinês de integração. Todos os alunos entrevistados disseram que os Estados Unidos não deveria intervir em uma possível guerra entre China e Taiwan, isso pode significar que os alunos de Relações Internacionais da UFRJ são contrários à política de intervenções

Na sexta questão procuramos entender sobre as reivindicações do Mar do Sul da China. Esse foi o questionamento que recebemos menos respostas e, não foi uma surpresa que

diversos alunos não souberam responder sobre o tema ou declararam desconhecimento do conflito. Isso não é inesperado, uma vez que o assunto, ainda que de grande repercussão, requer conhecimentos regionais ou específicos do aluno. Dos que compreendiam o conflito, todos foram contrários às reivindicações em coerência com as diretrizes do Direito Internacional, alguns argumentaram que, ainda que não legítimas, são compreensíveis pelo caráter hegemônico da China. Isso demonstra que os alunos acreditam que é possível por intermédio da força, requerer algo que não necessariamente a pertença, e por esse motivo, os EUA deveriam estar na região para impor balanço de poder. A partir disso, podemos inferir que os alunos de Relações Internacionais possuem uma visão realista e a favor da multipolaridade frente às potências globais para que haja equilíbrio de poder.

Na última questão, sobre os programas espaciais. Primeiramente, a maior parte dos alunos crê que o tema não é prioridade para os dois países e que ela seria necessariamente para demonstração de poder e tecnologia. Diferentemente da guerra fria, parece ser uma opinião global dos alunos que o foco dos dois países não é a exploração do espaço sideral, mas o desenvolvimento de satélites. Isso demonstra que os alunos, ainda que de forma rasa, acreditam no papel dos programas espaciais para a comunicação e vigilância, mas não é um dos campos mais relevantes para o setor militar.

Portanto, é possível admitir que os alunos possuem uma vertente realista das relações internacionais e são primordialmente, contra a intervenção sem motivos suficientes, mas caso esses existam, são legítimas. Os alunos também não abordaram os assuntos mais específicos, referentes às últimas três perguntas com profundidade, ainda que o tema seja extremamente relevante atualmente, é difícil definir se os mesmos deveriam ser de conhecimento geral, uma vez que cada aluno possui uma motivação de estudos ou tema que prefere estudar. À respeito da diferença de respostas No geral, os alunos demonstraram com algumas perguntas uma posição pró-china e anti-americana. No entanto, apenas com esse pequeno recorte, é impossível dizer que essas posições são relativas a todos os campos.

BIBLIOGRAFIA

RELATÓRIO DA TURMA DE MÉTODOS DE PESQUISA 2019.1. **Pesquisa de Cultura Política dos Alunos de Relações Internacionais da UFRJ**. 111 f. Rio de Janeiro. UFRJ, 2019.

RELATÓRIO DA TURMA DE MÉTODOS DE PESQUISA 2019.2. **Pesquisa de Cultura Política dos Alunos de Relações Internacionais da UFRJ**. 105 f. Rio de Janeiro. UFRJ, 2019.

GOMPERT, David C. ; CEVALLOS Astrid Stuth; GARAFOLA, Cristina L.. **War With China: Thinking Through the Unthinkable**. 2016.

GRUPO 7: ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS ALUNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFRJ SOBRE A CORRIDA DA VACINA NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19

Addel Bakkour
Emília Saba
Flora Barreto
Geovanna Pigato
Laryssa Machado

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa conhecer a cultura política dos discentes de Relações Internacionais da UFRJ, no que tange a atual disputa pelo desenvolvimento da vacina de COVID-19. Durante o Período Letivo Excepcional (PLE), foram conduzidas doze entrevistas entre diversos perfis de estudantes, a fim de elaborar uma representação geral de seus posicionamentos sobre a temática.

No momento presente, grandes potências empenham-se na elaboração de uma vacina que possa encerrar a pandemia, moldando um cenário competitivo baseado em ambições de pioneirismo científico. Nesse contexto, países como os Estados Unidos, a China, a Inglaterra e a Rússia destacam-se no manejo de esforços de recursos humanos, econômicos e tecnológicos. Entretanto, a possibilidade de reconhecimento internacional em detrimento da ética e moral torna-se cada vez mais recorrente. Portanto, embora entenda-se a concepção da vacina do coronavírus um bem fundamental para a superação do atual momento, ela é permeada por obstáculos na cooperação entre os países. Desse modo, tal disputa está sendo comumente denominada de “Corrida da Vacina”, sendo o termo utilizado nas nossas entrevistas e análises.

Em vista do tema, nossa pesquisa está organizada em seis perguntas sobre questões de ética científica, influência da organização política interna, papel brasileiro na disputa e conflito entre os países. Nossos questionamentos desdobraram-se durante as entrevistas com o propósito de observar os posicionamentos dos estudantes de maneira mais clara e ampla. O roteiro desse trabalho subdivide-se em seis tópicos: I) O primeiro tópico tem o propósito de analisar as questões envolvendo a rigidez na metodologia científica, ou seja, se para os entrevistados existem problemáticas que envolvam a aplicação em massa da vacina nos humanos, sem a passagem por todas as fases de teste; II) O segundo tópico se esforça para compreender como os estudantes interpretam o sigilo dos aspectos de testagem em massa; III) O terceiro tópico busca entender se a organização política e econômica dos países podem provocar mudanças positivas e/ou negativas no desenvolvimento da vacina; IV) O quarto tópico possui paralelos ao primeiro bloco, porém atenta-se às concepções dos alunos do que seria a ética, como ela está sendo tratada no contexto da pandemia e a legitimidade da violação da mesma; V) O quinto tópico procura abordar o papel brasileiro na corrida da vacina; VI) e, por fim, o sexto tópico foca na disputa específica entre Estados Unidos e China, indagando sobre os possíveis desdobramentos da concepção da vacina por um dos dois países, assim como o papel da Organização Mundial

da Saúde (OMS) nessa questão.

1. Como pensam a respeito da aplicação, em seres humanos, de vacinas que ainda não concluíram todas as fases dos testes clínicos

Quando perguntados como pensavam a respeito da aplicação, em seres humanos, de vacinas que ainda não haviam concluído todas as fases dos testes clínicos, a grande maioria dos alunos de Relações Internacionais da UFRJ entrevistados revelou opinião negativa sobre a questão discutida.

Muitos afirmaram achar tal ato ruim e perigoso; mencionaram que existe um protocolo científico a ser seguido no processo de criação de uma vacina e que, não tendo sido cumprido todos os testes necessários para de fato iniciar o processo de aplicações em seres humanos, não teria garantia da manutenção da integridade física das pessoas em que estão sendo aplicadas tais vacinas.

Além disso, foi mencionado por um aluno que, se as instituições querem fazer essas aplicações sem se preocupar totalmente com a integridade física dos indivíduos, seria com o intuito de se beneficiar financeiramente.

“Eu acho ruim, na verdade. [...] Eu imagino que os testes em seres humanos só podem ser feitos depois de haver uma certa certeza de que não vai haver nenhum efeito colateral muito prejudicial às pessoas que estão sendo vacinadas. Eu imagino que, enfim, tem todo um protocolo dos cientistas que fazem as vacinas, que num dado momento pode aplicar a vacina em seres humanos. Não necessariamente tendo a certeza que vai ser a cura para o que se quer curar, mas, ao mesmo tempo, também garantindo que a integridade física da pessoa que está se voluntariando a fazer esses testes não vai ser prejudicada.”
(Aluno do quinto período)

Nesse sentido, estudantes alegaram que isso seria complicado e perigoso, apesar de estarmos em um período atípico, visto que não há segurança comprovada, podendo haver efeitos adversos graves e, até mesmo, colocar em risco a vida dos indivíduos em que foram aplicadas tais vacinas.

Houve a concordância de que estamos em um período complicado, e que entendem que se tente procurar certos atalhos para uma maior rapidez na fabricação das vacinas, mas sem que os entrevistados deixassem de lado o questionamento de até que ponto isso poderia ser prejudicial aos seres humanos.

Ademais, o que foi bastante interessante, é que houve questionamento acerca da utilização de força dos Estados, seja ela coercitiva ou acadêmica, ou/e, até mesmo, por um viés de utilizar da esperança das pessoas como forma de coerção para que os Governos pudessem colocar em prática suas vontades específicas e necessidades de estar à frente de outros Estados nessa corrida tecnológica, científica e intelectual, em detrimento do bem maior e da cooperação global.

“Então, eu acho que isso, além de ser um problema individual, assim várias pessoas que estariam se disponibilizando a fazer isso também têm... Acho que são três coisas: as pessoas que se voluntariam pra fazer isso são postas em risco; o segundo: os governos, os Estados que se utilizam de força coercitiva ou acadêmica ou até, acho que, da esperança das pessoas pra dar certo, isso é um outro nível de preocupação; e o terceiro é que isso é ilegal né, isso é basicamente ilegal. Não acho que deveria fazer teste em animal nem nada, mas existe um protocolo que deve ser seguido quando se trata de profilaxia, de doença e... acho que é basicamente isso... a Vacina Russa que deve ser o plano de fundo

dessa pergunta, eu acho que é uma questão muito que demonstra o quanto o desespero das pessoas e a necessidade de estar um passo à frente dos Estados nessa corrida tecnológica, intelectual e sanitária é muito intrincado, assim... Cheguei a ver no Instagram uma pesquisa de uma página grande que foi muito divulgada, e eles estavam fazendo uma enquete de 'se a vacina Russa chegasse aqui no Brasil, vocês tomariam?', acho que mais de 70% das pessoas falou que sim, e achei isso muito sintomático." (Aluna do sexto período)

Ademais, alguns entrevistados apresentaram um quê de dúvida em suas respostas, no sentido de afirmar algo e, após pensar melhor na questão, formar e compartilhar uma opinião que fosse mais coerente com suas ideias.

"Então, eu já acho isso um pouco mais complicado, né. Os países não vão botar qualquer vacina assim para comercializar né, para a gente tomar. Então... eu acho assim... (relê a pergunta). Ah, na verdade eu acho que é válido porque... Beleza, tudo bem que eles podem testar em macacos, em animais assim antes, só que, querendo ou não, é uma forma de vida diferente né, então alguém teria que se voluntariar uma hora. Então..., mas obviamente acho que tem que ter meio que uma seleção das pessoas que vão ser aplicadas, que vão receber as vacinas, né, e uma boa análise antes, alguns meses pra ver como que o corpo vai reagir e coisa do tipo. Então eu acho que não tem muito problema, mas tem que ter uma cautela em relação a isso." (Aluna do quarto período)

"Eu acho que se for para fazer parte dos testes clínicos tinha que aplicar nos seres humanos pra certificar que nos últimos momentos dá certo com os seres humanos e não tem efeitos colaterais. Eu acho que tudo bem, mas fora disso, aplicar em uma grande quantidade de pessoas sem ter aplicado em humanos nos laboratórios antes... Eu acho muito ruim. Eu acho que isso nem é permitido né, mas eu não sei. Quero dizer, na minha cabeça não é, mas talvez seja em algum país." (Aluna do segundo período)

Por outro lado, alguns alunos entrevistados disseram não ver problema em tais aplicações, sob justificativa de que, aplicar em humanos é válido para testar a eficiência das vacinas mais rapidamente e, dessa forma, para que as pessoas voltem a viver suas vidas.

Foi possível analisar que esses, normalmente, seriam mais críticos em relação à questão abordada caso não estivéssemos em um período tão conturbado. Porém, vide a situação em que nos encontramos, foi possível perceber uma abordagem preocupada também com a saúde mental de nós indivíduos que estamos passando por um período bastante estendido de quarentena.

Foi interessante perceber, em algumas entrevistas, um viés de justificativa não pau-tada em fins de Economia, mas, sim, em um pensamento mais humanizado de que as pessoas precisam voltar a viver de forma plena, voltar às suas rotinas com segurança, sem medo de se prejudicarem ou de prejudicar o próximo.

"Normalmente, eu seria mais crítica em relação a isso, é muito importante a segurança, é muito importante que passe por todas as fases, porque... é a vida de uma pessoa, né? Mas considerando a situação que estamos vivendo e, assim, vivendo muito na pele o que é ficar trancada em casa, sem sair pra nada... eu nem falo tanto em uma questão econômica. Eu acho que essa justificativa de que 'as pessoas têm que começar a sair porque senão a economia não vai rodar', acho isso um pensamento egoísta. Mas muito por, realmente, as pessoas precisam voltar a sair porque não dá pra você viver o ano inteiro em casa, faz mal pra cabeça de uma pessoa mesmo. Então, nesse sentido, especificamente nesse caso que estamos vivendo agora, eu acho que mesmo não tendo concluído todas as fases (até meio que apressando um pouco a aplicação da vacina), acho necessário. Tem uma razão plausível pra isso, não estão apressando por conta de dinheiro, não pra que alguém lucre. É por um motivo muito maior, as pessoas não estão vivendo e precisam voltar a viver." (Aluna do quarto período)

Em suma, foi possível analisar que, apesar de haver uma certa divergência de se é

certo ou errado aplicar a vacina em humanos antes de que todos os testes de eficácia estejam feitos, mais do que concordar ou discordar, os entrevistados demonstraram em comum o entendimento de que estamos em um período atípico e muito complicado, que difere em muitas questões de outros períodos já ocorridos. Fato que, como pudemos perceber, dificultou até um início de abordagem correta para o caso, já que não se tinha tanta experiência científica prévia no nível necessário acerca da Covid-19.

Além disso, todos os alunos se mostraram ansiosos para o feito da criação de uma vacina segura e eficiente contra esse vírus que tirou a autonomia de vivência e, infelizmente, também a vida de muitas pessoas.

2. A postura de sigilo adotada por empresas desenvolvedoras de protótipos de vacinas e os limites éticos de tal abordagem

Quando perguntados sobre a postura de confidência e omissão adotada por empresas desenvolvedoras de protótipos de vacinas contra a Covid-19, os alunos de Relações Internacionais estabeleceram, no geral, uma abordagem cujo fator de dominância foi a de desacordo no que concerne à problemática apresentada na questão. Conforme declarado pela maioria dos estudantes, a manutenção de sigilo na divulgação de dados do processo de testagem em massa confere um caráter antiético da corrida que visa o pioneirismo no descobrimento do antídoto. Tendo em vista a opinião apresentada pelos estudantes, muitos entrevistados ressaltaram que as manobras de sigilo e omissão de dados no contexto estabelecido vai de encontro a uma lógica que, por sua vez, prioriza a integridade humanitária no processo de desenvolvimento e de testagem em massa da vacina. Sob essa ótica, um dos alunos declarou:

“Eu acho que isso vai de encontro com uma lógica que não é necessariamente humanitária. Eu acho que se coloca muito numa lógica de uma corrida entre diversos grupos para se conseguir primeiro a vacina do ‘corona’, para, a partir disso, conseguir a maior parte dos lucros a partir da venda dessas vacinas. Eu acho que, se o compromisso fosse de fato humanitário, não haveria nenhum problema por parte desses conglomerados, desses grupos, de demonstrar/expor ao público todo o conjunto do processo, né? Que garantia a gente tem de que todos os procedimentos foram feitos de forma a garantir a integridade das pessoas envolvidas no processo em todo esse momento de produção de um protótipo de vacina? E qual a garantia que a gente vai ter de que essa vacina, efetivamente, combate o corona-vírus?” (Aluno do quinto período)

Ainda sobre as colocações pontuadas acima, é importante ressaltar a constante alegação dos estudantes no que diz respeito à priorização de lucros envolvidos no progresso do desenvolvimento de uma vacina eficaz. Nesse sentido, as potências inseridas em tal disputa, ao assumirem um posicionamento de sigilo na divulgação de dados, configuram o papel de privilegiar o fluxo de capital intrínseco às etapas do conflito em detrimento da integridade física das pessoas nas quais os protótipos são aplicados. Em virtude dessa compreensão, uma entrevistada afirmou:

“Eu imagino que elas mantenham o sigilo porque elas querem ser as primeiras pessoas a desenvolver a vacina e poder vender, né? Se for só por esse motivo mesmo, é egoísta. Porque é uma questão de você salvar a humanidade de um vírus nunca visto por essa geração, uma realidade que nunca foi vista pela nossa geração... acho bastante egoísta, mas é a realidade das empresas, elas precisam ganhar dinheiro e a indústria farmacêutica move muito dinheiro.” (Aluna do quarto período)

Ademais, é importante ressaltar que alguns entrevistados pontuaram a relevância da cooperação entre os países, sobretudo neste cenário de crise sanitária, o que seria limitado pelo sigilo em relação ao desenvolvimento das vacinas. Uma vez estabelecida a falta de compartilhamento de informações, o trabalho conjunto a fim de acelerar o processo de desenvolvimento da vacina contra o Coronavírus é comprometido e, possivelmente, suprimido. É possível observar a credibilidade atribuída pelos estudantes à cooperação entre os Estados no sistema internacional, especialmente na atual conjuntura em que a colaboração dos países corrobora com os avanços científicos – indispensáveis nessas circunstâncias. Nesse sentido, ao longo da entrevista, umas das estudantes alegou:

“Eu não concordo com esse sigilo pra fazer as pesquisas, porque pesquisa é uma coisa que é pra ser compartilhada e eu acredito na cooperação entre os Estados mesmo. Eu acho que é muito mais fácil se tiver cooperação pra realizar uma coisa como essa que a gente precisa com tanto imediatismo. E ficar escondendo informação, pra mim, parece mais uma... torna a coisa mais duvidosa. Se é pesquisa, é uma coisa que tem que ser compartilhada com toda a academia, os acadêmicos, porque são muitas mentes pensantes, muitas pessoas trabalhando em mesmo prol. Eu acho que quando você compartilha informação você consegue fazer com que outra pessoa pense numa ótica que você não enxergou ainda. E isso pode fazer com que essa pessoa consiga desenvolver um outro raciocínio, numa outra ramificação, de uma forma mais rápida.” (Aluna do quinto período)

Em contrapartida, apenas uma das pessoas entrevistadas manifestou a opinião cujo limite de acesso aos dados constituintes do processo de desenvolvimento da vacina não configura, de fato, um problema. Todavia, a tolerância para a não publicação de informações encontra-se nos limites nos quais a integridade e a saúde humanitárias são garantidas pelas empresas que ofertam e aplicam os protótipos. Segundo a aluna:

“Eu acho que existe um protocolo pra essas coisas. Obviamente, tem uma preocupação das empresas com a propriedade intelectual, né, da tecnologia da vacina, dos componentes, do método que se utiliza, mas eu acho que o sigilo de alguns aspectos da testagem em massa não é um problema se a empresa estiver comprometida com as diretrizes, obviamente, da OMS de indicar quando as vacinas dão algum problema, dão alguma reação adversa. Se as empresas tão escondendo uma parte, eu acho que tudo bem, contanto que a integridade física das pessoas seja posta em primeiro lugar.” (Aluna do sexto período)

Em suma, apesar de a maioria dos alunos reconhecer as manobras utilizadas no contexto de corrida para a descoberta da vacina contra a Covid-19, os estudantes caracterizam essa abordagem como antiética e individualista. De acordo com os entrevistados, tendo em vista a atual crise sanitária e a indispensabilidade da cooperação dos países no sistema internacional, não deve haver lugar para omissão de dados e informações inerentes aos processos de desenvolvimento e testagem das vacinas. Portanto, o acesso à informação, a integridade humanitária e a distribuição adequada do imunizante são – ou deveriam ser – a prioridade das potências em jogo.

3. A importância do pioneirismo e a possível relação do modelo político com a eficiência científica

Quando indagados a respeito das prováveis motivações e aspirações intrínsecas aos Estados em relação à conquista do pioneirismo na produção de uma vacina eficaz, especialmente em meio a um cenário de intensa disputa política mediante os avanços da ciência, os entrevistados não enfrentaram grandes dificuldades em elencar os possíveis interesses nacionais

envolvidos na corrida, a partir de sua visão analítica. Portanto, inúmeros fatores foram citados, como a busca por prestígio, credibilidade para futuros investimentos e posição privilegiada perante a comunidade internacional.

É relevante pontuar que alguns entrevistados demonstraram indiferença, do ponto de vista pessoal, em relação ao pioneirismo, priorizando o caráter científico e pragmático em detrimento de outros fatores envolvidos, como por exemplo, do aspecto político e ideológico relacionado à origem da primeira vacina. Contudo, revelaram ter conhecimento da importância do primeiro lugar na corrida levando em consideração o contexto da política internacional, mas opinando que não compartilham de tal preocupação. Assim, um dos entrevistados argumentou:

“Eu acho que a importância do ponto de vista dos próprios países é conseguir credibilidade internacional, mas do ponto de vista prático tanto faz se for China, Rússia ou Estados Unidos. É até idealista da minha parte dizer, assim, é muito na minha opinião, para mim não faz diferença. Mas eu sei que politicamente faz muita diferença se a China conseguir de fato uma vacina para o coronavírus antes dos Estados Unidos, ou a Rússia, enfim, eu acho que tem toda uma balança geopolítica internacional colocada, e os atores jogam o jogo das grandes potências.” (Aluno do quinto período)

Em meio às inúmeras respostas e argumentos proferidos, um provável interesse nacional citado ganhou destaque: a legitimação dos sistemas político e econômico internos do então país pioneiro na produção da vacina, os quais poderiam se tornar referência internacional a partir da dedução de que tais estruturas internas teriam sido superiormente eficazes em relação às demais.

“Bom, pelo o que eu estava lendo - e eu concordo também -, eu acho que um país ser o primeiro a descobrir a vacina nesse momento tão crítico que a gente está vivendo, é uma forma de legitimar o sistema político, econômico, e esse país ser o modelo a ser seguido pelos outros. Essa é a minha opinião.” (Aluna do quarto período)

Nesse sentido, outro questionamento direcionado aos entrevistados objetivou identificar a percepção dos mesmos na questão da possível relação entre o sistema político interno de um país e a sua respectiva eficiência científica. Desse modo, os discentes foram convidados a discorrer sobre o tema, apontando um país em específico que pudesse conquistar o pioneirismo com base em suas observações e convicções pessoais.

É pertinente mencionar que alguns alunos não utilizaram o sistema político como argumento determinante para o sucesso de um país na corrida da vacina, baseando-se em fatores lógicos relacionados à cronologia da pandemia, por exemplo. Adicionalmente, expuseram certa oposição à dinâmica de competição entre os países, de modo a defenderem a noção de cooperação internacional como estratégia mais eficaz. Conforme mencionado:

“Eu imagino que a China venha a conseguir por diversos motivos. Eu acho que a China vai ser pioneira nesse processo por que o primeiro momento do ápice da pandemia se deu lá; a China foi o primeiro epicentro. Então eu imagino que os pesquisadores chineses já estejam há muito mais tempo, quando se compara aos pesquisadores dos Estados Unidos e da Rússia. Mas eu acho que a gente obteria uma vacina para o coronavírus de forma muito mais rápida se houvesse um certo grupo de trabalho internacional que envolvesse um apoio mútuo entre as potências para efetivamente conseguir uma vacina [...]. Mas isso é muito idealista... não é o jogo colocado hoje pelas grandes potências mundiais.” (Aluno do quinto período)

Outra justificativa utilizada para respaldar a opinião de que a China seria a pioneira na

corrida da vacina perpassou aspectos culturais estereotipados de países orientais, demonstrando que tais percepções a respeito da cultura oriental ainda se fazem presentes na mentalidade do alunato de Relações Internacionais. Como dito:

“O que eu vou falar é bem no estereótipo. Mas é aquele ‘negócio’ que os asiáticos... a gente acha que eles são mais inteligentes, que eles são bons em matemática. [...] Então eu fico com esse estereótipo na cabeça que os asiáticos são mais inteligentes, eles conseguem se juntar mais e assim, com a força, com a união, produzir algo mais rápido, mais eficaz, melhor. Então, eu acho que é por conta disso, por causa desse estereótipo que eu tenho na minha cabeça.” (Aluna do quinto período)

Assim como pôde-se observar nas falas dos entrevistados, a China foi mencionada de modo majoritário como a provável pioneira, mesmo que alguns poucos alunos tenham mencionado os Estados Unidos (devido ao seu histórico de amplo investimento na ciência) e a Inglaterra (por sua notória estabilidade e coesão política interna). Nesse ínterim, a Rússia foi pouco discutida, desde que os entrevistados apenas citaram o país por terem se informado através da mídia do rápido avanço da vacina russa.

Nesse contexto, outros argumentos em defesa do pioneirismo chinês foram abordados, dessa vez, mais relacionados com o caráter e a postura política adotada no país. Como defendido por um entrevistado, as iniciativas derivadas dos líderes políticos dos Estados envolvidos na corrida seria um fator fundamental de contraste entre as potências:

“A China, por exemplo, nunca foi um país negacionista, um país a negar a gravidade da pandemia, pelo menos pelo o que eu sei. [...] No máximo eu entendo a forma como, especificamente, o Xi Jinping se portou. [...] Na minha interpretação, pelo menos, o dirigente do Partido Comunista Chinês nunca se colocou no sentido de negar a gravidade dessa pandemia [...]. A gente viu que os chineses construíram hospitais de campanha em alguns dias, na cidade que foi o primeiro lugar máximo de disseminação do coronavírus. Eu acho que isso é um sintoma de que houve de fato um compromisso com o combate à pandemia naquele país. Nunca se negou a gravidade da pandemia e nunca se negou o vírus.” (Aluno do quinto período)

Uma resposta que chamou a atenção do grupo foi a de uma entrevistada que havia se portado de forma bastante imparcial durante boa parte da entrevista, inclusive, havia mencionado três potências (Estados Unidos, Rússia e China) como eminentes na corrida, demonstrando certa indecisão. Entretanto, quando questionada se, de acordo com a sua percepção, haveria uma correlação entre o grau de centralização do poder de um país e a eficiência científica do mesmo, a aluna respondeu clara e objetivamente:

“Eu acho que o poder mais centralizado acelera, sim, o processo. Eu acho que tem tudo a ver.” (Aluna do quarto período)

4. Questões éticas no contexto da Nova Guerra Fria

Ao serem confrontados sobre os limites éticos da prática científica no contexto da pandemia de COVID-19, a maior parte dos estudantes concordaram com a existência deles e que devem ser respeitados. Em relação a quais seriam esses limites, cinco alunos pontuaram a relação com proteção à vida humana. Tanto no que tange a dignidade humana, em seus direitos básicos, quanto na questão de ética científica, seguindo rigorosamente a metodologia científica.

Entre outras práticas antiéticas, sete estudantes apontaram o sigilo e a falta de com-

partilhamento de informações. Dois estudantes citaram separadamente a prática de testes em animais e a falta de cuidado com os ecossistemas como algo reprovável, respectivamente. Em vista das respostas, pode-se reparar uma preocupação dos alunos na proteção sobretudo da vida humana e da falta de cooperação dos países. De acordo com a última resposta, pode-se deduzir um posicionamento contra a disputa dos países pelo pioneirismo científico, e especificamente, contra a disputa EUA e China, a qual dificulta a cooperação.

Na pergunta direcionada a eles foram citados os serviços de espionagem e atalhos utilizados por certos países; metade dos entrevistados citaram diretamente esses atos como antiéticos e cinco deles afirmaram que a prática é banalizada. Uma aluna em particular afirmou que esses atos são cometidos visando prejudicar os países periféricos, incluindo o Brasil. Por outro lado, a outra metade dos estudantes, ainda tendo afirmado que existem limites éticos, não citaram diretamente as práticas de espionagem e atalhos. Tal escolha de palavras pode levar a crer que eles não acreditam que essas ações são a maior violação possível dos países.

“(...) eu acredito que, no sistema em que a gente se encontra, obviamente, essas coisas vão acontecer e, obviamente, elas vão acontecer em detrimento de países periféricos né, usando o sistema mundo do Wallerstein. (...) os países do centro estão competindo entre si e se utilizando de manobras, como vocês estão dizendo, provavelmente antiéticas.” (NJ)

Na segunda parte da pergunta, é questionado se os atos citados são considerados legítimos de alguma forma, todos os estudantes afirmaram que são errados. Porém, muitos entrevistados ao responderem à questão criaram uma relação entre a falta de ética de alguns países e o sigilo das informações. Ou seja, existe uma crença de que a falta de transparência e cooperação entre os países influencia em casos de violação da ética científica. Além disso, pode-se retirar dessas respostas uma ponderação sobre os casos, levando a crer que existe uma justificativa para atos antiéticos.

“Eu não concordo com o fato de ficar omitindo pesquisa, então se houvesse cooperação (eu sei que é meio utópico falar isso) em questão de compartilhar informações, eu acho que a gente não precisaria chegar nesse extremo que a gente vê acontecendo, de hacker, de computador sendo invadido.” (S)

Uma única estudante foi mais incisiva na questão dos serviços de espionagem. Ela afirma que a prática é de fato errada, porém outros países também mantêm práticas antiéticas, justificando tais ações. No caso, a entrevistada focou nos EUA, afirmando que, ao priorizarem o lucro na produção da vacina de COVID-19, eles prejudicam outros países.

“Não vale tudo pela vacina, obviamente. Existem regras e elas têm que ser seguidas, a questão é: o quanto os Estados Unidos tá sendo realmente ético na criação dele? (...) Então, por mim, ética por ética, falta de ética por falta de ética, não é como se os Estados Unidos estivessem sendo éticos agora. Não acho ético você espionar e roubar informações sigilosas, mas também eu acho que devia ter uma cooperação muito maior entre os países, compartilhar informação pra que a vacina chegue mais rápido. Não é como se eu fosse julgar e condenar essas manobras, não é ético, mas não está errado.” (R)

No geral, todos os entrevistados acreditam que os limites éticos e morais devem ser respeitados, independentemente do momento em que estamos vivendo. Alguns pontos foram levantados como parte da ética científica, além de não hackear e espionar, como: respeito à vida e à integridade humana, respeito à vida animal, o não compartilhamento e o sigilo das informações, a segurança e a eficácia da vacina e o comprometimento com a saúde das pessoas e não com ideologias e “politicagem”.

Ainda que os entrevistados acreditem que práticas antiéticas são erradas, muitos acreditam que elas possuem alguma justificativa, justamente pela falta de transparência e cooperação de muitos países. Ou seja, práticas antiéticas justificariam outras práticas antiéticas. Além disso, foi dito diversas vezes que, embora essas ações sejam erradas, muitos países continuarão com elas, justamente pelo prestígio político que a descoberta da vacina traz.

Um dos pontos destacados foi a cooperação entre os países, a qual, segundo os entrevistados, deveria ser o ideal para evitar casos de roubo de dados, já que o mais importante é o desenvolvimento de uma vacina eficaz, segura e para todos. A falta de transparência e a falta de cooperação seriam também atos que tornariam todo o processo mais complicado, inclinando os países a serem antiéticos.

Por fim, os estudantes não pareceram ter um viés político bem definido em suas respostas, tão pouco pareceram se polarizar. Durante as perguntas, foi mantida uma linha de ponderação e principalmente uma crença na cooperação entre países, além do respeito entre eles. Portanto, pode-se também deduzir uma posição contrária às disputas e tensões ocorridas atualmente.

5. A posição do Brasil na corrida da vacina e o que ela mostra sobre seu papel dentro do Sistema Internacional

Quando perguntados sobre o papel do Brasil nessa corrida da vacina a maioria dos alunos enxerga como positivo o papel que o Brasil desempenha, apesar de sinalizar como principal razão o fato do Brasil ser um grande espaço amostral. Alguns poucos alunos indicam tal fato como consequência de uma falha do governo no início da pandemia. Existindo uma compreensão de que a estratégia de ser um grande campo de testes foi uma forma inteligente de contornar o mal desempenho do governo no controle da pandemia no país.

“O Brasil virou literalmente um campo de teste, exatamente porque o nosso governo, [...]o Bolsonaro não consegue lidar com a pandemia e insiste em negar todas as consequências, os antecedentes e os produtos disso. Eu acho que o nosso papel, nesse momento, no sistema mundo, tem sido de ser uma gaiola de coelho pra teste, exatamente porque eles têm um espaço amostral muito grande porque o Governo não sabe lidar com a pandemia, e não quer saber, né.”

Porém, a maior parte dos alunos pontuaram que, através dessa política de testes e cooperação, o Brasil se coloca em um lugar de prioridade para receber a vacina que for aprovada primeiramente. Algo interessante foi que esses mesmos alunos citam o fato do Brasil não se limitar a uma vacina ou outra, sendo algo extremamente benéfico para o país tanto em termos políticos como também para um maior desenvolvimento da nossa ciência. Nesse sentido, nenhum aluno expressou preferência para a testagem da vacina de uma nacionalidade específica, pontuando que independente de qual for a vacina aprovada mais rápido o Brasil terá papel primordial na comprovação de sua eficácia.

“O Brasil está experimentando e trazendo vacinas para teste de diversos lugares, isso sai um pouco daquela coisa de ir só nos Estados Unidos ou ir só na China. Então está aberto à globalização e recebe ciência de diversos lugares. Em relação ao Brasil internamente, ter esses diversos tipos de conhecimento de vários lugares ajuda a desenvolver a nossa ciência. O Brasil está se mostrando aberto e acho isso muito importante, não se limitar a apenas um país ou uma empresa.”

“Bom, eu acho importante, sim, por que a gente tem cientistas brilhantes, muito inteligentes nas Universidades Federais do Brasil. Então eu acho que é importante, sim, o Brasil participar, pra aumentar a nossa exposição, né? Trazer, quem sabe, mais investimento, pra valorizar as Universidades Federais.”

Dois alunos citaram o fato de o Brasil não ser um dos países pioneiros na corrida como uma consequência do sucateamento das pesquisas e Universidades do Brasil. O argumento é de que existem instituições muito potentes no país, porém elas não possuem o investimento necessário para se colocar como principais na corrida da vacina. Alguns chegaram a citar isso como um reflexo de uma posição secundária do país no sistema internacional, sempre ficando à sombra de potências maiores ou em outras palavras do “Norte Global”.

“É um indicativo de todo um processo de sucateamento da ciência nacional. Eu imagino que a pesquisa nacional também fosse plenamente capaz de sair nessa corrida/disputa internacional pela vacina. Enfim, eu acho que os nossos pesquisadores brasileiros, tipo, a Fiocruz seria perfeitamente capaz de encontrar o antídoto para o coronavírus se não fosse toda uma política de destruição das ferramentas públicas de pesquisa, justamente para se abrir espaço para essas empresas supracitadas de outros países que adentram o nosso país e que só usam a nossa mão-de-obra, mas não traz consequências mais estruturais para o nosso país. [...] A gente está se colocando de modo passivo frente à política internacional, e quando se encontrar a vacina, em que sentido a gente vai ser priorizado no recebimento dessa vacina? A gente vai ser um dos primeiros países a terem, de fato, acesso à vacina, ou outros países serão priorizados, no caso os países que encontraram a vacina, objetivamente, o Norte Global?”

Num geral, os alunos entendem que, para o momento atual em termos realísticos, esse papel do Brasil é majoritariamente benéfico, porque traz conhecimento diversificado e não limita a entrada da ciência de apenas um país específico no Brasil. Além disso, a parceria dos nossos Institutos de Pesquisa e desenvolvimento científico como a Fiocruz e Instituto Butantan com empresas estrangeiras reflete um reconhecimento internacional da ciência brasileira, apesar do não pioneirismo.

6. Cenário hipotético do sistema político e econômico pós-vacina em dois casos: China sendo pioneira, EUA sendo pioneiro e uma possível interferência da OMS

A primeira parte da nossa última pergunta trata da questão política e econômica internacional, entre, principalmente, EUA e a China. Então perguntamos se os entrevistados acham que terá uma diferença se o EUA conseguir a vacina primeiro (antes da China), assim como no caso contrário.

A metade dos entrevistados acham e afirmam que a corrida da vacina não tem influência direta nessa questão, é somente mais um fator a considerar na política internacional entre os Estados. Então a vacina seria apenas um passo nisso tudo e não acabaria com a chegada e aprovação de alguma vacina, sendo apenas mais um processo.

“Eu acho que só mais um passo. Eu acho que não acaba assim, de uma hora pra outra. É uma corrida.”

“Eu acho que é um processo mais contínuo e está em jogo nesse momento com essa corrida pela vacina e por diversos outros elementos.”

Um entrevistado disse que se houver mudança será temporária e as relações voltarão ao normal depois, logo em breve. Outro estudante comentou que uma mudança dessas dependerá do resultado das eleições do EUA deste ano, ele disse:

“Os Estados Unidos vão fortalecer seu imperialismo no caso de o Trump ganhar. Independentemente do resultado da corrida da vacina, essa disputa por hegemonia vai continuar.”

E, ao contrário deste último entrevistado, outro acha que a corrida da vacina e o país pioneiro determinará a nova potência que comandará o mundo, sem comparar quem conseguir a vacina primeiro:

“Eu acho que essa corrida da vacina vai ser determinante para a próxima potência que vai, entre aspas, comandar o mundo.”

A outra metade dos entrevistados afirmaram que, caso o EUA conseguir a vacina em primeiro lugar, isso não influenciaria em nada, pois as coisas continuariam como eram antes. Além disso, que o EUA não terá deslegitimação de sua vacina e o mundo confiará no resultado final.

Mas afirmam que a situação não será a mesma se a China tiver a sua vacina aprovada primeiro. Alguns entrevistados falaram da imagem da China e a deslegitimação que ela poderá sofrer caso apresente uma vacina finalizada.

“Acho que se a China conseguir a vacina primeiro vai ter uma tentativa muito grande dos países grandes, principalmente dos EUA, de deslegitimar essa conquista.”

Os outros comentaram que a China terá vantagem na questão econômica e comercial se ela começar a vender a sua vacina antes que o EUA, deixando-a à frente. Mencionando a Nova Rota da Seda, o entrevistado assim argumentou:

“Já se fosse no caso da China, eu acho que podia ser mais vantajoso pra China, pois eles vem obtendo um destaque maior, se tornando um hegemonia mais forte, e acho que isso concederia uma vantagem sobre os Estados Unidos que poderia ser algo mais determinante; mais num contexto de disputa tecnológica, e a China com a nova rota da seda também, acho que ia ser mais um fator bom pra eles.”

Na segunda parte da pergunta, queríamos saber dos entrevistados o papel e a interferência da OMS na avaliação e aprovação da nova vacina da COVID-19. Então perguntamos se eles acham que a OMS poderia interferir na aprovação de uma vacina com base em sua origem.

A grande maioria dos entrevistados confirmou que sim. As respostas fluíram entre talvez, sim e com certeza que ela interferirá ou influenciará nessa aprovação, com uma justificativa geral de que o EUA tem uma influência nos órgãos internacionais como a ONU e então na OMS também, e que a vacina do EUA ou da Europa, no caso da Inglaterra, terá uma vantagem sobre a vacina da China, por questões de preconceito com o Estado Chinês, devido ao fato de que a pandemia começou lá. Isso foi mencionado por um dos entrevistados: *“Algumas pessoas acreditam que o vírus começou lá e é culpa do país.”*

Um dos entrevistados confirmou que a OMS pode interferir, dizendo:

“Acredito e espero que essa interferência venha por um viés de testagem e eficácia.”

Mas ele continua afirmando a influência política nas organizações internacionais mencionando o enfraquecimento delas, dizendo:

“Acho que favorecer um país por razões políticas colabora com um enfraquecimento dessas organizações internacionais que já vem acontecendo, então não seria estratégico.”

E o único entrevistado que acha que a OMS não tem essa influência e que ela não irá interferir em qual vacina será aprovada primeiro, não teve justificativa de sua resposta, apenas essa afirmação. Com isso, podemos concluir que os alunos têm a consciência de que o EUA nos contextos de Nova Guerra Fria e corrida da vacina pode ter vantagem em frente aos outros países devido ao seu domínio político e econômico.

Alguns entrevistados mencionaram que não fará diferença para eles qual vacina será aprovada primeiro, e que eles a tomarão sem ter preconceito em relação à sua origem.

CONCLUSÃO

Os alunos de Relações Internacionais se demonstraram cientes das questões que tangem a corrida da vacina, porém de uma forma mais superficial. Muitos citaram que estão acompanhando a corrida através dos noticiários. Isso mostra que as respostas dadas foram, em grande parte, baseadas em opiniões mais pessoais do que analíticas. Tendo isso em vista, foi possível perceber um conhecimento condicionado pela divulgação das informações que chegam aos veículos de comunicação. Além disso, destaca-se que o contexto da corrida ainda é um processo vigente, passivo a constantes modificações.

A partir da análise das opiniões coletadas mediante pesquisa qualitativa, percebe-se que grande parte dos alunos são contra manobras de sigilo, espionagem e violações da metodologia científica para chegar a um resultado de forma mais rápida. Fica claro, portanto, que, para os alunos, nem tudo é válido para acelerar o desenvolvimento da vacina. Foi recorrente a opinião de que essas manobras são inclusive prejudiciais para a descoberta de uma vacina mais eficaz, porque dificultam a possibilidade de uma cooperação científica entre os países e empresas pioneiras. Nesse quesito, os alunos expressam em diversos momentos um desejo de que exista essa cooperação ampliada, mostrando-se mais idealistas do que realistas em seus posicionamentos.

Já no que tange ao potencial científico de uma país levando em consideração a sua organização política interna, a grande maioria converge na citação de um Estado em específico – a China –, o que pode revelar o grau de influência que o país adquiriu no corpo acadêmico e internacional no decorrer dos últimos anos. Embora os argumentos que respaldaram tal preferência tenham sido diversificados, a escolha majoritária centrada no Estado chinês expõe uma suposta escalada da credibilidade e simpatia em relação ao país, demonstrando a conquista de uma posição de referência entre muitos dos entrevistados.

Existe também uma compreensão de que a China é um rival forte e importante nesse sentido, e se ela chegar na vacina primeiro, isso pode causar uma mudança dos polos, política e economicamente, tendo em vista que o EUA tem influência internacional e dentro das organizações internacionais para conseguir o apoio necessário para manter a posição dela no mundo pós vacina ou pós pandemia.

No que concerne ao papel do Brasil, a maior parte enxerga positivamente as testagens em massas que estão sendo realizadas no país.

Enfim, ao final da pesquisa pode-se perceber um interesse dos alunos no que diz respeito a busca por novas informações sobre este assunto. Além disso, eles também compartilharam que a pesquisa foi elucidativa, trazendo dados que antes eles não tinham conhecimento. Assim, para além de um mecanismo de conhecer a cultura política dos alunos, a pesquisa também foi um instrumento pedagógico para os entrevistados.

GRUPO 8: O MEIO-AMBIENTE NO CONTEXTO DE DISPUTA SINO-AMERICANA SOB A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFRJ

Daniel Henrique Lourenço Pereira
Gabriel Felipe Bueno Fayad Gomes
Maria Antonia Neviani Graça
Mariana Campos Araujo
Mariana da Rocha Azevedo Messere
Marina Alves
Rafael de Castro

1. INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa qualitativa buscamos investigar a cultura política dos alunos de Relações Internacionais acerca de debates contemporâneos sobre o meio ambiente, sendo suas posições situadas num contexto de atual Guerra Fria entre Estados Unidos e China.

Foram conduzidas entrevistas individuais com 12 participantes, alunos variados entre os períodos iniciais e conclusivos do curso de Relações Internacionais da UFRJ. As entrevistas duraram em média 30 minutos e foram conduzidas digitalmente via plataforma Zoom, e com a autorização dos entrevistados, foram gravadas e transcritas. Em cada entrevista, se encontravam presentes no mínimo 4 participantes de nosso grupo.

Regemos nossas entrevistas a partir de 6 perguntas desenvolvidas acerca de conceitos relevantes na questão ambiental num contexto de Guerra Fria, para tanto, analisamos a opinião dos entrevistados sobre a conduta dos países envolvidos no conflito sino-americano. No próximo tópico, os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar, Desenvolvimento Sustentável e Acordos Internacionais sobre Clima e Meio Ambiente serão desenvolvidos, visando promover um entendimento da razão de ser dos questionamentos e como se relacionam com a questão ambiental. Em seguida, será apresentado o desenvolvimento individual de cada conjunto de respostas ao questionário proposto.

Desse modo, a partir da investigação realizada, percebe-se um panorama das opiniões e reflexões dos entrevistados sobre os subtemas que dialogam entre si, voltados para a percepção política da questão ambiental, focando num contexto de Guerra Fria. É construída uma pesquisa de grande valor analítico para inferir o perfil político dos acadêmicos brasileiros, especificamente o alunato do curso de Relações Internacionais da UFRJ.

2. ENTENDENDO OS CONCEITOS

Abordamos múltiplas questões que se debruçam sobre temas rizomáticos a respeito

da conduta ambiental dos países analisados, Estados Unidos e China, e países secundários que mantêm relações de cooperação, dependência ou ruptura com estes. Esses temas foram os alicerces para a formulação das questões perguntadas aos entrevistados, considerando que nosso objetivo era alinhar suas opiniões sobre esses temas e o papel que eles possuem num contexto de bipolaridade no sistema internacional. A fins elucidativos, destrincharemos cada um dos conceitos a seguir:

A. Segurança Alimentar

Nos debruçamos sobre o conceito de segurança alimentar por este estar diretamente relacionado às lógicas de importação e exportação no sistema internacional, ao agronegócio dos países estudados, e às políticas ambientais. O conceito de segurança alimentar aborda as noções de auto-suficiência e auto capacidade de produção de alimentos para abastecimento de suas populações, considerando que suas políticas de implantação se relacionam com o desenvolvimento social e econômico dos países (Maluf, 1998b).

Tanto a China quanto os Estados Unidos são grandes compradores e vendedores de commodities agrícolas, como trigo, soja e milho, tendo como fins biocombustíveis, alimentos ou rações para animais. O agronegócio em ambos países e em países relacionados inseridos no comércio de commodities é o meio de produção predominante e, conseqüentemente, se torna o principal sustentáculo na garantia da segurança alimentar.

Isso situa os países como sendo os mais importantes atores no fomento desse sistema de produção, que tem implicações diretas na conservação do meio-ambiente, considerando que contemporaneamente suas práticas são apontadas como umas das principais produtoras de malefícios no que concerne o uso consciente de recursos e preservação de ecossistemas.

Nos últimos anos a China vem intensificando suas políticas para garantia de segurança alimentar, com a estreia de um novo plano durante a pandemia do COVID-19 em 2020 sendo o principal evento investigado nessa pesquisa. Esse novo plano de segurança alimentar visa práticas como a ampliação dos estoques de produtos agrícolas básicos para alimentação animal e humana; a manutenção da importação da soja, ao invés do plantio interno, para evitar o estresse hídrico que implica essa produção; o uso de novas tecnologias na produção de carne suína.

Os Estados Unidos também demonstra a questão da segurança alimentar como uma das preocupações do presidente Donald Trump, entretanto sua conduta se difere da chinesa, por optar pela maior flexibilização nas atuações do FDA (Food and Drug Administrativo) e do Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA), com o objetivo de que as empresas do agronegócio tenham uma maior autonomia em suas práticas. Os Estados Unidos também mantém seu sistema de assistência social conhecido como SNAP (Programa de Assistência Nutricional Suplementar) nas investidas contra a insegurança alimentar.

Como esses países pensam a questão da sua segurança alimentar tem reflexos nas relações bilaterais e multilaterais no sistema internacional, o Brasil é um polo de importante reflexo, e foi abordado por muitos dos alunos entrevistados, considerando suas fortes relações comerciais com a China e fortes relações políticas com os Estados Unidos.

B. Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Econômico

O conceito de desenvolvimento sustentável surge na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972, e onde foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED) publicou o Relatório Brundtland, que apresentou a conceituação de Desenvolvimento Sustentável que segue sendo a mais utilizada na literatura sobre o tema. Uma nação que se desenvolva sustentavelmente significaria “aquela que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações.” (CMED, 1987). Desde então, o desenvolvimento sustentável passa a ser uma preocupação da maioria dos países e líderes internacionais, e também na escala micro, dos cidadãos e suas condutas individuais

A Agenda 2030 foi acordada em uma reunião entre os 193 Estados-membros da ONU em 2015 e propõe 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem ser atingidos pelos líderes e membros da sociedade civil num período de 15 anos. Entre os ODS se encontram energia acessível e limpa, cidades e comunidades sustentáveis, ação contra a mudança global do clima e preservação da vida na água e vida terrestre.

A transição energética é um dos tópicos propostos pela Agenda 2030 e demais prou-tuários de desenvolvimento sustentável, e significa a mudança na matriz energética para fontes de energia mais limpas, substituindo as fontes de energias que geram maior emissão de gases estufa, como a queima de carvão e combustíveis fósseis que liberam altos níveis de CO₂, para energias solar, eólica, de ondas, geotérmicas ou hidrelétrica. A situação da transição nos países analisados nessa pesquisa foi explorada através das entrevistas.

Tanto a China quanto os Estados Unidos demonstram um aumento da substituição das fontes não renováveis. De acordo com dados extraídos das pesquisas do Our World In Data e BP Statisticof World Energy, a China aumentou em 8,55% sua produção de energia renovável de 2018 para o ano seguinte, enquanto os Estados Unidos aumentaram em 1,87% no mesmo período. Quando é feito o recorte da energia solar no mesmo período, é possível notar que o aumento da China foi em 26,05% enquanto o dos Estados Unidos foi de 14,47%.

Já o conceito de crescimento econômico é quando ocorre o aumento significativo do consumo e da produção de bens e produtos, e é indicado pelos índices do Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB). Para análise do crescimento econômico, não são considerados os meios de produção e a forma de utilização dos recursos, dessa forma, não é um conceito que necessariamente engloba a questão ambiental.

Buscamos a partir desses conceitos compreender como os alunos de Relações Internacionais entrevistados enxergam o conceito de desenvolvimento sustentável em comparação ao conceito de crescimento econômico, quais relações eles fazem entre os dois conceitos, se esses são coexistentes ou não, e se em um contexto de bipolaridade, é necessário que se priorize um deles.

C. Acordos Internacionais de Clima e Meio Ambiente

Os Acordos internacionais sobre Clima e Meio Ambiente tem como o objetivo o debate e o desenvolvimento de soluções a urgências climáticas e danos ao meio ambiente que podem significar o fim ou inutilidade dos recursos naturais e prejuízos irreparáveis ao ecossistema.

Entre os diversos acordos e tratados, citamos o de estréia Estocolmo 1972; a Eco-92 ou Rio-92 que significou a assinatura da Agenda 21, da Convenção da Biodiversidade e Convenção sobre a Mudança do Clima; o Protocolo de Quioto em 1997; a Rio+10, em 2002; a Rio+20, em 2012; e o Acordo de Paris em 2015.

Nos acordos mais recentes, é discutida a compatibilização entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, e conseqüentemente, sobre a continuidade e sustentabilidade da vida no Planeta Terra. Como objetivos comuns, reúnem o compromisso com a redução de gases estufa, que são emitidos majoritariamente em processos industriais, plantação extensiva de gado bovino e por veículos automóveis. A redução de gases estufa significaria uma forma de impedir o aquecimento global acelerado que vem gerando conseqüências drásticas à existência humana e à vida selvagem.

Nessa pesquisa tangenciamos a questão da emissão dos gases estufas e o cumprimento das agendas sustentáveis nos países analisados, levando em consideração os dados levantados em 2017 pelo Global Carbon Project and the Carbon Dioxide Information Analysis Centre (CDIAC) a China é responsável pela emissão de 27% de CO₂ atmosférico enquanto os Estados Unidos são responsáveis por 15%. Entretanto, considerando as emissões de CO₂ por pessoa, os Estados Unidos ocupam a nona posição no ranking mundial e a China ocupa a décima segunda. Analisando as emissões históricas do mesmo gás, os Estados Unidos foram responsáveis por 25% e a China por 13%.

O debate internacional muitas vezes se concentra na distribuição de responsabilidade dentro do contexto de redução coletiva de emissões de gases estufa. Os países desenvolvidos argumentam que a China, sendo a maior emissora, deveria ter a maior responsabilidade. Já a China tende a argumentar que as elevadas emissões de países desenvolvidos são relacionadas a manutenção do alto padrão de consumo ocidental de suas populações enquanto as do oriente são de subsistência e desenvolvimento da indústria, dessa forma, os países desenvolvidos deveriam ser os mais responsáveis. Isso configura como um conflito referente a esses acordos que se insere na disputa sino-americana.

Sobre tais acordos internacionais e conferências mundiais sobre meio ambiente e clima, buscamos compreender se os alunos entrevistados acreditam que os acordos possuem efetividade em campo empírico e se seriam eles os responsáveis por mudanças nas condutas internas dos países, sobretudo no contexto de bipolaridade avaliado.

3. ANÁLISE DAS QUESTÕES

A. Agropecuária, políticas ambientais e segurança alimentar

A primeira questão objetiva-se no entendimento da percepção dos alunos de Relações Internacionais sobre as questões relativas à agropecuária e à formulação de políticas ambientais. Tal análise é posta tendo como necessário o relacionamento com a temática da segurança alimentar.

A pergunta busca compreender o que os alunos entendem por segurança alimentar e o quanto a agropecuária é relevante na formulação de políticas ambientais, tendo em vista que a mesma é responsável por grande parte das emissões de carbono e do gasto de água em todo o mundo, e não é diferente nos países envolvidos na Nova Guerra Fria. Levando em conta ainda a existência de um mundo globalizado, pautado na lógica da produção industrial, da importação e exportação de alimentos, destrincha-se a necessidade dos países de idealmente prover uma alimentação em quantidade suficiente e de qualidade sanitária adequada para suas grandes populações.

Fica claro que todos os entrevistados acreditam que a agropecuária desempenha função protagonista na elaboração de políticas ambientais. Para eles, a economia mundial está muito atrelada ao setor de alimentos, e sendo a agropecuária grande causadora de problemas ambientais, é impossível desvincular esses aspectos. A imensa maioria dos entrevistados acredita que é papel do Estado oferecer segurança alimentar, e tal necessidade, unida ao grande mercado de exportação e importação, e às práticas de agricultura extensiva, geram um grande colapso ambiental. Um dos entrevistados disse que é necessário multilateralismo entre os dois países para alcançar metas relacionadas ao desenvolvimento sustentável em um plano global. Outro aspecto abordado pelos entrevistados foi a “exportação da produção”; para três deles, a questão ambiental passa pela produção presente no “sul global”, que exporta impactos negativos ao meio ambiente e, de acordo com um deles, também se relaciona com a segurança alimentar. Para ele, a produção nos países periféricos essencialmente visa a segurança alimentar de outros países, tendo em vista o volume de exportações de alimentos e, muitas das vezes, a falta nos países do “Sul- Global”. Dois desses entrevistados acreditam que China e EUA devem ser responsabilizados pelos impactos ambientais que acontecem nos países subdesenvolvidos.

Um dos entrevistados defendeu que a produção realizada nos EUA e na China, são majoritariamente intensivas, citando o cinturão agrícola estadunidense, e a produção do arroz de “escadaria” chinesa.

“Nos Estados Unidos eles têm grandes áreas cultiváveis, corredores que produzem coisas específicas. Principalmente milho. Isso acaba gerando independência do mercado externo.(...) Na China é muito mais fácil que exista uma grande mão de obra na área rural. Existe a meu ver uma produção local maior, as plantações de arroz são um exemplo, com o método de escadaria, impossibilitando o uso de maquinários. Mas claramente em algum momento essa transição vai acontecer, mas vai demorar. A China se aproveita com a compra de boa parte da produção de outros países, ela importa muitas matérias primas. Eles preservam seu solo. Não precisa castigar o solo com a agricultura extensiva, ainda.”

Outros dois entrevistados defenderam que a China ainda utiliza muito carvão, matéria-prima que gera alta quantidade de CO2 e que os EUA provavelmente devem aumentar a utilização do mesmo para concorrer com a potência asiática. Dois entrevistados defenderam

que a bancada do agronegócio e que as grandes corporações são fortes na política interna dos dois países, o que reflete no modo de produção interna e na política externa. Três entrevistados defenderam que a segurança alimentar imediata é importante, mas que se o ritmo dos impactos negativos ambientais continuar alto faltará alimento para grande parte da população mundial em um futuro próximo. Um entrevistado disse que a China parece estar mais preocupada com políticas ambientais tendo em vista seu parecer internacional sobre desenvolvimento sustentável. Três entrevistados defenderam a diversidade de grãos em detrimento da monocultura pela justificativa de menores impactos ao solo. Dois entrevistados defenderam que os países devem possuir uma “soberania alimentar”, sendo capaz de produzir comida de forma autossuficiente para sua população.

“Eu acho que é muito importante que cada país tenha uma certa soberania alimentar, sabe? Que tenha uma diversidade de não ficar só numa monocultura. Então, isso acontece bastante no Brasil dom a soja, acaba que a gente exporta muita pra China, alimento de porco, enfim. Eu acho que os EUA tem uma diversidade de produção grãos, de gado...e a China eu não sei muito bem, mas é uma população gigantesca e eles terem essa soberania alimentar, de poder manter essa população grande, pra conseguir manter essa produção em massa que eles fazem.”

B. Desenvolvimento sustentável e crescimento econômico

Essa questão teve o intuito de ver uma certa tendência sobre o futuro do planeta, principalmente a longo prazo, sobre o que os entrevistados acham acerca de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico. Sendo assim, primeiro tentamos averiguar o que os alunos entendem sobre os dois conceitos e depois qual seria a melhor opção particularmente e o que os alunos percebem sobre qual os lados da disputa sino-americana.

Em primeira análise vemos uma clara divisão sobre os temas abordados em dois sentidos, em primeira pessoa e sendo um governante. Vale destacar também a mudança de resposta frente ao contexto e o tempo de curto e longo prazo. Sendo assim, para o melhor entendimento sobre as respostas deve ser ter um esclarecimento sobre cada ponto e o que seria o correspondente .

Sobre o ponto de vista pessoal no longo prazo, é possível perceber uma forte tendência ao desenvolvimento sustentável, pois dessa forma, de acordo com os alunos, é a única maneira de se garantir um futuro mesmo que para muitos seja tratado como algo incerto e duvidoso.

Agora, sob a ótica do governante a curto prazo, principalmente em contexto de guerra fria, os alunos em sua maioria tomaram uma tendência ao crescimento econômico, pois a lógica de ter que superar o inimigo se mostra em primeiro plano, junto com o imediatismo de se mostrar resultados. Urge, portanto, essa necessidade de crescimento a todo custo.

Por outro lado, temos a visão pessoal de curto prazo, nela vemos uma continuo acordo e um entendimento a priorização sobre crescimento econômico, sendo assim uma tendência as decisões tomadas atualmente pelos governantes tanto da China quanto nos EUA. Mostra então que os alunos iriam tomar as mesmas decisões, indo de encontro a preferência listada na primeira visão.

Por último, temos a visão governante de longo prazo, mesmo que não refletida no contexto atual, mas sendo o foco da pergunta, os alunos de modo geral tomariam medidas de desenvolvimento sustentável em conjunto com o crescimento econômico, porém preterido no plano. Percebe-se um certo encontro no que se diz respeito à possibilidade de ter desenvolvimento sustentável e crescimento econômico em equilíbrio e conjunto.

“Se tratando de um país eu penso uma coisa, se tratando de pessoa eu penso outra coisa. Eu vou clarificar isso. Na política estratégica de um país, eu entendo que ele vai priorizar a parte econômica, então, se eu tiver pensando uma política estratégica, vou pensar no nível econômico. Mas como cidadã, vou priorizar a questão ambiental porque eu me preocupo com isso. Se essa pergunta for sobre o que um país está preocupado, então minha resposta seria o crescimento econômico, especialmente num contexto de guerra fria em que a preocupação é mais voltada para um cenário imediato, e não questões ambientais a longo prazo. Eu acho mais importante o desenvolvimento sustentável.”

Sobre os países mais especificamente os envolvidos na disputa comercial em si, temos uma visão que a China tem um plano de longo prazo e que tenta ao menos ter o equilíbrio entre os dois conceitos. Na visão sobre os EUA se teria um apelo maior ao crescimento econômico, percebendo as atitudes tomadas recentemente no país, o que acaba influenciando outros países como o Brasil que seguem o discurso para o crescimento econômico também.

C. Ruptura de acordos climáticos

Essa pergunta foi pensada com a intenção de compreender a opinião dos alunos quanto ao efeito da ruptura de acordos climáticos na economia dos países. No entanto, as respostas foram além do esperado, trazendo questões sobre a credibilidade e efetividade de tais acordos, não tendo certeza sobre os mesmos.

Primeiramente, é necessário perceber que a maior parte dos alunos enxerga que tal ruptura traz benefícios econômicos ao Estado apenas a curto prazo, pois acreditam que sem a questão ambiental sendo levada em conta, no longo prazo a economia irá se desestruturar de maneira geral. Dito isso, a parte que não acredita nos benefícios nem mesmo a curto prazo, pensa de tal maneira por crer que causará repercussão negativa nos outros países, levando até mesmo a embargos (menos se tratando de Estados Unidos e China, que seriam “grandes demais” para receberem esse tratamento)

Além disso, podemos perceber que a maior parte dos alunos enxergam negativamente a saída dos acordos ambientais, mas não apenas pela razão que inicialmente seria mais óbvia. Por mais que alguns dos entrevistados acreditem na eficácia dos acordos, muitos pensavam ser apenas algo “de fachada”, para poderem seguir com suas agendas políticas sem ter que de fato se importar com a questão ambiental.

“Eu acho que a tratativa de políticas ambientais hoje é muito ‘para inglês ver’, sabe. Eu não acho que exista a real noção da maior parte dos estados ou governos de que haja uma importância que deve se atribuir a questão ambiental. Eu acho que grande parte é uma politicagem.”

Sendo assim, os alunos que possuíam a visão da falta de credibilidade dos acordos

internacionais ligados ao clima, por vezes acreditavam que sair dos acordos não teria efeito nem positivo nem negativo sobre a economia. No entanto, foi frisado diversas vezes que sair desses acordos pode trazer outros pontos negativos, como o incentivo à população a descrença no aquecimento global e outras questões ambientais, ou, no mínimo, relativizar a questão.

Um último ponto que vale a pena ser mencionado é que, nas respostas à essa pergunta, muitos alunos aproveitaram para tecer críticas às ações de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, enquanto poucos faziam o mesmo para com Xi Jinping, presidente da China (apenas dois entrevistados falaram bem de suas ações, a maioria não mencionou o presidente ou o país). No entanto, vale frisar que na pergunta feita aos alunos, utilizamos o exemplo de Trump saindo do Acordo de Paris, o que pode tê-los influenciado neste âmbito.

D. Transição energética

A quarta questão tinha dois objetivos principais: verificar qual era a percepção de urgência dos entrevistados para que os países assumissem a transição energética como forma de preservação ambiental frente a outras questões como a segurança alimentar; e procurar saber, entre China e Estados Unidos, quem estaria mais à frente em sua transição energética.

Todos os alunos que participaram da pesquisa disseram que a transição energética dos países é uma medida de enorme urgência para preservação do meio ambiente e para a promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, boa parte também deu destaque para importância da segurança alimentar, afirmando que as duas questões estariam relacionadas nesse escopo de políticas ambientais e que seria interessante que houvesse um movimento duplo por partes dos Estados que tratasse das duas problemáticas.

Outro ponto de convergência das respostas foi o desconhecimento específico da matriz energética dos EUA e da China. Por isso, as opiniões sobre quem estaria mais avançado em sua transição de fontes de energia se basearam nas características econômicas e nas abordagens dos atuais governos de cada país sobre a temática.

“Acho que é super urgente, mais urgente que nunca, pelos indícios de que o mundo está acabando, as queimadas, elevação do nível do mar. Acho que é super urgente mas não sei muito se isso vai ser num futuro próximo. Eu acho que quem tem mais condição tecnologia é os EUA, mas acredito que agora eles devem ter uma capacidade mais equilibrada de tecnologia pelo crescimento econômico da China e pelo o que tenho visto quem tá caminhando mais para isso é a China, já que o Trump nem acredita nisso, é quase inexistente essa parte nos EUA... Pode ser que venha mudar com a eleição se ele não for reeleito, mas por enquanto acho que a China tá mais avançada. “

Por considerarem que o atual governo estadunidense tem em seu discurso um viés que desconsidera políticas e acordos de meio ambiente em favor da expansão econômica, sete alunos afirmaram que a China está à frente em sua transição energética. Quatro entrevistados alegaram não ter conhecimento o bastante para dizer quem estaria mais avançado; e apenas uma pessoa disse que os EUA estão mais evoluídos por considerar que a matriz chinesa ainda é muito dependente do carvão.

E. Agendas sustentáveis e acordos internacionais

Este tópico teve o intuito de esclarecer a percepção dos alunos de Relações Internacionais da UFRJ sobre a efetividade de tratados e acordos internacionais na realização de políticas sustentáveis. Essas políticas, guiadas pelas agendas sustentáveis de diversos países, Órgãos Internacionais, entre outros, em suma, foram consideradas importantes pela maioria dos alunos.

Nesse sentido, como visto ao longo das entrevistas, todos consideram relevante a questão ambiental e se mostram preocupados com o não-cumprimento de acordos internacionais por parte de alguns países, entre eles, os Estados Unidos.

“No caso dos EUA principalmente nos últimos anos é muito notório que têm dado pouquíssima importância para tratados multilaterais, tratados anteriores, se eu não me engano eles chegaram a fazer uma sanção para corte internacional de justiça, coisas muito inimagináveis. Acho que em teoria é sensacional, acho extremamente positivo mas na prática a maioria dos países dizem que vão fazer as coisas mas não cumprem e o tratado serve mais de uma referência para a população local cobrar do seu governo do que de fato outros países cobrarem dos mesmos.”

Muitos dos alunos, quando questionados sobre essa questão, possuíam pouco conhecimento sobre quais são, de fato, os acordos internacionais vigentes. O mais citado foi o Acordo de Paris, que trata sobre a redução na emissão de gases na atmosfera. A partir disso, um acontecimento marcante nas respostas foi a saída dos Estados Unidos do acordo citado e suas consequências políticas e para o meio ambiente.

É visível também que, mesmo que considerado importante pela parte majoritária dos alunos, existe uma certa descrença nos acordos internacionais e sua efetividade na realização de mudanças estruturais que garantam a segurança ambiental e a transição energética. Ou seja, poucos tinham conhecimento sobre mudanças efetivas que possam ter ocorrido a partir de acordos internacionais e todos disseram não perceber isso em suas rotinas.

F. Impactos ambientais da lógica de importação e exportação e soberania alimentar

A última pergunta da pesquisa teve como fio condutor a compreensão dos entrevistados sobre a interferência do comércio internacional nas políticas ambientais. Para manter organizado o panorama das 12 respostas, seguiremos a ordem das ideias mais recorrentes às menos recorrentes. Ao total, foram percebidos 9 grupos de percepções semelhantes. A seguir: A resposta unânime é a de que todos os 12 entrevistados acreditam na interferência da lógica de importação/exportação nas políticas ambientais. Em seguida, a segunda impressão mais recorrente, presente na fala de 5 dos 12 entrevistados, é a dependência brasileira frente a China. Para essas pessoas, o enfraquecimento da soberania está ligado ao comércio exterior voltado para a monocultura. Tocante a essa questão:

“As políticas ambientais estão cada vez mais rasas, dando espaço para a agropecuária expandir sem limites. Isso tem relação com produzir muito de uma coisa só. O país fica muito suscetível a crises externas que podem acontecer, como em 1930, a crise do café. É como se a gente não aprendesse. Temos mais variedade do que naquela época, mas ainda é muito atenção para poucos produtos e tipo, vai que a China sofre alguma coisa, o maior importador do Brasil, vai que ela tem uma crise, para de importar tanto, e aí grande parte do PIB, desse superávit, deste ganho financeiro que o país recebe será cortado, porque não há incentivo a outros gêneros agrícolas.”

Uma resposta que se destacou cita uma espécie de encruzilhada: O Brasil é dependente comercialmente da China, mas ideologicamente dependente dos Estados Unidos.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, 5 entrevistados falaram sobre as relações geopolíticas envolvidas nessa questão ao apontar que países periféricos e subdesenvolvidos geralmente exportam produtos primários, agrícolas, e países-potência importam esses produtos primários e exportam os produtos terciários, de maior valor agregado.

Surpreendentemente, apenas 3 pessoas citaram explicitamente a degradação do meio ambiente relacionada à esse processo e 2 outras uma visão pessimista quanto a possibilidade de reversão do agravamento da crise ambiental frente ao atual modelo político e de produção.

Sob a luz da ótica da guerra fria, 2 alunos citaram a centralidade da disputa econômica nesse contexto, de acordo com essas pessoas, frente à uma disputa econômica, as questões ambientais realmente são terceirizadas. Semelhante a essas respostas, outros dois entrevistados falaram sobre o processo de fragilização das políticas de proteção ambiental em detrimento às prioridades do comércio exterior de produtos primários como a soja, o café, a criação de gado etc.

Por fim, apenas 1 entrevistado falou da importância da diversificação da produção industrial interna como enfrentamento da dependência e enfraquecimento da soberania. Apenas 1 entrevistado não soube falar sobre China e Estados Unidos nesse contexto.

Percebe-se, entre o grupo estudado, o reconhecimento difuso das divisões entre países periféricos, majoritariamente agrários e que penduram sua economia em produtos da monocultura (no caso brasileiro, a soja), e os dois grandes países envolvidos no conflito central, que, além de ter capacidade interna de produzir seu próprio alimento, são países que importam produtos primários focando na questão da segurança alimentar, e exportam produtos terciários com alto valor agregado, reflexo da força da produção industrial desses países. Assim, os alunos fazem a ligação entre a priorização do comércio exterior de commodities (marcada por forte degradação do meio ambiente) e a fragilização das políticas ambientais em países periféricos, endossados pelos países hegemônicos, tais quais a China e os Estados Unidos. No contexto brasileiro, eles apontam que a China, em especial, cumpre esse papel por ser a maior importadora dos produtos primários brasileiros.

4. OBSERVAÇÕES FINAIS

A primeira e a última questão são perguntas com caráter complementar, a primeira apresenta o questionamento sobre como a agropecuária e questões de soberania e segurança

alimentar influenciam a formulação das políticas ambientais, e a última sobre como a lógica de importação e exportação interferem, igualmente, nas políticas ambientais. As respostas tiveram a unanimidade na compreensão que esses dois fenômenos têm influência nas questões ambientais, que se apresenta por meio da priorização da produção agropecuária em detrimento à preservação ambiental, com foco especial para a exportação de produtos primários em países cujo grande parcela do PIB está ligada à produção agrícola.

Outro ponto que merece ser salientado é que, ao responder a segunda pergunta, fica evidente, para a maioria dos entrevistados, a forte diferenciação entre as aspirações pessoais dos entrevistados, que vai de encontro à uma ideal de sustentabilidade, e as políticas reais, que priorizam o crescimento econômico a todo custo, mesmo que isso implique o decaimento do equilíbrio ecológico a longo prazo. Nessa segunda pergunta, alguns alunos revelam as suas percepções sobre a China ser uma nação que visa questões de longo prazo, e essa percepção também se repete na quarta questão, cuja maioria dos alunos acredita ser China o país a frente em sua transição energética, quando comparado aos Estados Unidos.

Ademais, presente no terceiro e quinto questionamento, no tocante aos Acordos Internacionais sobre o Clima e o Meio Ambiente e às Agendas Sustentáveis da ONU, um número significativo dos entrevistados enxergam que as rupturas e/ou não cumprimento dos acordos e agenda, a curto prazo, pode trazer benefícios econômicos, no entanto, a longo prazo, acreditam ser uma ação autodestrutiva, ou seja, de um modo geral, os alunos enxergam negativamente essas rupturas. Além disso, uma parcela dos entrevistados questiona a própria credibilidade desses acordos e duvida de sua efetividade.

5. CONCLUSÃO

Após análise minuciosa do banco de respostas, questionamento a questionamento, pode-se concluir algumas tendências no painel de percepções e conhecimento dos entrevistados acerca do recorte específico sobre meio ambiente e a Nova Guerra Fria. Nesse cenário, destaca-se que todos os alunos, em determinados pontos da entrevista, mostram preocupação com o quadro atual, cujo muitos deles enxergam com evidente pessimismo e descrença em probabilidade de reversão.

Em segundo plano, percebe-se que um número significativo de entrevistados demonstrou certo desconhecimento sobre os conceitos supracitados no segundo tópico, que funcionam como ponto de partida para o desenvolvimento orgânico das respostas. Além disso, alguns alunos conheciam apenas superficialmente as questões chinesas atuais e simultaneamente apresentaram uma familiaridade maior com as questões norte-americanas. Segundo essas pessoas, isso acontecia porque ainda não tinham estudado sobre o tema e porque as notícias sobre a China não são difundidas pela mídia brasileira como as notícias sobre os Estados Unidos, por exemplo.

De inédito na pesquisa, evidenciou-se a aversão dos alunos ao gradativo enfraquecimento da soberania nacional frente à progressiva escalada de dependência da China no tocante

ao modelo de exportação baseado em produtos agrícolas e pecuários. De acordo com eles, o Brasil segue um percurso já conhecido, historicamente, de dependência econômica e, seguindo esse roteiro, a destruição das riquezas naturais.

Por fim, nosso maior enfoque descansa na percepção de como as dinâmicas do conflito sino-americano interferem fortemente em questões de políticas ambientais, reforçando o caráter rizomático da pesquisa, que lida com uma gama de fatores complexos que influenciam uns aos outros, como a questão das importações/exportações, segurança alimentar, transição energética e impactos ambientais. Segundo os discentes, fica visível como a política econômica dessas duas grandes potências, China e EUA, influenciam a discussão das políticas ambientais em âmbito internacional e subnacional, posto que as decisões políticas e comerciais dessas potências afetam a forma com que os recursos serão explorados para fins de comércio e manutenção do PIB nos países “satélites” que mantêm relações com eles.

BIBLIOGRAFIA

MALUF, R. O Novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar In: Belik, W & Maluf, R. *Abastecimento e Segurança Alimentar*. Campinas: Unicamp, 2000.

Atlas do Agronegócio, Fundação Heinrich Böll e da Fundação Rosa Luxemburgo, 2018

MONOCULTURA E TRANSGENIA: IMPACTOS AMBIENTAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR Cirlene Luiza Zimmermann 2009 Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.6 n.12 p.79-100. Julho-Dezembro de 2009

Relatório Brundtland 1987. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

ALBURQUERQUE, Celso D. A AGENDA 21, Tradução Publicada pela Câmara dos Deputados, Brasília, 1995 de Direito Internacional Público, 8a. edição, Livraria Freitas Bastos S.A., 1986.

CHADE, Jamil. OCDE: Brasil será maior produtor de soja do mundo; desmatamento preocupa. Uol . Dia 16 de Junho de 2020. Notícias. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/16/ocde-brasil-sera-maior-produtor-de-soja-do-mundo-desmatamento-preocupa.htm#:~:text=Estados%20Unidos%2C%20Brasil%20e%20Argentina,em%20sua%20capacidade%20de%20exporta%C3%A7%C3%A3o>.

United States (USA) Exports, Imports and Trade Partners. **The Observatory of Economic Complexity**. Disponível em: < [United States \(USA\) Exports, Imports, and Trade Partners](#) >.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Plataforma Agenda 2030**. Disponível em: <[Plataforma Agenda 2030](#)>.

Per capita O₂ emissions. **Our World in Data**. Disponível em: < [Per capita CO₂emissions](#) >.

China elabora plano de segurança alimentar em meio à pandemia. **Beef Point**. Dia 25 de maio de 2020. Disponível em: <[China elabora plano de segurança alimentar em meio à pandemia](#)>. <http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos#:~:text=A%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricional,outras%20necessidades%20essenciais%2C%20tendo%20como>

ABREU MACHADO, Renato Luiz. Conceitos. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Dia 29 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos#:~:text=A%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricional,outras%20necessidades%20essenciais%2C%20tendo%20como>>.

PILLER, Charles. FDA enforcement actions plummet under Trump. **Science**. Dia 2 de julho de 2019. Disponível em: <[Exclusive: FDA enforcement actions plummet under Trump](#)>.

Trump reverte as regras de inspeção dos EUA para ovoprodutos. **Avicultura Industrial**. Dia 9 de Setembro de 2020. Disponível em: <[Trump reverte as regras de inspeção dos EUA para ovoprodutos](#)>.

GUARALDO, Maria Clara. Em busca de segurança alimentar, China se prepara para a fase pós-Covid-19 e pode influenciar o agronegócio brasileiro. **Embrapa**. Dia 5 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/53150898/em-busca-de-seguranca-alimentar-china-se-prepara-para-a-fase-pos-covid-19-e-pode-influenciar-o-agronegocio-brasileiro>>.

GRUPO 9: A TECNOLOGIA 5G DURANTE O PERÍODO DA “NOVA GUERRA FRIA”

Bruna Andrade
Camila Castro
Gabriel Otero
João Gabriel Caciano
Julia Soares
Marcela Nogueira
Rodolfo Reis

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o desígnio de analisar parte da pesquisa qualitativa empreendida no decurso do Período Letivo Excepcional (PLE), que almeja revelar o posicionamento e as opiniões do corpo discente de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) durante o período supracitado. O assunto abordado durante esta parte da pesquisa é o desenvolvimento da tecnologia 5G, mais especificamente a forma como essa tecnologia evidencia o embate entre Estados Unidos e China nesse período que é correntemente chamado de “Nova Guerra Fria”.

A tecnologia 5G é a sucessora da rede e internet móvel 4G, que vigora atualmente. A expectativa é de que essa inovação traga mais velocidade para navegar, fazer downloads e uploads e, em geral, movimentar maior quantidade de dados de uma forma mais estável, pois a proposta é que o espectro de rádio seja usado de maneira mais eficiente, assim permitindo a conexão de mais aparelhos à internet. Isso abre oportunidade para que aparelhos diversos se incluam na rede, como por exemplo geladeiras, carros, máquinas de lavar, câmeras de segurança e os próprios celulares.

Esta tecnologia, aparentemente inofensiva, é motivo de diversas dissidências entre as duas maiores potências atuais - Estados Unidos e China, conforme mencionado acima - pois envolve um duelo político e econômico pela expansão tecnológica aos demais países do globo. A pesquisa revela, portanto, até que medida os estudantes de Relações Internacionais da UFRJ veem essa tecnologia como inovação ou como ameaça.

RESULTADOS DA PESQUISA

1. A tecnologia 5G e a disputa hegemônica entre EUA e China

O primeiro questionamento levantado pelo grupo possui um teor introdutório ao assunto, e aborda a opinião dos entrevistados sobre a relação entre o desenvolvimento da tecnologia 5G e a intensificação da disputa hegemônica entre os Estados Unidos e a China, no sentido de entender se, na opinião deles, ambos os fatores estão diretamente correlacionados ou se, na verdade, eles não são interligados de forma tão relevante quanto outros assuntos.

A maioria dos alunos entende que a implementação da tecnologia 5G vai acirrar a disputa hegemônica entre EUA e China. Foi quase unânime o ponto de vista de que a tecnologia 5G era um agravante da disputa. Eles em sua maioria acreditam que o país que conseguir liderar essa tecnologia vai abarcar também grandes ganhos de mercado, informações, dados, espionagem, economia e etc. Além disso, a pesquisa revela que o resultado de tal implementação irá mostrar quem de fato comanda o mundo tecnológico nessa disputa da “Nova Guerra Fria” atualmente.

Em termos estatísticos, dez dos doze entrevistados compreendem que sim, o desenvolvimento da tecnologia 5G pode ser considerado um motivo para intensificação da disputa hegemônica entre EUA e China. O argumento de que o 5G movimenta dados que podem ser usados na economia e na política, além da ênfase nos ganhos econômicos para aquele que fornece foram amplamente usados. A maioria dos entrevistados que justificaram suas respostas afirmaram que isso era devido à natureza da própria tecnologia e do mercado.

Uma quantidade minoritária dos entrevistados mencionou fatores políticos.

Sim, essa tecnologia é muito poderosa para analisar e acessar dados. Inclusive o próprio cotidiano das pessoas, como carros, por exemplo. Diante desse conflito entre Estados Unidos e China há um avanço da tecnologia chinesa no mundo e na América Latina nos últimos anos. Acredito que quem conseguir implementar essa tecnologia vai ter grande base de dados, tanto relacionados à economia, consumo e tendências. (Entrevistada, 8º período)

No entanto, apenas um aluno ofereceu uma resposta negativa:

Não. Pois há outros fatores mais importantes do que uma tecnologia. A China está principalmente sendo a pioneira no quesito 5G, entretanto, como há uma guerra entre China e Estados Unidos desde quando a China ‘correu’ a Rússia na Guerra Fria, os Estados Unidos sempre houve essa briga entre China e Estados Unidos. Ainda mais quando a China está equiparando sua economia ao dos Estados Unidos. Então, o 5G é só um assunto genérico para ser debatido porque há outros assuntos mais importantes, por exemplo, a vacina do Coronavírus que é muito mais importante do que a disputa do 5G. A disputa é trivial, ainda mais quando Estados Unidos e China tentaram fazer um acordo financeiro ou econômico e não conseguiram. Então, há uma diferença entre a economia chinesa e americana. (Entrevistada, 8º período).

É notável, ainda, que uma parte dos entrevistados mencionou Trump como o sujeito que faz com que a troca de farpas entre as duas potências torne-se cada vez mais evidente.

2. Riscos para a segurança nacional

Esta parte se relaciona ao Brasil, mais especificamente à possibilidade de riscos à segurança nacional com a implementação dessa tecnologia. Além disso, foi questionada a preferência dos entrevistados entre os fornecedores da tecnologia 5G.

As respostas variaram consideravelmente, diferente da questão anterior. Entretanto, houve um consenso quase unânime em relação ao perigo para a segurança nacional no tangente à implementação desta tecnologia no país. Muitos citaram o roubo de dados como principal receio.

Outra importante informação que foi levantada por alguns alunos é a questão da espionagem pelos Estados Unidos, e quem mencionou isso tende a optar pela tecnologia chinesa; outros utilizaram uma ótica mais econômica em suas percepções, em sua maioria citando a chinesa como a mais barata, e/ou delegando ao Brasil e seu governo a competência de decidir sobre a qual trará maior benefício para o país. Também foi notado que o apoio à democracia americana seria um fator que pudesse contribuir na escolha da tecnologia, visto que olha com desconfiança para as práticas autoritárias chinesas (este último do 3º período).

A maior parte dos entrevistados diz não ter preferência pelo fornecedor, pois afirmam já haver roubo de informações pelos Estados Unidos ao acessar redes sociais, aplicativos e recursos de origem norte-americana. Nesse sentido, acreditam não ter diferença em quem vai ser o fornecedor dessa tecnologia. Com relação aos riscos à segurança nacional, o discurso preva- lecente é que há riscos por conta do aumento do fluxo de dados, que facilitaria a apreensão a partir dessa tecnologia.

Foi quase unânime que a tecnologia 5G traz perigos, mas nem todos concordaram que no nível nacional. Contudo, todos disseram que é perigoso para os civis de todo mundo, visto que o uso de dados de forma abusiva já é feito a todo o tempo mesmo ainda com o 4G. Em termos estatísticos, quando perguntados se existia uma preferência entre fornecedores:

- Cerca de 25% optaria pela China, sob o discurso que a China tem uma infraestrutura e difusão melhor, além de oferecer preços melhores. Visaram então a parte econômica. (por salvo um aluno que acredita que a China possa exigir menos roubo de informações que os Estados Unidos);
- Cerca de 25% escolheriam os EUA pela aproximação política. Sendo os EUA um estado democrático, haveria uma possibilidade maior de negociação e menor de haverem riscos acerca da implementação do 5G no Brasil;
- Metade dos entrevistados prefere não optar por nenhum ou simplesmente comprar a tecnologia do país que oferecer melhor custo-benefício. Alguns deles ainda defendem a ideia de que o Brasil deveria desenvolver sua própria tecnologia para acompanhar essa evolução da rede de internet.

Não. Na verdade, é uma comparação de custos, uma análise econômica e comercial, deve ser escolhida a que me ofereça a melhor parceria, maior assistência, contrato mais durável. Seria negociado como produto que requer vigilância como qualquer outro, como vacinas, armas... Mas, seria analisado com o mesmo critério dos fornecedores. (Entrevistado, 8º período)

Depende de como vai ocorrer a implementação do 5G nos países e como cada presidente irá fazer sua política externa sobre isso. Como vai fazer operação econômica e tecnológica sobre acordos multilaterais com a China e outros países que vão a recorrer ao 5G. O primeiro que tiver maior aderência ou maior compatibilidade e maior eficiência eu “pegaria” primeiro. Independente se fosse China ou Estados Unidos. (Entrevistada, 8º período)

Em suma, novamente quase todos responderam sim a esta pergunta. A opinião predominante foi que os riscos ocorreriam independente do país. Por isso, mais da metade dos entrevistados preferiu manter uma posição neutra. Entre os que se posicionaram, a China prevaleceu ligeiramente.

3. O Brasil frente à esse embate

Esta questão é complementar à anterior, e levanta a questão do posicionamento ideal a ser escolhido pelo Brasil, tendo em mente o peso de ambos os lados, tanto dos Estados Unidos quanto da China, em suas esferas econômica e política.

Grande parte dos entrevistados alegou que a melhor possibilidade de ação do país seria manter uma postura neutra e pragmática, e optou por julgar a qualidade e o preço da tecnologia em vez do contexto político e econômico por trás. Estes visavam sempre o benefício econômico e a barganha, especialmente quando a China é citada. Alguns apontam o alinhamento automático (a questão ideológica da política externa com os EUA) como uma posição favorável.

As idéias predominantes foram de que o Brasil deve aliar-se àquele que oferecer melhor custo benefício do 5G, seguido do pensamento que é mais benéfico juntar-se a China por motivos econômicos como:

(...) Mas com todas as questões econômicas, como a dependência chinesa da soja brasileira, acho que seria preferível investir na China. Para mim, é necessário privilegiar a questão econômica frente à questão política, pelo fato da China ser um parceiro comercial importante. (Entrevistada, 3º período)

No entanto, um aluno se destacou ao responder esta questão com duas hipóteses. Uma de longo e outra de curto prazo:

Se fosse apenas para o meu governo, sem pensar a longo prazo, escolheria a China. Porque é a melhor de negociar. Ela faz investimentos diretos, depois aplica seu imperialismo. Em longo prazo, as variáveis são mais tendenciosas para os Estados Unidos. O Brasil tem tradição de se alinhar aos Estados Unidos. Não há dissociação entre política e economia. (Entrevistado, 3º período)

Vale notar que alguns que não tinham se mantido neutros quanto questionados sobre suas preferências pessoais, na pergunta anterior, escolheram neutralidade quanto ao posicionamento para o país.

Em resumo, a maior parte dos entrevistados acredita que o Brasil deve manter a neutralidade, seguindo o padrão da política externa brasileira nesses conflitos, em que ele é um ator terceiro na questão. Aliar-se a um dos lados seria um erro, que poderia acabar isolando o Brasil no diálogo com outros países. Eles ainda acrescentam que o Brasil deve buscar estabelecer acordos, parcerias com aqueles que propuserem maiores vantagens ao país.

4. O 5G e as liberdades individuais

Entra em voga, então, a possibilidade de certas empresas interferirem nas liberdades individuais dentro dos países aos quais ofereceriam seus serviços de implementação da tecnologia 5G.

Nessa questão, boa parte dos entrevistados acredita que não haveria interferência nas liberdades individuais por empresas na implementação do 5G. O controle dessa tecnologia seria do órgão interno, então ele estabeleceria a forma como isso seria disponibilizado aos usuários.

Em termos estatísticos, ao serem questionados se o fornecimento do 5G por certas empresas poderia interferir nas liberdades individuais, o resultado foi uma quantidade majoritária correspondente a 58% de entrevistados que negaram tais possibilidades. Contudo, alguns notaram a existência de variáveis, como por exemplo o perigo mais concreto caso a implementação seja realizada por via de empresas estatais.

Também foi argumentado que não há ameaça às liberdades individuais desde que exista competição. A concorrência seria, para este aluno, primordial para que não houvesse interferências nas liberdades individuais. Os que responderam afirmativamente argumentam sobre o controle ao qual a população é submetida através do uso de determinados algoritmos.

Eu acho que não. As liberdades individuais são muito mais influenciadas pelas OTT (tecnologias over-the-top, softwares) e redes sociais do que pelo próprio provedor da tecnologia, da conectividade. (Entrevistada, 8º período)

Os algoritmos que vão determinar o que vamos ver. Quem decide são empresas e vai haver cerceamento de liberdades individuais, ainda que de 'forma 'escondida'. Isso acontece por hashtags, instagram, seguir famosos etc. (Entrevistada, 8º período)

É possível afirmar que há certo desconhecimento e dúvida acerca desta questão, mas, mesmo assim, alguns levantaram o argumento desse algoritmo específico que pode determinar e principalmente restringir e limitar o conteúdo que será mostrado na internet como um perigo, pois a manipulação da informação que chegará ao público significa cerceamento velado de liberdades.

5. A intervenção de órgãos internacionais

Após isso, há interesse em saber se os entrevistados enxergam necessidade de, considerando o suposto perigo associado à tecnologia 5G, haver uma intervenção de órgãos internacionais, para que sejam delimitadas regras e criados acordos para instalar e usar essa inovação.

A maior parte dos alunos concorda que o estabelecimento de acordos com órgãos internacionais seria importante para o uso do 5G. Mas, apesar disso, colocam questões que podem tornar esta tarefa complicada, como a dificuldade de fazer com que os países de fato obedeçam às recomendações internacionais. Além disso, mencionam que diretrizes internacionais são interessantes porque isso caracterizaria uma tentativa de padronizar o modo de ação em diversos contextos problemáticos, como em casos de fake news e de armamento intensivo.

Sim, porque o 5G engloba muitas áreas da vida de todo mundo, e tem essa questão de unificar o mundo. Temo por fake news. É necessário o uso de acordos... Também na questão bélica. Nem todos os países irão respeitar as leis, mesmo assim é necessário para não virar bagunça. (Entrevistada, 2º período)

Acredito que sim. Ainda mais na questão nuclear; armamento, etc. Porque o que se pode fazer com essa tecnologia... ela tem um potencial de extermínio muito grande. Existem muitas armas que usam a fonte tecnológica e nós não temos nem o mínimo conhecimento sobre isso. (Entrevistada, 3º período)

A maioria dos alunos afirma que seria conveniente e até mesmo necessária a intervenção de órgãos internacionais para a delimitação de regras e criação de acordos. Apesar disso, reconhecem que países com caráter mais dominante sobre o sistema internacional, como EUA, China e Rússia não iriam se submeter às leis internacionais, porém ainda consideram necessário para que a situação não saia de controle e fique totalmente desregulada.

Internacionalmente eu acho sempre válido que exista um alinhamento entre países sobre determinado mérito, porque isso facilita as normativas internacionais. Mas, ao mesmo tempo, como estamos falando de Brasil, eu acho que cabe ao órgão responsável, órgãos de segurança, de tecnologia legislarem, tratarem a negociação como acharem a melhor forma acerca do 5G. A ideia seria de estabelecer métricas específicas para você poder avaliar a procedência, qualidade, eficiência etc. (Entrevistado, 8º período)

Dois alunos apresentaram essa questão de uma forma diferente. Acreditam que a delimitação do 5G no sentido legislativo não seja possível, mas que a criação de uma padronização seja adequada.

Em suma, a opinião predominante nessa questão foi que uma legislação internacional, mesmo se existisse, não teria muito efeito contra nações não-periféricas. Dos que responderam isso, alguns afirmaram ainda preferir pela presença desses acordos pois ainda têm certa utilidade mesmo que sem coerção. Alguns dos entrevistados mencionaram que já existe certa padronização internacional dessa tecnologia, e que os próprios países tendem a se encaixar nessa padronização de forma livre e natural.

6. 5G e a disputa de *soft power*

O último ponto questionado aos entrevistados é relacionado ao *soft power* americano e sua possível decadência frente ao iminente crescimento do Alibaba, Tik Tok e diversos outros projetos chineses, em especial para a pesquisa em vigor a vantagem na tecnologia 5G. Os entrevistados foram questionados se enxergam esses empreendimentos como forma dos chineses disputarem ativamente com esse mercado americano, já amplamente consolidado como dominante das mídias, redes sociais e cinema, exportado e adotado como modelo em grande parte do mundo.

Nessa pergunta, os entrevistados majoritariamente acreditam que o investimento chinês em apps como Tik Tok e Alibaba (este último também pertencente ao grupo que detém o site de venda de produtos chineses AliExpress) são de fato considerados formas de disputar o mercado cultural dos EUA, já tão consolidado. Em alguns trechos, eles utilizam como exemplo a tentativa de proibição do Tik Tok nos EUA como prova do incômodo e poder que essa rede

social pode representar à potência atualmente hegemônica nesse âmbito da disputa por *soft power*.

Muitos também afirmaram que o projeto da música pop sul-coreana, em certa medida, também representa uma tentativa nesse sentido, ainda que não seja derivado da China.

Creio que sim, porque isso criaria um soft power por parte da China. Acho que seria interessante ter essa influência diferente vinda da China, tirando um pouco da hegemonia vinda dos Estados Unidos. Pensando bem, isso acontece agora tirando do lado da América, até com o K-Pop. (Entrevistado, 1º período)

Esta foi a segunda questão com maior unanimidade na resposta. A grande maioria afirmou que os sistemas citados funcionam sim como uma resposta ao *soft power* americano. Contudo, alguns poucos negaram, afirmando serem apenas empresas seguindo o mercado.

Eu acredito que sim. O impacto cultural é uma forma de exercer soft power. Esses apps como Instagram, Facebook e agora TikTok são um conjunto de criações internacionais que influenciam nossos hábitos, nossa visão de mundo. Então, sim. Apesar disso, com o Tik Tok em específico, não acho que influencie diretamente no jogo de poder porque é mais voltado para adolescentes e crianças, sem grande peso de notícias e atualidades. (Entrevistada, 8º período)

Sim, mas até certo nível. Acredito que toda cultura tem seu potencial de influência, como por exemplo o projeto do K-Pop. O 5G sim é uma forma de disputar com o mercado americano, mas Tik Tok ou Alibaba não. Os Estados Unidos, por terem seu soft power tão consolidado, não admite que os outros tentem fazer igual a ele e criticam. Não se pode proibir as coisas entrarem aqui no Brasil. (Entrevistada, 8º período)

Os entrevistados veem no Tik Tok e Alibaba, por exemplo, uma forma de combate ao monopólio da mídia americana. Uma parcela significativa de alunos vê na China uma capacidade de superar o *soft power* americano, comprovando esta tese com o fato do presidente Donald Trump demonstrar interesse em banir o Tik Tok do território estadunidense. Vale mencionar que o WeChat, aplicativo que reúne várias funções em um, é mencionado por alguns entrevistados como um grande projeto de expansão por parte da China.

Sim, total. Por isso os Estados Unidos estão querendo banir o Tik Tok, é uma espécie de Destino Manifesto das redes sociais. Os Estados Unidos querem manter a forma de se comunicar, o modelo deve ser o deles. Eles querem que as pessoas usem seus apps para controlar tecnologia de telecomunicação para ter acesso aos dados. Já no Brasil, acredito que deveria ter canais próprios de comunicação para conversar, ainda mais assuntos confidenciais. (Entrevistado, 8º período)

Em resumo, mais uma vez observou-se certa unanimidade na resposta positiva, mas a justificativa acaba sendo diferente dentre os entrevistados. Alguns atribuem ao Tik Tok este papel e não ao 5G, devido ao seu possível banimento nos EUA, por exemplo. Nota-se que, apesar da questão ser direcionada à tecnologia 5G e sua implementação e desenvolvimento, os entrevistados demonstraram tendência a desviar o teor do assunto para outros âmbitos, sobretudo o das mídias sociais.

Por fim, além dos seis questionamentos principais, também foram elaboradas duas perguntas extras, a serem trazidas à tona apenas em momento oportuno, caso o aluno tendesse a levantar as temáticas em suas respostas ao longo de toda a entrevista. O tema das duas perguntas foram respectivamente a validade do uso militar do 5G e a influência na forma de regime do governo nos riscos da tecnologia.

Entre os que chegaram no mérito da questão militar, todos reconheceram a inevitabilidade do seu uso. A validade foi reconhecida, apesar de um mencionar objeções morais pessoais, mas que o próprio disse não ter relevância no meio internacional. Foram poucos também os alunos que chegaram no mérito da mudança na influência entre o espectro de um Estado impositivo e democrático. Destes, a maior parte afirmou não acreditar que o regime do governo altera os riscos de roubo de informação.

CONCLUSÃO

Após uma minuciosa análise dos dados coletados, pode-se constatar que os alunos de Relações Internacionais da UFRJ reconhecem no desenvolvimento da tecnologia 5G um campo de disputa entre EUA e China, como esperado. Essa visão é comum sobretudo pelo fato desta nova infraestrutura movimentar uma capacidade numerosa de dados, além de circulação de capital proveniente do serviço oferecido.

Por conseguinte, uma parcela dos alunos observa perigos à segurança nacional e opta por fornecedores que ofereçam o 5G em melhor custo-benefício, independente do país que fornece a tecnologia. Desta forma, para uma parcela expressiva deles o Brasil deve se manter em posição neutra perante as duas potências.

No âmbito das liberdades individuais, o corpo discente em geral conclui que a implementação do 5G não trará riscos significantes a tais direitos.

Em função dos riscos que o 5G pode carregar, os alunos reconhecem a necessidade da criação de acordos internacionais, ainda que a grande maioria acredite que a China, os EUA e a Rússia não vão se submeter a legislações de um órgão supranacional.

Finalmente, os estudantes consideram o TikTok e o Alibaba como uma forma de competir com o *soft power* americano já consolidado mundialmente.

Em síntese, o corpo discente da graduação em Relações Internacionais reconhece que o 5G é um assunto delicado geopoliticamente. Em função disto, são pragmáticos e defendem uma posição que tende para a neutralidade. Ainda, é possível afirmar que os alunos possuem uma considerável carga de conhecimento no assunto, sobretudo aqueles de períodos superiores ao sexto.

BIBLIOGRAFIA

RELATÓRIO DA TURMA DE MÉTODOS DE PESQUISA 2019.1. **Pesquisa de Cultura Política dos Alunos de Relações Internacionais da UFRJ**. 111 f. Rio de Janeiro. UFRJ, 2019.

RELATÓRIO DA TURMA DE MÉTODOS DE PESQUISA 2019.2. **Pesquisa de Cultura Política dos Alunos de Relações Internacionais da UFRJ**. 105 f. Rio de Janeiro. UFRJ, 2019.